

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

**Goiânia  
2009**

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social. Área de Concentração: Mídia e Cidadania. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Prof. Dr. Luiz Signates.

**Goiânia  
2009**

B662p Boaratti, André  
A participação política, entre o debate e a visibilidade: um estudo de mídia e cidadania, a partir de Hannah Arendt e Habermas / André Boaratti. – Goiânia, 2009  
156f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás.

1. Participação política - visibilidade 2. Mídia e Cidadania 3. Esfera pública 4. Hannah Arendt - Teoria 5. Habermas - Teoria I. Freitas, Luiz Antônio Signates (Orientador) II. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia.  
CDD 302.222 23

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andréa Pereira dos Santos CRB-1/1873  
Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza,  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

**ANDRÉ BOARATTI**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ENTRE O DEBATE E A  
VISIBILIDADE: UM ESTUDO DE MÍDIA E CIDADANIA, A  
PARTIR DE HANNAH ARENDT E HABERMAS**

**Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:**

---

**Prof. Dr. Luiz Signates**

---

**Prof. Dr. Luiz Martins**

---

**Prof. Dr. Magno Medeiros**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Anísio Boaratti e Maria José Oliva Boaratti que muito me apoiaram desde o início desta jornada. Devo-lhes tudo.

Aos meus irmãos, Denise, Fernando, Márcia e Telma. Sem eles, minha vida não faria qualquer sentido.

À minha companheira, Giselle Borges, que sempre demonstrou muita expectativa em relação ao meu trabalho.

Em especial, ao meu orientador, prof. Luiz Signates, pelos ensinamentos valiosos e dicas fundamentais que tornaram possíveis a consecução desta dissertação.

Às contribuições dos professores da Facomb que contribuíram para o aprimoramento das discussões presentes no trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos que viabilizou todo o desenvolvimento da pesquisa dissertativa.

Aos dedicam suas vidas por um mundo mais humano e acreditam na possibilidade das mudanças sociais ocorrerem por meio do diálogo.

**A todos aqueles que não perderam as esperanças de construir um mundo melhor.**

“[...] quem deseja fazer do prazer o fim último de toda ação humana, é levado a admitir que não o prazer, mas a dor, não o desejo, mas o medo são os seus verdadeiros guias.”

Hannah Arendt

## RESUMO

A problemática da participação política, comumente trabalhada na Ciência Política, ganha uma nova abordagem a partir da Comunicação Social. Para tanto, o referencial teórico utilizado no trabalho foram as contribuições de Habermas e Arendt no que diz respeito ao conceito de esfera pública. Nesse sentido, a participação política localiza-se no âmbito da ação comunicativa nos espaços públicos da fala por cidadãos livres e iguais. Os agentes se igualam a partir do pressuposto de que todos têm condição de argumentação, sendo assim, a cidadania é um processo dialógico de construção do espaço público que não apenas tem a função social de pressionar as esferas representativas, mas principalmente, servem como fundamento para as instituições democráticas. O conceito de poder de Arendt recoloca a importância da participação política como condição suficiente para a democracia. A questão agora é saber qual o papel dos meios de comunicação para a construção de uma democracia pautada pela participação cidadã. Em primeiro lugar, o termo “meios” de comunicação foi substituído pelo conceito de “instituições de comunicação”, já que as mesmas não se comportam como mero transmissores de conteúdo, mas sim, são atores nas relações sociais, antes de mais nada. Os efeitos atomísticos das instituições de comunicação sobre as pessoas são relativizados na medida em que se leva em conta a importância do processo de interpretação das mensagens midiáticas no ambiente de recepção. Processo tal que se dá muitas vezes nos ambientes familiares, nos lares, na esfera privada. A cidadania passiva, nesse sentido, ocorre no espaço privado, na medida em que todos quando nascem recebem do Estado a condição normativa de cidadãos. A cidadania só vai além do pressuposto normativo quando as pessoas têm posse das informações responsáveis pela mobilização da opinião pública. A formação da vontade geral ocorre não somente nos espaços públicos, mas principalmente na esfera privada em que a mídia televisiva é ainda a principal fonte de informação para os cidadãos. A condição para que a cidadania torna-se ativa, no espaço público da fala, é a recepção. Porém, os cidadãos, enquanto audiência, exercem influência na produção dos conteúdos veiculados pela mídia, através de um processo de conscientização empreendido por atores sociais, como por exemplo, a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, empreendida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Por meio da atuação dessas organizações sociais, o cidadão passivo, dentro do seu lar, adquire um critério seletivo que orientará o processo de recepção. Portanto, a participação política tem início não somente no espaço público, mas sim, no ambiente privado do lar, durante a recepção dos conteúdos midiáticos. Nesse sentido, a participação política pode desempenhar o papel como categoria chave para se pensar as relações entre mídia e cidadania, ou seja, até onde vai o limite de um e de outro, e de que forma ambas contribuem para uma democracia não somente como regime político, mas como forma de vida social.



## ABSTRACT

The issue of political participation, usually used in Political Science, acquires a new approach from the Social Communication point of view. Its important to point that the theoretical reference used in the study, were the contributions of Habermas and Arendt concepts about public sphere. According to this sense, political participation is located in the communicative action in public spaces of speaks for free and equal citizens. The agents start to became equal in the moment that all arguments are provided, so it can be say that citizenship is a dialogical process of construction of public spaces, that the main function is not only the social function of pressing the representative power, but mainly to serve as a basis for democratic institutions. The concept of power according to Arendt replaces the importance of political participation as a sufficient condition for democracy. The question now is to know what is the real paper of the media in the build process of democracy guided by citizen participation. First its important to mention that the term "means" of communication had been replaced by the term "communication institutions" because they do not behave as mere transmitters of content, but they are actors in social relations, first of all. The atomistic effects of communication institutions reporting about people are relativized in the moment that it takes into account the importance of the interpretation of media messages in the receiving reception. This process occurs often times in family environments homes, in private atmosphere. The passive citizenship according to this sense, occurs in the private space, in the moment that these people have born , they are able to receive from the Estate the condition of citizens. The only citizenship goes beyond the normative assumption when people have possession of the information responsible for mobilizing public opinion. The formation of the general opinion not only occurs in public places, but mainly in the private sphere in which the television media is still the main source of information for citizens. The condition for the citizenship becomes active in the public space of speech, is the reception. However, the citizens as audience, influence the production of the media contents, through a process of awareness undertaken by social actors, for example, the campaign "Who is financing the plummet is against citizenship", provide by the Commission Human Rights and Minorities of the Chamber of Deputies. Through the action of these social organizations, the passive citizens , inside their home,start to get a selective criterion to guide the process of reception. Therefore, the political participation it starts not only in public sphere, but in private atmosphere of the home, during the reception of media content. Acording to this line of tought, the political participation can do the function of the key central to think about the relationship between media and citizenship, that is, how far does the limit of one and another, and how both of them contribute to a democracy not only as a political power, but as a form of social life.

## SUMÁRIO

Introdução-----pág. 13

**Capítulo 1: O problema da participação política como referencial para as possíveis relações entre mídia e cidadania**-----pág. 15

1.1- Considerações preliminares acerca da noção de participação política-----pág. 17

1.2- Participação política e cidadania: possíveis relações conceituais-----pág. 19

1.3- Esfera Pública e cidadania-----pág. 28

1.4- Mídia e cidadania -----pág. 30

**Capítulo 2: conceito de espaço público em Hannah Arendt**-----pág. 38

2.1- O totalitarismo e a Sociedade de Massa-----pág. 38

2.2- Propaganda e terror-----pág. 43

2.3- O Isolamento e o fim da esfera pública-----pág. 46

2.4- A Condição Humana e as três esferas da *vita activa* -----pág. 49

2.5- Ação -----pág. 50

2.6- Violência, Banalidade do Mal e as Conseqüências para a Participação Política-----pág. 53

2.7- Cidadania como espaço plural da participação política -----pág. 56

**Capítulo 3: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Mudança**

**Estrutural da Esfera Pública-----pág. 60**

3.1- De Arendt a Habermas-----pág. 61

3.2- Espaço público e a emancipação burguesa-----pág. 63

3.3- A origem do Estado moderno a partir do surgimento do salão e do romance burguês-----pág. 68

3.4- Da opinião à publicidade-----pág. 71

3.5- Fusão entre esfera pública e esfera privada-----pág. 74

3.6- A Imprensa e a Publicidade-----pág. 75

3.7- A esfera pública na transição do Estado liberal de direito para o Estado da social-democracia-----pág. 76

3.8 - A Opinião Pública-----pág. 77

3.9- Conclusões preliminares que encaminham à Teoria da Ação Comunicativa-----pág. 79

**Capítulo 4: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Teoria da**

**Ação Comunicativa-----pág. 81**

4.1- Paradigma da produção e ação comunicativa-----pág. 82

4.2- Racionalidade em Weber-----pág. 84

4.3- Sistema e Mundo da Vida-----pág. 91

4.4- Espaço público e Ação Comunicativa-----pág. 95

**Capítulo 5- Poder e Participação Política:**

**um diálogo entre Habermas e Arendt-----pág. 100**

5.1- O conceito clássico de poder e o novo paradigma político-----pág. 100

- 5.2- Novo paradigma político: as deficiências  
de Maquiavel e dos contratualistas-----pág. 109
- 5.3- Poder e comunicação-----pág. 111
- 5.4- Habermas e Arendt: diferenças e aproximações-----pág. 121
- 5.5- Breves considerações acerca da abordagem  
do conceito de espaço público no Brasil-----pág. 125

**Capítulo 6: Participação política entre a mídia e cidadania-----pág. 128**

- 6.1- Interatividade e visibilidade  
como condições à participação política-----pág. 130
- 6.2- Espaço público em Arendt e Habermas-----pág. 131
- 6.3- A mídia e suas possibilidades  
para o incentivo à participação política-----pág. 136
- 6.4- Poder e Opinião Pública: condições  
para a participação política-----pág. 138
- 6.5- Esfera pública: visibilidade e participação-----pág. 140

**Capítulo 7: Mídia, poder e participação política-----pág. 145**

- 7.1- Poder e cidadania: relações conceituais-----pág. 152

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----pág. 159**

## Introdução

As preocupações que orientam a presente dissertação agrupam-se na seguinte questão-problema: quais as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? A importância de se investigar a noção de participação política, a partir das contribuições de Arendt e Habermas, surge na medida em que esses dois autores compartilham a idéia de que a comunicação é a condição humana para a ação política no espaço público. É através dela que os indivíduos deliberam tendo em vista o bem comum. Nessa linha, desdobram-se outras questões complementares: qual o lugar da comunicação nas sociedades modernas? De que forma esses autores (Habermas e Arendt) podem contribuir, a partir de suas teorização sobre o conceito de esfera pública, para a elucidação da noção de participação política?

Nesse sentido, pressupõe-se que o conceito de espaço público, desenvolvido por ambos, possa cumprir com a tarefa de não apenas teorizar sobre a participação política, mas principalmente, enxergar novas possibilidades de participação a partir da apropriação dos conteúdos midiáticos, num horizonte dominado pela racionalização sistêmica. Ou seja, até que ponto a mídia contribui para fomentar a participação política?

É o conceito de espaço público, tanto na teoria da Condição Humana de Arendt, quanto na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, o responsável por fornecer a fundamentação teórica que permita refletir a noção de participação política. Pois, entende-se que é por meio dela que os indivíduos sociais tornam-se partícipes, ou seja, atores políticos por excelência. Desse modo, a presente dissertação reservou dois capítulos especificamente para discutir o conceito de espaço público a partir do pensamento dos dois autores. Mas antes, no primeiro capítulo, pretende-se entender melhor o conceito de cidadania e verificar as possíveis relações com os meios de comunicação.

Para o entendimento do conceito de espaço público em Hannah Arendt, foram selecionadas duas obras que nortearão a compreensão de tal conceito: “Origens do Totalitarismo” (1951)<sup>1</sup> e “A Condição Humana” (1958). A primeira, apesar de Arendt não ter efetuado uma abordagem mais específica sobre o espaço público, a relevância consiste no fato de que ela investiga as condições que levaram a ascensão do

---

<sup>1</sup> O ano entre parênteses refere-se ao ano de publicação da obra.

Totalitarismo ao poder e sendo assim, é importante destacar as conseqüências do advento do Totalitarismo para o espaço público.

A segunda obra é a mais importante, de acordo com a proposta da dissertação, pois, Arendt, com a sua Teoria da Condição Humana, trabalha detalhadamente a noção de espaço público como o lugar por excelência em que o homem alcança a liberdade<sup>2</sup> por meio do diálogo. Logo, é preciso destacar as categorias que compõem a estrutura do conceito, bem como, os pressupostos que a autora se baseia para construí-lo.

Do ponto de vista do modo como a presente dissertação se encontra distribuída em capítulos, o primeiro, trata basicamente sobre o problema da participação política e suas possíveis relações com a cidadania e meios de comunicação. O segundo capítulo trabalha no sentido de se descobrir um conceito de espaço público, no pensamento de Arendt, que possa contribuir para a noção de participação política. No intuito de realizar tal objetivo, foram selecionadas duas obras principais, no contexto da produção teórica de Arendt, que nortearão as discussões do próximo capítulo.

---

<sup>2</sup> Liberdade, na concepção arendtiana, é a liberdade dos antigos, relacionada à polis grega, ou seja, ser livre é aquele que pode participar no espaço público por meio da palavra e da ação.

## **Capítulo 1: O problema da participação política como referencial para as possíveis relações entre mídia e cidadania.**

As preocupações que norteiam todo o desenvolvimento da presente dissertação, partem da seguinte questão problema: qual a relação entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? A mídia cria novas condições para a participação política ou ela impede a mobilização dos atores? Os motivos pelos quais a presente dissertação se baseia para o estudo da participação política são atribuídos a duas razões: a primeira refere-se ao problema da falta de participação política - nas democracias representativas, a noção do senso comum de participação política restringe-se na escolha dos representantes. Por outro lado, a mobilização dos partidos políticos, por exemplo, gira em torno somente do interesse pelo poder. A segunda razão refere-se à dificuldade de se definir o significado de participação política.

A variedade de partícipes ou atores políticos ofusca ou ao menos dificulta, de um lado, a possibilidade de se criar critérios aptos a definir uma noção mais consistente de participação política, e de outro, enxergar com mais clareza os atores políticos que empreendem de fato a participação política e que contribuem para a construção de um regime democrático de caráter participativo.

A dificuldade de se definir a participação política a partir da atuação dos atores é exposta com clareza por Giacomo Sani:

Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. (SANI, 1983, p. 888)

Apesar da enorme quantidade de fenômenos apontados acima, basicamente o

que chama atenção é que todos ocorrem no âmbito dos regimes democráticos. Fora destes, a participação política possui caráter de ilegalidade, já que não há liberdade para a livre iniciativa. A democracia permite ambientes em que indivíduos unem-se em prol do interesse do grupo respaldado por alguma ideologia ou horizonte de valores compartilhados.

Esses ambientes de participação podem ser definidos pelo nível de desprendimento dos indivíduos e pela forma de articulação entre eles. Desse modo, existem graus de participação política: de indivíduos que formam grupos mais ou menos engajados, ou interessados em se mobilizarem para alcançar seus objetivos. Por exemplo: há movimentos sociais que se manifestam através da ocupação de prédios públicos e outros por meio de ataques às multinacionais símbolos do capitalismo.

Há também manifestações pacíficas, cujo maior ícone foi o líder político e religioso Mahatma Ghandi. Ou seja, o não uso da violência tornou-se exemplo da eficácia de uma mobilização social pautada pela busca da compreensão. O problema pode ser colocado agora de maneira mais específica: o quê define os graus de participação política? Para se responder essa questão, é preciso revisitar o conceito de participação política a partir do reconhecimento da sua importância no contexto das sociedades democráticas contemporâneas.

A relação entre participação política e democracia é mediada pela cidadania, porém, esta não pode ser pensada de maneira autônoma ou indiferente aos meios de comunicação. É neste ponto que reside a importância de se pensar a relação entre cidadania e meios de comunicação, até mesmo para tornar mais sofisticado a idéia de cidadania, e portanto, de participação política.

Parte-se do pressuposto que o noção de participação política é mais abrangente e portanto mais confusa do que a de cidadania. Para se estudar tal relação, é preciso até que ponto esses dois conceitos se complementam e quais possíveis pontos de choques entre eles. Ou seja, é possível apreender a noção de participação política a partir da cidadania?

Uma das contribuições que esta dissertação pretende oferecer para o debate acadêmico, mais especificamente para a área de Comunicação Social, seria justamente essa relação entre mídia e cidadania a partir de um conceito de participação política levando em conta a comunicação como condição essencial para o espaço público.

Há uma lacuna considerável nos estudos de Comunicação no que diz respeito a relação entre mídia, cidadania e democracia. Segundo Wilson Gomes, logo no prefácio



a obra “Comunicação e democracia” ele deixa bem claro essa deficiência: “Salvo poucas exceções, problemas atinentes à comunicação e à democracia nunca receberam a devida atenção” (GOMES, 2008, p.12)

Apesar desta lacuna, a presente dissertação não pretende preenchê-la completamente, pois não há condições para tal intento. A proposta aqui é apenas desenvolver uma discussão que possa contribuir para o debate acadêmico envolvido no tema, e a partir desse debate, é que reside a possibilidade de se enriquecer a produção de conhecimento voltado para o problema da democracia, participação política, cidadania e mídia. É preciso, antes de mais nada, encontrar fundamentação teórica suficiente para dar conta de relacionar as quatro variáveis apontadas acima. Para isso, nas próximas linhas, o presente texto se dirige na busca do entendimento de cada um desses conceitos para então relacioná-los.

### **1.1- Considerações preliminares acerca da noção de participação política**

Segundo Montero, participação política refere-se a qualquer atividade em que o cidadão exerça certo grau de influência sobre o sistema político (MONTERO apud COSTA, 2008, p. 36). A possibilidade que o indivíduo possui de influenciar nas decisões políticas só ocorre nos regimes democráticos. Já de antemão, percebe-se a estreita relação entre participação política e democracia, na medida em que o cidadão cria espaços discursivos que permitem a formação da opinião pública. Esta, por sua vez, pode ser entendida como uma ferramenta da participação política, já que os atores fazem uso dos meios de comunicação para a compreensão da realidade que os rodeiam para então, poderem construir pautas de reivindicação e se mobilizarem.

Antes continuar a discussão, é preciso lembrar a presença de variáveis fundamentais no intuito de evidenciar algumas problemáticas, as quais, possam contribuir para a compreensão do fenômeno da participação política: mídia, cidadania, comunicação e democracia. A questão, a saber, quais seriam as possíveis relações que se estabelecem entre elas. Ou seja, até que ponto a mídia desempenha o papel de fonte geradora de informações que possibilita a formação da opinião pública crítica que possa influenciar na construção de cidadãos partícipes? Até que ponto a mídia representa de fato o interesse público?

É preciso que cada variável seja investigada conceitualmente, para então, verificar as possíveis relações entre elas. Para isso, é importante reconhecer a existência dos interesses em jogo, os quais, deixam de lado ideologias e esquemas de valores, para que grupos políticos como os partidos, por exemplo, orientem suas ações tendo em vista somente a busca pelo poder.

Esse esvaziamento de preceitos éticos e conseqüentemente, o abandono social pela política ou por questões de interesse coletivo ou comunitário, pode ser compreendido pelo conceito de banalidade do mal, fruto da condição humana do *homo laborans*. Tais conceitos criados por Hannah Arendt na sua teoria sobre a condição humana, oferecem ferramentas que possam contribuir para a elucidação da noção de participação política. Porém, tal intento será realizado no capítulo II, o qual tratará basicamente sobre as contribuições de Arendt para a compreensão do objeto de análise desta dissertação.

Retomando a discussão sobre a noção de participação política, como foi colocado anteriormente, uma das formas de se definir tal noção é pelo grau de interferência que os indivíduos exercem no sistema político. A interferência pode ser feita através de formas convencionais ou não convencionais de participação política (COSTA, 2008, p. 41). As formas convencionais referem-se a um caráter de participação política institucionalizada, que se apresenta principalmente por meio do voto e pela filiação a um partido político, por exemplo. Já a participação de caráter não convencional está ligada a uma vontade compartilhada coletivamente por mudanças profundas na estrutura do sistema político. Os indivíduos criaram formas inovadoras de participação política que fogem da convencionalidade, a partir da década de 60, por meio de manifestações marcadas pela desobediência civil.

A tentativa de se identificar a participação política entre as categorias convencionais e não convencionais torna-se demasiadamente frágil se for levar em conta vários fatores, como por exemplo, a pluralidade das formas de participação política no âmbito das entidades organizadas da sociedade civil. Outro problema no uso destes termos é que eles variam de acordo com o país ou contexto social específico. Pois, como foi dito anteriormente, o horizonte da participação política é o regime democrático. Na medida em que as democracias liberais repousam na participação, na cidadania, torna-se extremamente falho a tentativa de se classificar a participação política a partir da bipolaridade convencional e não convencional. Nas democracias que

demonstram uma tendência maior pela participação em detrimento da representatividade, é extremamente saudável o engajamento político dos cidadãos para além do voto.

Já houve tentativas de se classificar ou construir uma tipologia da participação política (MULLER, 1982, p. 1-16) partir das categorias convencional e não convencional. Porém, segundo a observação de Costa apoiada nas contribuições de Sabucedo e Arce,

Os resultados alcançados na investigação mostram que a variedade e modos de incidência política, não pode ser reduzida em categorias tão simples como as de convencional versus não convencional, legal versus ilegal ou outras, ou seja, há múltiplas maneiras de incidir no processo político, à medida que os indivíduos se revelam mais inclinados a intervir na esfera do político. (COSTA, 2008, p.41)

Já que o horizonte da participação política é a democracia, a qual, não só permite mas principalmente, se alimenta do engajamento político dos cidadãos organizados, é preciso destacar o peso do conceito de cidadania para a compreensão da participação política. É por meio da cidadania que os indivíduos tornam-se partícipes, ou seja, protagonizam a relação bipolarizada entre sociedade civil e Estado. A cidadania é o desdobramento de uma participação política que parte da articulação entre indivíduos engajados em prol da defesa do interesse do grupo. Sendo assim, fica cada vez mais claro que a relação entre participação política e o regime democrático se dá no âmbito da cidadania. Cabe agora uma tentativa de se investigar o conceito de cidadania que dê conta de se relacionar com a noção de participação política.

## **1.2- Participação política e cidadania: possíveis relações conceituais**

Como foi colocado inicialmente, há uma certa dificuldade de se buscar o conceito de participação política devido a pluralidade dos atores, formas de

participação, graus de interferência nas decisões políticas, etc. Essa mesma dificuldade ocorre quanto a tentativa de se buscar uma definição de cidadania. A começar pela multiplicidade do enfoque: concepção de cidadania do ponto de vista do direito, da política, da sociologia, da antropologia, da psicologia, etc. Geralmente, foram as ciências sociais, as pioneiras no tratamento da idéia de cidadania.

Apesar da aparente dificuldade de se definir a cidadania devido a imensa gama de maneiras de se concebê-la, é preciso observar que o emaranhado de idéias e concepções sobre ela traz um potencial rico em se enxergar um fenômeno plural, contraditório e sofisticado a cada dia. Dessa forma, a dificuldade (inicial) é na verdade um potencial, o qual, é fruto da possibilidade da busca da compreensão de um conceito de cidadania a partir de uma abordagem essencialmente lingüística. Já que é por meio do uso da linguagem que os membros de uma comunidade política se fazem entenderem e buscarem consensos.

A forma pela qual a presente dissertação buscará entender a cidadania, bem como, a participação política, é através do reconhecimento da importância da comunicação como meio para o entendimento entre os atores. Até que ponto é possível compreender a cidadania a partir de uma tipologia das formas de participação política? Para que haja uma tipologia, é preciso antes, uma investigação teórica sobre os principais enfoques conceituais que abordam a cidadania. O objetivo aqui não é criar uma tipologia, e muito menos uma teoria sobre a cidadania, mas sim, apenas buscar consensos das principais abordagens teóricas sobre a cidadania, para se extrair um mínimo de base conceitual que ofereça uma compreensão mais clara sobre ela.

As principais abordagens teóricas criadas em torno da preocupação de se entender a cidadania são: a jurídica, a filosófica e a sociológica. Neste trabalho, pretende-se verificar até que ponto é possível um ponto de vista que leve em conta a cidadania a partir de uma abordagem comunicativa. Antes de partir para essa verificação, é preciso antes, analisar com cautela as abordagens mais comuns e de que forma elas possibilitam para uma compreensão da cidadania do ponto de vista da comunicação.

Na ordem cronológica do pensamento sobre a cidadania, os gregos foram os pioneiros na preocupação de se investigar tal conceito. Era na Pólis, o centro político da cidade estado ateniense no final do período helênico, que os membros da cidade deliberavam sobre assuntos de natureza pública. Com o advento das monarquias absolutas na idade média, não houve praticamente produção teórica alguma sobre o

tema da cidadania.

Somente com o renascimento e através do questionamento sobre a validade das monarquias, é que houve uma retomada nos estudos referentes á cidadania como auto afirmação do sujeito diante do poder absoluto do rei. Maquiavel foi o que primeiro pensou que o rei deveria administrar levando em conta, no mínimo que fosse, os interesses da população. É importante lembrar que o objetivo aqui não é realizar uma descrição detalhada sobre a trajetória do conceito de cidadania no pensamento ocidental. Somente destacar as principais abordagens que possam contribuir para a elucidação do conceito no momento atual.

Os valores cívicos eram os horizontes pelos quais, os indivíduos se sentiam verdadeiros cidadãos: um desses valores é o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Esse sentimento faz com que o individuo se responsabilize pelo espaço que está sendo compartilhado entre os diversos membros da sociedade. E uma das formas de se compartilhar esse sentimento é por meio dos símbolos nacionais: a bandeira ou o brasão, as cores do uniforme do exército, etc.

Segundo Norberto Bobbio<sup>3</sup>, para os gregos não havia separação entre cidadania e democracia, pois a participação política dos cidadãos gregos na Ágora ateniense por si só fundava a democracia. Era dever do cidadão ateniense participar da política. Desse modo, a democracia direta diz respeito à participação dos cidadãos gregos nos espaços públicos. A separação clássica entre democracia direta, dos gregos, com a democracia representativa formal, dos modernos, se dá por meio da participação política: no primeiro caso, os cidadãos gregos tinham o dever de participação na tomada das decisões, e no segundo, os cidadãos têm o direito de participarem.

Outro ponto diferencial importante no que se refere à relação entre cidadania e democracia, é a eleição. Segundo Bobbio,

(...) a eleição era considerada uma necessária e útil correção do poder direto do povo, não como ocorre hoje nas democracias modernas, para as quais a eleição constitui uma verdadeira alternativa em relação à participação direta, salvo pela introdução, em casos específicos expressamente declarados, do referendo popular. (BOBBIO, Norberto. 2000, p. 374)

---

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. 2000, Ed. Campus. Rio de Janeiro.

A eleição era um recurso escassamente utilizado pelos gregos, diferentemente nas democracias modernas que se fundamentam na escolha dos representantes por meio do voto. Um dos princípios que se introduziu e que diferencia a democracia direta dos gregos para a democracia representativa é a universalização: na Grécia Clássica, era considerado cidadão somente indivíduos do sexo masculino, adulto, grego e proprietário. As mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não participavam das decisões públicas. A cidadania, na Grécia, era para poucos. Somente para aqueles que tinham condições de sair ou abandonar a esfera privada da casa para deliberar nos espaços públicos.

A pré-condição para a participação política grega era a primazia do interesse público sobre o privado, e isso só ocorria com os detentores de escravos e bens. O homem não poderia ocupar seu tempo com atividades voltadas para a própria sobrevivência. Essa é a principal marca da cidadania grega que se diferencia da cidadania moderna: a exclusão – daqueles que podiam participar, e daqueles que não podiam.

Com o advento da modernidade, dos ideais iluministas e do Estado burguês de direito, inaugura-se o princípio de universalização que passa a nortear as relações políticas. A cidadania é um atributo dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade que vive sob a tutela do Estado que outorga os direitos e deveres. O Estado promove a inclusão dos indivíduos na participação política. Cada um possui o direito de participação política, diferentemente na Grécia antiga que todos possuíam o dever de deliberação, porém como foi dito, era para poucos.

A cidadania grega era conquistada através da participação política, já na modernidade, a cidadania é atribuída pelo Estado, fazendo com que os indivíduos tornem-se passivos ou meros receptores. Logo, até que ponto a noção de participação política não vai além do de cidadania? Pois, todos nascem cidadãos diante do Estado, porém, são poucos que participam efetivamente da política.

Quem melhor trabalhou a concepção de cidadania como fruto de direitos, segundo Listz Vieira, foi Thomas Humphrey Marshall<sup>4</sup>. Segundo ele, o ideal de cidadania encontra-se no estado-providência da social-democracia. De acordo com a

---

<sup>4</sup> MARSHALL, T.H. *Citizenship and Social Class*, 1950.

abordagem de Marshall, a cidadania divide-se em três categorias de direitos<sup>5</sup> conquistados ao longo da história: direitos civis adquiridos na Inglaterra no século XVIII; direitos políticos, que surgiram no século XIX; e direitos sociais, como a educação, saúde, fundo de desemprego, conquistados no século XX.

O estado providência é o único que tem condições de garantir todos os direitos (civis, políticos e sociais) ao mesmo tempo para todos os membros da sociedade, segundo a teorização de Marshall. Como o próprio nome diz, o Estado é o único responsável em prover a condição de cidadão aos indivíduos. Por isso é que atribui-se ao pensamento de Marshall, a falta de participação política como forma de conquistar a cidadania, já que os indivíduos desempenham o papel de seres passivos diante do estado providência.

O contexto de surgimento do estado providência remonta as décadas finais do século XIX, mais precisamente em 1880 por Bismarck. Segundo Costa, o objetivo era criar uma alternativa ao socialismo.

“Medidas como o seguro-doença, o seguro contra acidentes de trabalho ou as aposentadorias por idade, assumidas por um Estado que até então só havia tido funções políticas, promoverem o bem-estar dos trabalhadores e enfraquecerem as reivindicações dos menos favorecidos pelo sistema” (CORTINA, 2005, p. 53)

A observação de Cortina quanto ao nascimento do Estado providência é clara: o Estado garantidor dos direitos nasce tendo em vista se posicionar estrategicamente diante de um outro modo de organização social, do que por objetivos éticos. A cidadania apoiada por direitos é um meio pelo qual o capitalismo de estado encontrou para a sua própria sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Os direitos de cidadania são analisados por Listz Vieira como direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração. Os direitos de primeira geração dizem respeito aos direitos civis, conquistados no século XVIII, que abrangem os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, segurança, vida, etc. Os direitos políticos também pertencem a primeira geração (séc. XIX) que se referem aos direitos individuais exercidos coletivamente, como a liberdade de reunião, liberdade para a organização e participação política, etc. Já os direitos de segunda geração (séc. XX) são os direitos sociais que se referem á garantia de acesso aos meios de vida, como saúde, educação, seguro desemprego, por exemplo. Os direitos de terceira geração, conquistados na segunda metade do século XX, possuem como objeto não o indivíduo mas as coletividades, como povo, nação, etnias, etc. Para fazer valer esses direitos, se faz necessário a presença de organizações supra nacionais, como a ONU, através da Anistia Internacional. E por fim, os direitos de quarta geração dizem respeito à bioética, a qual, impõe certos limites nas pesquisas laboratoriais que envolvem a manipulação dos genes humanos (VIEIRA, 1997).

Do ponto de vista teórico, o principal ponto de apoio encontrado pelo estado providência foi a teoria keynesiana. Pouco adianta os indivíduos serem portadores de direitos se não podem consumir e fazer girar a engrenagem do sistema capitalista. O estado, dessa forma, tem o dever de garantir uma renda mínima para que os cidadãos potencializem seu poder de compra e movimentem a economia. O papel do estado é transformar os membros da sociedade em cidadãos consumidores através de políticas de pleno emprego e distribuição de renda (CORTINA, 2005, p. 53).

Segundo Cortina, “(...) o reformismo keynesiano tem um objetivo bem claro: manter o sistema capitalista, que poderia desmoronar caso continuassem a vigorar os princípios da teoria econômica clássica” (2005, p.54). Além de Keynes, outro fator fundamental de apoio do estado providência segundo Cortina, foi o Relatório Beveridge. Com a destruição ocorrida pela Segunda Guerra Mundial, os países decidiram atacar as altas desigualdades sociais por um acordo mútuo de emprego da renda mínima cidadã na tentativa de amenizar não só os efeitos da guerra, mas evitar uma outra.

Porém, o que mais chama atenção na natureza do estado providência é a sua prática intervencionista na economia. Isso quer dizer que o estado passa a ter o dever de cuidar do interesse privado da sociedade, sendo que a economia não mais pertence à esfera da casa (*oikos*), como na Grécia clássica, e sim de interesse social<sup>6</sup>. E o estado é o mantenedor do equilíbrio desses interesses em jogo. A cidadania, nesse contexto, não é apenas o direito de participação política do indivíduo, mas principalmente, o direito de consumir. Como bem disse Cortina, “(...) a partir da Segunda Guerra Mundial o governo passa a ser, nas democracias, um gestor em vez de ser um provedor” (2005, p. 54).

A intervenção do estado na economia se demonstra tão eficiente a ponto de ser apelidado de “megaestado”, segundo Peter F. Drucker: o estado torna-se um “executor adequado para todas as tarefas sociais e todos os problemas sociais” (DRUCKER, apud CORTINA, 2005, p. 54). Esse termo megaestado não é a toa, devido ao seu alto grau de eficiência na função de arrecadar impostos, de um lado, e de outro, como o promovedor das condições básicas de sobrevivência para ampliar a capacidade de consumo dos cidadãos.

A dupla função do estado, apontadas logo acima, fez com que ele se

---

<sup>6</sup> O termo social, como o lugar do interesse privado, será mais bem trabalhado posteriormente a partir das referências teóricas de Hannah Arendt.



transformasse em estado eleitoreiro. É bom lembrar que o início do estado nacional tinha por pretensão a proteção da sociedade civil, sendo que, uma das armas que os indivíduos encontraram para se proteger de governos que pendiam para a tirania, foi o voto. É através dele que o cidadão muda os seus representantes da forma como bem entende. Essa arma, fundamental para a cidadania, foi cooptada pelo estado como instrumento de poder dos partidos políticos.

Devido a essa degeneração do megaestado para o estado eleitoreiro, alguns defendem o retorno de um Estado não intervencionista. Cortina demonstra os pontos considerados mais fortes que fundamentam os argumentos dos neo liberais:

O estado de bem estar teria sufocado os indivíduos em um coletivismo perverso, e por isso – segundo alguns autores – o individualismo, como paradigma moral, é insuperável; o indivíduo é a chave de qualquer organização social, política ou econômica, e por esse motivo é urgente restaurar uma espécie de Estado liberal, bem provido de indivíduos inteligentes, competitivos, “excelentes”, avessos à mediocridade inossa gerada pela solidariedade posta em instituições (CORTINA, 2005, p. 56)

No fim, o que os liberais defendem, é a criação de um Estado que garanta a livre iniciativa por meio da não intervenção do estado na economia, de um lado, e de uma cidadania criativa e competitiva do ponto de vista econômico somente. A questão é que se isso de fato entrasse em prática como uma forma de alternativa ao estado bem feito em crise, “não só seria regressivo em relação às conquistas sociais já irrenunciáveis, mas, cedo ou tarde, perderia as eleições, porque há uma dimensão do Estado de bem-estar de que ninguém está disposto a se desfazer” (CORTINA, 2005, p. 58). Cortina se refere à perda dos direitos políticos, sociais e econômicos historicamente conquistados. “Os cidadãos criticam, naturalmente, como gerir a satisfação desses direitos, mas não desejam perdê-los, querem que eles sejam administrados corretamente” (CORTINA, 2005, p. 58). Basicamente os indivíduos sociais não querem deixar de serem reconhecidos como membros cidadãos da comunidade política.

O que está em jogo na verdade são as relações entre Estado e sociedade: de que forma o estado deve intervir na vida das pessoas para garantir o mínimo de justiça

social. E de outra forma, de que modo os cidadãos podem se organizar para fazerem valer seus interesses não somente quanto indivíduos consumidores, mas principalmente como membros da comunidade política. A saída discutida por Cortina, é a criação de um Estado social como alternativa ao estado bem feito e ao estado liberal.

A palavra chave do Estado social, seria a promoção de uma justiça social por meio da “satisfação de certas necessidades básicas e o acesso a certos bens fundamentais para todos os membros da comunidade apresentam-se como exigências éticas às quais o Estado deve responder” (CORTINA, 2005, p. 61). Esse ponto de vista pressupõe que se os Estados nacionais garantissem aos membros sociais um mínimo de condição de sobrevivência, os indivíduos poderiam exercer uma participação política mais ativa do que passiva. Dessa forma, as relações entre Estado e sociedade teriam como ponto de partida a cidadania como participação política ativa dos indivíduos interferindo de fato nos processos decisórios.

A institucionalização da solidariedade, como diz Cortina, é a defesa por uma justiça social no sentido de garantir a igualdade e a liberdade dos cidadãos. Na verdade, é uma tentativa de se resgatá-los, já que foram solapados pelas diversas roupagens que o Estado tomou desde o seu surgimento. Com a criação, e a conseqüente crise do “Estado fiscal”, a cidadania foi marcada pela passividade, a qual, talvez fosse a que exerceu uma maior contribuição para a destruição da igualdade e liberdade.

O Estado destruiu a cidadania, pois “arrebato dos cidadãos sua liberdade positiva, ou seja, sua autonomia, mediante uma pretensa institucionalização da solidariedade” (CORTINA, 2005, p. 63). Os indivíduos são meros receptores de uma cidadania que só serve para legitimar uma mega estrutura voltada a garantir a sobrevivência da sociedade. A sociedade, sob essa perspectiva, é uma rede de interesses privados dos indivíduos, e o Estado o principal gerador ou garantidor dessa realidade.

Não há espaço para a liberdade, logo, não há espaço para a ação dos sujeitos. É essa a conseqüência do Estado paternalista para a cidadania. Dessa forma, a saída liberal, a partir da vertente de John Rawls, concentra-se na postura ética adotada pelos Estados nacionais em garantir um mínimo de acesso aos bens e oportunidades que gerariam condições para uma cidadania mais digna.

Pode-se dizer que Costa discute basicamente uma saída rawlsoniana, por meio da institucionalização da justiça (como acesso aos bens e oportunidades) que gerariam condições para uma sociedade mais igualitária. A satisfação das necessidades materiais de indivíduos carentes construiria as condições para uma cidadania plena, ou seja, para

a participação política de fato. Mas até que ponto essa alternativa não seria apenas mais outra roupagem para retirar da crise o Estado de bem estar social? Não seria um estado paternalista, mas só que superficialmente modificado?

O estado não deve se resumir apenas como o garantidor da satisfação das necessidades materiais para os cidadãos, mas, além disso, ele deve contribuir para ampliar o espaço de discussão entre os indivíduos. Até que ponto o problema da falta de participação política pela cidadania passiva concentra-se somente na falta de condições materiais dos indivíduos? Será que a esfera das ações políticas encontram-se na esfera da sobrevivência biológica do indivíduo?

O pensamento iluminista defendia a emancipação do sujeito em relação ao poder absoluto dos reis. A liberdade conquistada pela ação dos sujeitos no espaço da fala foi deteriorada devido à relevância pública que as necessidades privadas ganharam. Logo, o resgate do que se perdeu nas origens do pensamento iluminista está no incentivo à participação política do cidadão a partir dos espaços de convivência pública. São os encontros dos indivíduos nos espaços fora da casa que deve ser valorizado por um governo que preza a livre iniciativa.

Uma das formas de incentivar a cidadania, por exemplo, seria o subsídio governamental do acesso à cultura. Ou seja, aproximar a esfera cidadã da esfera cultural, seria uma maneira de contribuir para a participação política, e de uma cidadania que fosse realmente ativa.

Portanto, a visão da tendência rawlsoniana de se resgatar a cidadania a partir da promoção da justiça por meio da satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência, não contempla o sentido que este trabalho pretende fornecer à cidadania ancorada numa noção de participação política a partir da idéia de emancipação social. Pois, é preciso que, antes de mais nada, a cidadania seja analisada ressaltando seu conteúdo comunicativo num espaço plural. É preciso reconhecer que as relações conflituosas entre Estado e sociedade se dão nos espaços comunicativos que os cidadãos cotidianamente constroem. Porém, esses espaços recebem influência da mídia, a qual, fornece as condições para a formação da opinião pública dos cidadãos. Com isso, a idéia de se refletir a cidadania deve levar em conta um espaço comunicativo formado no entorno das mídias.

De acordo com o que foi visto até aqui, percebe-se que não houve muito avanço na produção de um campo conceitual que pudesse abarcar a cidadania, a ponto de estabelecê-la como paradigma das relações entre Estado e sociedade. Ela foi vista, ao

longo do tempo, como mero instrumento para legitimar o poder. A democracia representativa, como a forma atual de sistema de governo e modo de organização social, ainda parte de uma concepção de que os cidadãos resumem-se como destinatários das políticas governamentais. E a principal forma que o Estado faz uso para se comunicar com o cidadão, é através das instituições de comunicação. Logo, a questão a saber, é quais as possíveis relações entre o governo e a mídia, e quais os efeitos dessas relações para a cidadania.

Considerando tanto o rádio quanto a televisão como os carros chefes da comunicação de massa, afere-se que a propaganda de governo é uma das formas mais eficazes que os líderes políticos usam para convencer os cidadãos sobre o que está sendo feito. A comunicação política encontra na cidadania o seu objetivo final. Pois os indivíduos são informados pelos governos de um lado, e de outro, pela imprensa, a qual, tem a função de formar uma opinião pública crítica. Essa opinião crítica faz com que os cidadãos articulem-se e reivindiquem ações do governo. Logo, a comunicação política, é uma ferramenta útil aos governantes não apenas para informar a população, mas sim, cooptar a cidadania crítica.

Com o advento da imprensa no século XVII (tema que será discutido posteriormente neste trabalho) cria-se um espaço de discussão público de pessoas privadas. É nesse espaço que a crítica social é formada e contribui para a mobilização dos sujeitos. Logo, a imprensa, devido ao seu papel histórico de informar, construiu ao longo do tempo condições de credibilidade perante os cidadãos. Sendo assim, a imprensa exerce a função de informar com muito mais eficiência do que o Estado. A idéia de que as mídias fomentam o debate nos espaços comunicativos é uma das formas de se compreender as relações que se estabelecem entre a mídia, cidadania e Estado.

### **1.3- Esfera pública e cidadania**

O que se pretende analisar é uma noção de cidadania, como participação política no espaço público, que possa servir de paradigma na relação entre Estado e sociedade no âmbito do regime democrático. Ou seja, até que ponto a cidadania é condição suficiente para a democracia? Segundo Sérgio Costa, “(...) cabe á esfera pública um lugar central: ela se torna a arena onde se dá tanto o amálgama da vontade coletiva quanto a justificação das decisões políticas previamente acertadas” (2002, p. 15).

Portanto, é a esfera pública que fornece as condições para uma participação política efetiva dos cidadãos.

A partir do que foi exposto até o presente momento, verifica-se alguns pontos pertinentes: primeiramente, o Estado garante a cidadania como direito de participação política, ou seja, é ele quem define os horizontes, os limites para a cidadania. Com isso, a cidadania do ponto de vista do poder político do Estado, é um instrumento para legitimar o poder.

Apesar da tendência do Estado em cooptar a cidadania, os membros da sociedade constantemente promovem manifestações e se mobilizam no intuito de pressionar e reivindicar o papel de defensor do interesse público do Estado. Na realidade, o que ocorre nas relações entre Estado e cidadania, é o conflito permanente: de um lado, o Estado tenta determinar uma cidadania instrumentalizada e controlada; e por outro lado, os sujeitos sociais mobilizam-se e demonstram novas formas de organização social pautadas por uma esfera de valor cujo referencial encontra-se na participação como fruto da compreensão mútua.

Não é no campo estatal que se encontra a fonte de uma cidadania ativa, mas sim, são nos espaços públicos políticos que os sujeitos articulam-se tendo em vista uma mobilização estrutural. Ou seja, o princípio que norteia os diversos atores que compõem o espaço público é marcado pelo sentimento de transformação social. Os movimentos sociais pela reforma agrária, por exemplo, tem em vista o reordenamento das estruturas sociais a partir da redistribuição da produção das riquezas materiais. A propriedade privada, nesse sentido, é revista levando em conta a desigualdade social como fundamento para os discursos dos atores sociais.

Logo, a especificidade da cidadania, ou seja, da articulação dos sujeitos sociais, no âmbito da esfera pública, é definida pela mudança dos paradigmas que sustentam a estrutura social. Não é uma cidadania passiva, do ponto de vista das concepções clássicas que serviram de apóio à construção do Estado, e sim, extremamente ativa e reflexiva. A construção dessa reflexividade, pertencente á cidadania ativa, até que ponto não é influenciada pela imprensa, por meio da formação da opinião pública crítica<sup>7</sup>? Sendo assim, há alguma relação de complementaridade entre cidadania e mídia através do fomento à uma opinião pública crítica? Para a melhor compreensão destas problemáticas, é preciso diferenciar os seguintes conceitos: comunicação e meios de

---

<sup>7</sup> O conceito de opinião pública será melhor discutido quando o pensamento de Habermas for abordado neste trabalho.

comunicação de massa na tentativa de definir mídia, para, então, refletir as relações entre mídia e a cidadania.

#### **1.4- Mídia e cidadania**

O texto dissertativo direciona-se na tentativa de se compreender o conceito de mídia, a partir da apropriação crítica de “meios de comunicação de massa”. Primeiro, preocupa-se em verificar a viabilidade do termo “meio” para se definir comunicação, e depois, pretende-se analisar o termo “massa”, como objeto dos conteúdos produzidos pela mídia. Para realizar tal abordagem, a análise se fundamentará por meio das contribuições dos autores Signates e Thompson. O primeiro, defendeu no primeiro capítulo de sua tese de doutorado, a superação conceitual da noção de “meio”. E o segundo, ressaltou as incoerências de se fazer uso do termo “massa” para definir a uniformidade de pensamento e comportamento do público receptor dos conteúdos midiáticos.

A noção de “meio” pressupõe, o canal, pelo qual, são transmitidos os conteúdos. Por isso questiona-se até que ponto é possível resumir todo o complexo do aparato mediático e sua influência na sociedade, a partir da noção de mera transmissão de conteúdo? Essa visão de “meios” foi largamente utilizada pelos primeiros críticos em relação à mídia: os teóricos de Frankfurt.

Segundo Signates,

a noção de comunicação como meio se refere diretamente à idéia de que os processos a ela vinculados cumprem um papel de intermediação entre distintas áreas que lhe seriam externas. Nesse sentido, o pressuposto que funciona nesse uso leva em consideração que as sociedades sempre foram constituídas a partir das possibilidades de comunicação entre seus membros, mas, com o avanço tecnológico e o aumento da complexidade das relações sociais, multiplicaram os aparatos técnicos e organizacionais para o cumprimento desse papel (2009, p.19).

A transmissão de conteúdos é um dos papéis desempenhados pela mídia, porém, ressaltou-se somente a idéia de “meio”, pela razão de que os “meios de comunicação” desempenham a função de estabelecer o intermédio entre os grupos sociais. Essa visão da mídia como meios orientada a fins impregnou a constituição da noção de “meios”, segundo Signates (2009, p.19). Com isso, esvaziou a comunicação da possibilidade de se concebê-la como valor em si mesma. Nessa concepção, o conceito de comunicação é instrumentalizada na medida em que ela serve para estabelecer o intermédio entre as pessoas, e os meios referem-se aos aparatos técnicos para realizar tal fim.

Na tentativa de entender o conceito comunicação de massa, primeiro, é preciso evidenciar a importância do critério quantitativo que define o emprego do conceito. O termo “massa”, numa interpretação superficial, diz respeito a uma imensa quantidade de indivíduos receptores dos meios de comunicação. Porém, Segundo Thompson, na verdade a quantidade de indivíduos que as instituições de comunicação pretendem atingir é o que menos importa, “(...) mas no fato de que estes produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários” (THOMPSON, 2008, p. 30).

A primeira observação importante a se fazer na citação acima, é a diferenciação conceitual que Thompson estabelece entre “meios técnicos de comunicação” e “meios de comunicação”. Os primeiros são “os elementos materiais pelos quais a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido” (2008, p.30). Já a definição de meios de comunicação, Thompson a denomina de conjunto de instituições.

Essa diferenciação é importante na medida em que cessa a confusão entre meios técnicos e instituições. Ou seja, os grupos humanos que detêm os meios técnicos, agem seguindo interesses, logo, a mensagem não pode ser pensada somente a partir da produção técnica, mas sim, como fruto de uma produção simbólica. Os conteúdos simbólicos produzidos pelas instituições de comunicação manifestam diversos posicionamentos, tais como políticos e ideológicos, por exemplo.

A segunda observação de Thompson, extremamente pertinente para esta dissertação, diz respeito aos pressupostos em que os críticos, principalmente os da Escola de Frankfurt, se basearam para entender os meios de comunicação. Tanto o termo “sociedade de massa”, quanto “comunicação de massa” partem da idéia de que os indivíduos são passivos diante dos conteúdos veiculados pelas instituições de comunicação. A referência conceitual que melhor ilustra essa idéia é o termo “Indústria Cultural” criado por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento:

Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra fílmica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos (...) paralisam essas capacidade em virtude de sua própria constituição objetiva (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.119).

A “Indústria Cultural” é responsável por criar uma sociedade homogênea de indivíduos acríticos e portanto passivos perante os produtos da mídia. Quanto a essa atomização dos indivíduos, Thompson é claro ao dizer que “devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares” (2008, p. 31).

Feitas estas observações sobre o termo “massa”, Thompson se debruça sobre o termo “comunicação” que também pode, como diz ele próprio, enganar facilmente se não for levar em conta alguns aspectos. O primeiro aspecto ressaltado por Thompson é que “os intercâmbios numa interação face a face são fundamentalmente dialógicos” (2008, p.31). Ou seja, a reciprocidade presente na comunicação entre indivíduos não ocorre na comunicação de “massa”, já que “o fluxo de comunicação é esmagadoramente de sentido único” (2008, p.31).

As audiências possuem uma ínfima participação na produção dos produtos midiáticos, diferentemente do que ocorre na interação face a face marcada pela reciprocidade. Mas isso não quer dizer que os indivíduos são seres passivos, “mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 2008, p.31).

Dessa forma, Thompson estabelece uma nítida e importante diferenciação entre os termos difusão ou transmissão, de comunicação. O marco que estabelece essa definição dos termos, é a interação. Portanto, para esta dissertação, utilizar-se-á no lugar



de meios de comunicação, os conceitos instituições de comunicação ou simplesmente mídia.

De posse das definições mais claras dos termos pertinentes para esta dissertação, se faz necessário o retorno da problemática que norteia as preocupações do presente trabalho: quais as possíveis relações entre mídia e cidadania que contribuem para uma melhor compreensão da noção de participação política? Primeiramente, verificou-se que há dois tipos de cidadania: a passiva e a ativa. A primeira diz respeito aos direitos de que cada indivíduo recebe do Estado nacional. A autonomia do indivíduo é definida pelos direitos outorgados pelo Estado. Logo, o direito à participação política, por exemplo, apenas serve como um meio que o Estado encontrou para se legitimar diante dos membros da sociedade.

Já a cidadania ativa, pertence a uma esfera que extrapola os limites impostos pelo Estado: a esfera pública política. Porém, antes de entrar no conceito de esfera pública propriamente dita, é preciso ressaltar que o conceito de cidadania ativa é amparado por novas formas de participação política. Nesse sentido, a partir da década de 1990, surgem no cenário das manifestações políticas, novas formas de cidadania no contexto das transformações sociais provocadas por dois fatores: de um lado, a globalização, marcada pela internacionalização do mercado financeiro, e de outro, o advento de novas tecnologias de comunicação que dão suporte ao primeiro fator apontado (KUNSCH, 2005, p. 29). Segundo os apontamentos de Kunsch:

A organização desses agentes que integram a sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs, associações, grupos de interesses e de pressão, comunidades virtuais etc.) possibilita uma mobilização social em torno de objetivos comuns na defesa dos direitos de cidadania (KUNSCH, 2008, p. 29).

A participação política empreendida por novos atores sociais, até que ponto não contribui para o surgimento de perspectivas inovadoras para se refletir sobre uma noção de cidadania ativa? Novas formas de integração entre os sujeitos sociais que se mobilizam promovem uma inovação na abordagem sobre a participação política, a qual, não se restringe mais no âmbito dos direitos políticos outorgados pelo Estado.

A participação política dos atores sociais vai muito além da cidadania passiva. Prova disso são os movimentos sociais, os quais, cada vez mais se internacionalizam e inauguram novos espaços públicos para a discussão de pontos de vistas. A capacidade de mobilização dos atores encontra-se, talvez, na eficiência desses espaços públicos criados em torno dos movimentos. São esses espaços discursivos que promovem um debate mais amplo entre os movimentos e demais entidades da sociedade. Porém, o que se questiona é que a participação política que constrói uma cidadania ativa resume-se somente nos atores sociais? Qual a especificidade de participação política dos demais membros da sociedade?

Antes de partir para a reflexão das questões apresentadas acima, é preciso reconhecer a importância da mobilização dos atores políticos. Essa importância talvez repose na integração dos movimentos sociais globais, cujo o exemplo mais ilustre seria o Fórum Social Mundial, surgido em Porto Alegre, Brasil, no ano de 2001. Seria uma espécie de convergência de praticamente todos os movimentos, entidades de classe e demais associações políticas que se encontram nos eventos promovidos pelo Fórum, que ilustra bem essa nova perspectiva de participação política.

A questão, a saber, é qual o papel da mídia no processo de construção de uma nova forma de cidadania a partir das mobilizações dos atores sociais? De acordo com a diferenciação colocada por Thompson, as mídias diferenciam-se pela palavra chave, como foi dito anteriormente, interação. Ou seja, de um lado, as instituições de comunicação, as quais, fazem uso de meios técnicos pautados pela transmissão das mensagens. Do outro, as instituições estruturadas a partir da interatividade. As primeiras referem-se basicamente à televisão, rádio, jornal, literatura, etc. Já as segundas são representadas principalmente pela rede mundial de computadores.

Essa diferenciação permite uma análise com mais nitidez, sobre as possíveis relações entre mídia e cidadania, porém, ainda não é suficiente. Pois é preciso levar em conta qual a especificidade das esferas públicas construídas no entorno de cada mídia e de que modo essas esferas discursivas influenciam na construção de um tipo de cidadania. Por isso, se faz necessário recuperar a noção de comunicação para entender melhor o papel da mídia no processo de construção da cidadania.

Thompson assim como vários autores, define o conceito comunicação a partir da interação. De acordo com os resultados a partir de uma breve análise etimológica de Luiz C. Martino, sobre a comunicação, pode se chegar a outras definições.

Enfim, o significado de comunicação também pode ser expresso na simples decomposição do termo comum+ação, de onde o significado “ação em comum”, desde que se tenha em conta que o “algo em comum” refere-se a um mesmo objeto de consciência e não a coisas materiais, ou à propriedade de coisas materiais. A “ação” realizada não é sobre a matéria, mas sobre outrem, justamente aquela cuja intenção é realizar o ato de duas (ou mais) consciências com objetos comuns. (...) o termo “comunicação” refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciências, ele exprime a relação entre consciências (MARTINO, 2007, p. 14)

A comunicação é a ação compartilhada entre sujeitos por objetos de consciência. A ação propriamente dita, é a atitude dos sujeitos na tentativa de se colocar algo em comum entre os participantes da interação. Comunicação, portanto, é a ação dos sujeitos orientados a partir da necessidade de se interagirem. Talvez esse conceito de comunicação, como ação, seja um ponto de partida para pensar as relações entre mídia e cidadania. A primeira entra em contato com o segundo por meio da informação, logo, o que é informação?

Segundo Martino, “informação é o rastro que uma consciência deixa sobre um suporte material de modo que uma outra consciência pode resgatar, recuperar, então simular, o estado em que se encontrava a primeira consciência” (2007, p.17). A mídia produz seus rastros de consciência sobre os diversos grupos de indivíduos sociais. Quais os efeitos dessas marcas de consciência para o cidadão passivo e para o cidadão ativo? De que modo cada um interpreta e agrega os conteúdos simbólicos mediáticos para as suas realidades? Essa questão pode ser muito bem respondida por pesquisas de mediação, porém, não é o objetivo desta dissertação.

Primeiramente, é preciso partir do reconhecimento de que a imprensa nos seus diversos formatos capacita o indivíduo a obter as informações necessárias sobre o mundo que o cerca. É com base nessas informações, ou seja, dos “rastros de consciência” produzidas pelas instituições de comunicação, que se constitui a opinião pública crítica. O cidadão, de posse dessas informações, possui condições de criar um senso crítico e perceber, por exemplo, que o governo, em princípio, representaria o interesse público, na maioria das vezes age no sentido contrário, ou seja, defende

interesses de grandes conglomerados, como as instituições financeiras, por exemplo. Com base nessa percepção, o indivíduo se conscientiza da necessidade de se mobilizar.

A cidadania passiva pode se transformar em cidadania ativa, de acordo com a informação produzida pelas instituições de comunicação. Elas podem contribuir, tanto para a passividade dos sujeitos, quanto para a ação política, na medida em que isso depende da maneira como cada cidadão interpretará as mensagens midiáticas, com base na vivência e história de vida de cada um e do contexto social e cultural o indivíduo se insere.

Já a rede mundial de computadores, devido a sua principal característica que a define, a interatividade, contribui não só para informar e criar o senso crítico dos sujeitos político, mas principalmente, fornece condições para a mobilização. O Fórum Social Mundial é o maior exemplo de mobilização social internacional promovida a partir do uso da internet. A principal contribuição dessas novas tecnologias de comunicação para as organizações<sup>8</sup>, é a internacionalização e a criação de espaços públicos globais que permite ampliar e tornar cada vez mais eficiente a mobilização por parte dos atores.

A questão que se coloca agora é qual a especificidade do espaço público criado a partir do uso dessas novas tecnologias. Qual o grau de eficiência que os movimentos sociais internacionais atingem com o uso da internet, por exemplo? Existe possibilidade para se pensar então numa cidadania global, a partir da internacionalização dos movimentos sociais proporcionados pelas novas tecnologias?

Antes de responder essas questões, é preciso verificar, antes de qualquer coisa, qual a condição humana que possibilita a cidadania, ou seja, apesar de haver um grande número de indivíduos que participam ativamente nos movimentos sociais, ainda a grande maioria passa longe da participação política. Por quê? Todos são cidadãos perante o Estado, porém, poucos exercem o direito de serem partícipes.

O problema em torno da compreensão sobre a cidadania e participação política vai muito além da satisfação das necessidades materiais dos indivíduos. Por isso a via teórica de Rawls é problemática ao não perceber a necessidade de se refletir sobre as potencialidades do espaço público, como condição essencial para a cidadania e para a participação política efetiva.

---

<sup>8</sup> O termo ONGs - Organizações Não Governamentais, surge pela primeira vez nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) no fim da década de 1940. Referia-se a organismos de caráter privados que adotavam ações sociais financiadas por órgãos públicos (MEKSENAS, 2002, p. 180).

Na tentativa de se refletir sobre o problema da falta de uma cidadania ativa, bem como, fundamentar teoricamente a participação política a partir de uma teoria da condição humana, o presente trabalho encaminha-se para o segundo capítulo. Nele, pretende-se investigar no viés do pensamento de Hannah Arendt, qual a condição humana o sujeito se ampara para poder participar ativamente da política e qual a concepção de espaço público, segundo Arendt.

## Capítulo 2: Conceito de espaço público em Hannah Arendt

Tendo em vista promover uma apropriação teórica das principais contribuições de Arendt acerca do conceito de espaço público, é preciso, resumidamente, percorrer a trajetória do desenvolvimento do pensamento dessa autora. Para isso, foram selecionadas duas obras principais que nortearão o desenvolvimento desta análise: “Origens do Totalitarismo” (1951) e “A Condição Humana” (1958).

A obra de 1951 foi selecionada tendo em vista ressaltar as condições sociais e políticas que tornaram propícias o surgimento do Totalitarismo. A questão pertinente subjacente à análise é saber qual a consequência do advento totalitário para o espaço público. Já a segunda obra foi selecionada para a presente dissertação devido ao fato de que é nela que Arendt fornece conceitos para descobrir a origem, a partir das esferas da *vita activa*, da ascensão do regime totalitário.

Com isso, a partir de quais atividades humanas repousam a propensão para a prática do mal que leva a legitimação da institucionalização do terror? Por outro lado, de que forma os homens afastam a possibilidade para o mal, contribuindo para as condições de uma sociedade que prevaleça a livre iniciativa? São essas questões que encaminharão para uma leitura mais cuidadosa sobre as contribuições de Arendt para o objeto desta dissertação.

### 2.1- O Totalitarismo e a sociedade de massa

Nesse primeiro momento, torna-se relevante destacar duas questões que nortearão o desenvolvimento deste tópico: qual o contexto sócio-político alemão no período anterior à ascensão totalitária e que condicionou o surgimento do mesmo? Quais os meios utilizados pelo movimento totalitário para se ascender como regime político? O resultado das reflexões acerca dessas questões permitirá uma melhor compreensão do conceito de espaço público em Hannah Arendt, já que ela constrói esse conceito levando em conta o sofrimento que ela própria vivenciou como judia alemã refugiada do nazismo.

Todo o desenvolvimento teórico de Hannah Arendt é fruto de suas inquietações e experiências vividas. Com isso, a autora dedicou a primeira obra de sua carreira acadêmica com o objetivo de descortinar as raízes<sup>9</sup> que levaram ao advento do Totalitarismo, como uma nova forma de governo e dominação fundamentados na “organização burocrática de massas, no terror e na ideologia” (LAFER, 2003, p. 25).

O Totalitarismo, entendido como um fenômeno moderno, necessita de novas categorias que dêem conta de compreendê-lo na sua totalidade. Com essa preocupação, Hannah Arendt promove uma inovação teórica por meio de uma sofisticada revisão da tradição do pensamento clássico da política. “A tradição ocidental não tinha nem categorias, nem respostas, pois o totalitarismo apareceu tanto como um desdobramento da utopia capitalista, quanto da utopia socialista, conforme mostram as suas vertentes nazista e stalinista” (2003). Hannah Arendt percebe essa lacuna e desenvolve novos conceitos, por meio dos quais, a autora possibilita uma melhor elucidação do tema.

Com a publicação da obra em 1951, Arendt investiga a gênese do fenômeno totalitário, partindo do pressuposto de que ele advém, de um lado, do anti-semitismo moderno e do outro, do imperialismo. Segundo Celso Lafer, O primeiro é

fruto das tensões entre Estado e Sociedade Civil, que surgiram na Europa a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da Sociedade Civil. (LAFER, 2003, p.25).

O anti-semitismo serviu de base para a propaganda totalitária que percebeu claramente o distanciamento do povo judeu com o resto da sociedade e criou formas de manipulação que colocava o judeu como o pivô da crise que a Alemanha vivia no período entre - guerras.

---

<sup>9</sup> Quanto às raízes do totalitarismo de esquerda (soviético), Arendt discute essas questões em obras que ainda não foram traduzidas para o português, tais como: Karl Marx and the Tradition of Political Thought; Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: the Modern Challenge to Tradition e Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: The Modern Challenge to Tradition (2ª versão). Em português existem duas obras escritas por comentaristas de Arendt que tratam desta questão: 1) André Duarte – O pensamento à sombra da ruptura – política e filosofia em Hannah Arendt (Paz e Terra, 2000) e 2) Hannah Arendt & Karl Marx – O mundo do trabalho (Eugênia Sales Wagner, Ateliê Editorial, 2000).

Já o imperialismo foi o “resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa”. (2003, p.26) A prática do imperialismo, como forma de administração política burguesa, provocou as condições que propiciaram o advento totalitário: o racismo, o expansionismo e a burocracia. O primeiro, fez com que o europeu se tornasse cada vez mais insensível com outros povos, o que construiu um terreno fértil para a prática do genocídio. O expansionismo refere-se à pretensão totalitária de se internacionalizar. E por fim, a burocracia, foi o meio encontrado pelos burgueses de administrar a sociedade de forma cada vez mais autônoma e eficaz, excluindo cada vez mais a sociedade do poder, pois apenas os mais competentes poderiam ocupar cargos públicos.

A partir desses breves apontamentos referentes às circunstâncias criadas para o surgimento do fenômeno totalitário, é imprescindível uma análise mais próxima da obra de Hannah Arendt com o objetivo de compreender melhor a visão da autora sobre o tema proposto e aprofundar ainda mais nas condições que criaram um terreno fértil para o Totalitarismo.

Uma das formas de explicar a ascensão do regime totalitário é através da relação que Arendt estabelece entre o regime e as “massas”, na medida em que o primeiro é dependente do segundo. Uma das ferramentas mais eficazes construído para convencer as massas foi a propaganda, a qual, será tratada com mais acuidade posteriormente.

Diferente de muitos que tentam explicar o fenômeno do totalitarismo, Hannah Arendt não atribui à propaganda como o principal fator que determinou o surgimento do mesmo. Mas sim, como mais um dentre vários elementos que auxiliou na construção do contexto propício para que o movimento se efetivasse como regime político. O que leva as pessoas legitimarem tamanha violência? O que faz um cidadão comum se transformar num soldado de Hitler? Segundo Arendt, é a futilidade.

Arendt lembra que quando um membro de um partido nazista tem a intenção de se promover e adquirir status, é o que impulsiona um homem a cometer atos violentos. Essa impulsividade repousa no que ela chama de normalidade: na ausência de total reflexão, de princípios ou valores éticos, sobra o vazio que faz com que o indivíduo deixe de se preocupar ou de levar em conta a vontade alheia<sup>10</sup>.

É na tentativa de se ascender dentro do partido, por meio do respeito e

---

<sup>10</sup> O conceito de Banalidade do Mal e a forma como ele é construído no pensamento de Arendt, será discutido posteriormente.



reconhecimento, que o membro comum do grupo passa a praticar atos violentos. Segundo Hannah Arendt, a consequência direta disso é a destruição da própria capacidade de sentir e principalmente de perceber o outro. Do ponto de vista histórico, essa deturpação do homem em enxergar o outro, e sim apenas as suas necessidades enquanto indivíduo, é resultado de uma crise estrutural dos regimes democráticos europeus logo após a I Guerra Mundial, como disse Hannah Arendt: “Depois da I Guerra Mundial, uma onda anti-democrática e pré-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa” (2004, p. 358).

Devido à crise nas instituições democráticas europeias no período entre - guerras, houve uma profunda perda significativa, por parte dos cidadãos, do interesse em participar da política, sendo que aos poucos, foram se tornando cada vez mais “indiferentes com a política e ao mesmo tempo não se organizam politicamente em torno de um partido” (2004, p. 361). O termo “massa”, sendo uma das categorias centrais no pensamento da autora, define justamente essa característica marcante numa sociedade, em que as pessoas se conformam com a situação e se fecham em suas vidas privadas. Segundo Hannah Arendt, a sociedade de massa, constituída por seres incapazes de pensar em termos coletivos, foi um dos fatores que criaram as condições propícias à ascensão do movimento totalitário ao poder.

Massa foi a forma pela qual, os responsáveis pelo controle dos meios de comunicação nazista por meio da produção e veiculação da propaganda totalitária, encaravam a sociedade: como seres passivos, objetos de manipulação para o regime e para o “bem” da Alemanha. Essa concepção foi a que orientou o nazismo na construção de sua propaganda que veiculava nos meios de comunicação: a superioridade dos argumentos nazistas geralmente fundamentados na ciência criavam a imagem de uma Alemanha digna de liderar todo o bloco europeu através do controle sistemático das massas.

No momento anterior à instalação do regime totalitário, enquanto este constituía-se como um movimento político, tanto o nazismo quanto o comunismo após 1930, recrutaram boa parte dos seus membros junto à massa. Pois os mesmos eram facilmente convencidos (por razões aqui já apontadas) em aderir a métodos violentos e não persuasivos.

Segundo Hannah Arendt, o regime democrático alemão não conseguiu evitar o totalitarismo devido ao fato de que “as massas, politicamente neutras e indiferentes, podiam facilmente construir a maioria num país de governo democrático, e que,

portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas por uma minoria” (2004, p. 362).

Outro fator importante apontado por Arendt que contribuiu para a ascensão do Totalitarismo ao poder, foi o colapso do sistema de classes, tanto na Alemanha quanto na Rússia. Ou seja, a massificação da sociedade que pode ser explicada pela “sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia, gerou apatia, e até mesmo hostilidade em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe” (2004, p. 363). Como consequência, o indivíduo gastava energia competindo, e dessa forma, afastava-se dos “exercícios dos deveres e responsabilidades do cidadão”, por isso, as pessoas adotaram o pensamento de que a participação política era uma “perda desnecessária do seu tempo e energia” (2004, p. 363).

Do ponto de vista da representatividade, a burguesia era a única representada no Parlamento, já a massa, tomada pela apatia e desarticulação política, não possuía nenhuma representatividade junto às esferas de poder. Logo, a atuação política foi reduzida ao mero serviço público, ocupado pela burguesia, havendo uma significativa diminuição de um “corpo político de cidadãos que se sentissem individual e pessoalmente responsáveis pelo governo do país” (2004, p. 364). A consequência da diluição das classes, ou até mesmo o desaparecimento delas, fez com que houvesse uma crise de representatividade partidária.

Para que as massas fossem convencidas, diante de tanta imobilidade e indiferença, era necessário que os partidos totalitários apelassem ideologicamente nas suas propagandas, na tentativa de agregar novos membros. Isso é fruto da consciência da “desimportância e da dispensabilidade que aos poucos deixam de ser expressões da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa” (2004, p. 365).

A sociedade de massa é incapaz de formar um interesse comum, sendo a única coisa compartilhada, e sendo isso que a torna massificada, é a apatia seguida de comodismo político. É interessante ressaltar que, para Hannah Arendt, as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa é o isolamento e a falta de relações sociais. Logo, o surgimento e crescimento de regimes totalitários depende “das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada”. (2004, p. 368).

O Totalitarismo, enquanto regime político, promoveu a dominação irrestrita e sem limites de todas as possíveis atividades autônomas por parte dos cidadãos. Conseqüentemente há uma nítida perda de participação política devido à captação das

esferas de convivências autônomas na sociedade pelo regime Totalitário, e nesse sentido, o presente texto fará uma abordagem mais detalhada dos efeitos produzidos pelo Totalitarismo no espaço público num momento posterior.

Retomando à questão da adesão de pessoas junto aos movimentos totalitários, Hannah Arendt chama atenção pelo fato de que a “lealdade só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto” (2004, p. 373). Ou seja, o que faz uma pessoa seguir as diretrizes de um movimento político fundamentado no uso da violência, seria justamente a lealdade em seguir as ordens. A lealdade sem limites, cega o indivíduo, fazendo com que este não enxergue as consequências dos seus atos, mas sim, apenas o que ele pode ganhar, dentro do partido em termos de reconhecimento e respeito. Com isso, Arendt resume essa questão numa frase comum da época: “minha honra é a minha lealdade” (2004, p. 374).

## **2.2- Propaganda e terror**

Uma das questões que mais chama atenção no Totalitarismo é a estreita relação entre a propaganda e o terror. Antes de continuar com o desenvolvimento deste tópico, é importante notar que Hannah Arendt, em sua análise da gênese do totalitarismo na Europa, passa pela diferenciação do movimento totalitário com o regime. Ela destaca o fato de que o primeiro se desacopla do segundo por meio da recusa, por parte de Hitler, em discutir os pontos de adequação dos interesses nazistas com os do partido, havendo então uma exclusão do diálogo.

Hitler, num de seus discursos, proferiu a seguinte frase que comprova esse fato: “Tudo o que vocês são, o são através de mim, tudo o que eu sou, sou somente através de vocês” (2004, p. 374). Neste trecho de uma das falas públicas de Hitler, percebe-se que ele personifica o poder através dos interesses das massas. Ele chama para si toda a responsabilidade de colocar em prática, de tornar real o sonho alemão de liderança mundial. Em contrapartida, o apoio do povo irrestrito é fundamental para o êxito. Dessa forma, Hitler afasta qualquer possibilidade do partido exercer o papel mediador entre o regime e os interesses sociais. Logo, aos poucos o diálogo, como um meio para a construção de consensos, gradativamente cede espaço à violência sem limites.

A violência instrumentalizada pelo regime transformou-se em terrorismo, o qual, atraiu tanto a *ralé* quanto os intelectuais. O terrorismo era visto como uma espécie de

“expressionismo político”, seguindo a filosofia de que era possível expressar pela violência toda frustração, ressentimento e ódio cego, gerados pela crise entre guerras, pelo fato da Alemanha ter se saído humilhada da Primeira Guerra Mundial. Logo, essa prática serviu principalmente para atrair novos adeptos à causa nazista, que consistia em reconstruir uma Alemanha forte e que conseguisse liderar, através da violência, todo o bloco europeu.

Como foi dito anteriormente, a propaganda foi outro grande meio encontrado pelo totalitarismo, tanto para se ascender ao poder, quanto para se manter como regime político. Hannah Arendt estabelece a relação entre a propaganda e a doutrina ideológica, sendo a primeira, direcionada tanto externamente, aos países não totalitários, quanto às camadas sociais também não totalitárias.

Já a doutrina ideológica é aliada direta do terror, o qual, cresce junto com os movimentos. Porém, o que chama atenção é que houve uma continuidade e até mesmo um acirramento no emprego do terror mesmo após a ascensão e estabilização do regime totalitário. E o ápice da empregabilidade do terror pelo regime deu-se nos campos de concentração, e nesse ponto, a propaganda totalitária desaparece e somente o terror prevalece. Como bem coloca Hannah Arendt, “o terror como substituto da propaganda alcançou maior importância no nazismo do que no comunismo” (2004, p. 393).

O terror, implementado pelo movimento nazista dirigia-se contra “pequenos funcionários socialistas ou membros influentes dos partidos inimigos” (2004, p.393) e teve efeito na população no sentido de convencê-la de que era mais seguro pertencer ao partido nazista do que ser leal à república.

Em termos de conteúdo da propaganda nazista e stalinista, a primeira baseava-se pelas “insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não deram ouvidos aos seus ensinamentos” (2004, p. 394). Já a propaganda comunista “ameaça as pessoas com a possibilidade de perderem o trem da história, de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo” (2004, p. 394).

A principal fundamentação útil à propaganda totalitária, foi o cientificismo, que se fez presente até o momento da ascensão ao poder, após isso, o regime abandona esse ponto de vista. O uso deturpado da ciência como fundamento para a manipulação das massas tinha como pretensão maior a previsibilidade, apoiada em pressupostos positivistas. Segundo Comte, o futuro pode vir a ser previsto cientificamente, e essa idéia advém do pressuposto de que o poder possui leis objetivas que podem ser descobertas (2004). É o chamado método da “predição infalível”, cujo objetivo era

tornar verdadeiras suas profecias e provar ao povo a eficácia do regime, tornando-o inquestionável, já que ele se baseia em preceitos científicos.

Outro aspecto que chama a atenção de Hannah Arendt como um dos meios úteis à propaganda totalitária, é o seu apelo à ficção, sendo algo extremamente buscado pelas massas justamente pela fuga da realidade. Nesse sentido, Arendt destaca, como consequência do uso da ficção pela propaganda, a perda do bom senso ou senso comum das massas. Um dos grandes objetivos da propaganda em adotar a ficção seria a construção de uma coerência, ou uma realidade palpável. Segundo a autora:

Antes de tomarem o poder e criarem um mundo à imagem da sua doutrina, os movimentos totalitários invocam esse falso mundo de coerências, que é mais adequado às necessidades da mente humana do que a própria realidade; nele através da pura imaginação, as massas desarraigadas podem sentir-se à vontade e evitar os eternos golpes que a vida e as experiências verdadeiras infligem aos seres humanos e às suas expectativas. A força da propaganda totalitária (...) reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real. (ARENDR, 2004, p. 402).

Nesse sentido, a autora na última frase da citação, destaca o fato de que as massas, cada vez mais isoladas e desprovidas de meios de convivência, tornam-se vulneráveis à propaganda totalitária por meio da destruição do senso comum, como foi apontado anteriormente. Esse é um dos pontos de destaque para análise das consequências do totalitarismo para o espaço público, que será analisado no último tópico do presente artigo.

E o último grande método apontado por Hannah Arendt na propaganda totalitária, mais especificamente no caso do nazismo, foi o anti-semitismo. Retomando o que foi dito no início deste texto: historicamente os judeus foram um grupo protegido pelo poder político, separados da sociedade. Com o advento do Estado-nação e a gradativa crise do mesmo (pós-Primeira Guerra Mundial), os judeus, não como classe, mas como um grupo diferente e alheio à sociedade, foi sendo assimilado pela mesma e com isso, foi-se construindo uma imagem negativa do povo judaico por parte da

sociedade. O movimento nazista percebeu essa problemática, de que o judeu era um grupo à parte da sociedade, e construiu um discurso fomentando o ódio ao judeu, como um povo traidor, não pertencente ao povo e culpado pela crise econômica que a Alemanha enfrentava no período entre guerras.

No contexto da propaganda nazista anti-semita, a estratégia utilizada para se responder a questão sobre qual seria o futuro papel do nazismo, foi o emprego dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. O uso desses protocolos foi útil na organização das massas em torno do objetivo final, que seria a construção de um império mundial, a partir do princípio, alterado pelos nazistas, de que “tudo o que beneficia o povo judaico é moralmente correto e sagrado”, sendo reinterpretado da seguinte forma: “o direito é aquilo que é bom para o povo alemão” (2004, p. 407 e 408).

O ponto forte dos protocolos consiste em fazer a revolução a nível mundial, por meio da dominação dos povos pela organização. Com isso, os nazistas passavam a idéia, através dos protocolos, de que o primeiro povo a se organizar e combater os judeus, tomarão o lugar deles no mundo (2004, p. 409).

O termo *Volksgemeinschaft* concentra toda essa visão, fundamentada principalmente na absoluta igualdade dos alemães (igualdade de natureza), tornando os outros povos diferentes e passíveis de serem dominados. (2004, p. 410).

### **2.3- O Isolamento e o fim da esfera pública**

Um dos principais sintomas que caracteriza as sociedades contemporâneas é a solidão de massa. Tal fenômeno justifica a sua novidade pelo fato de que antes, a solidão era “sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores” (ALBINO, 2008, p.393).

A solidão cria o ambiente social propício para a instalação de regimes tirânicos devido ao esvaziamento do espaço público - a sociedade perde sua capacidade comunicativa de articular resistências. Portanto, isolamento, no regime totalitário, é a massificação da solidão, piorada pelo medo, pelo terror institucionalizado.

O terror, segundo Arendt, “só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento”. O isolamento, segundo ela, é o “solo

mais fértil e sempre decorre dele” (2004, p. 526). O que o isolamento causa nas relações sociais é a perda de potência, ou seja, da capacidade inata dos indivíduos de se articularem discursivamente. A sociedade isolada não se comunica, ela se deteriora pela perda de poder<sup>11</sup>. Para Arendt, os homens isolados são impotentes por definição” (2004, p. 526), ou seja, são incapazes de agir em conjunto e provocarem poder. Devido à inoperância do agir em conjunto fruto do isolamento, uma sociedade constituída por homens isolados é chamada pela autora de pré-totalitária.

Em definições arendtianas, um homem fabricante de coisas artificiais pode ser solitário, mas um *animal laborans* além de solitário é isolado de convivência. Pois o único interesse que guia as suas atividades é se manter vivo, isolando-se de outros seres humanos para isso. A massa corresponde a “laborização” social, em que indivíduos isolados com seus sentimentos de ódio, humilhação, solidão, etc., fornecem a chave de entrada para a doutrina totalitária. Mas é principalmente por meio do sentimento de solidão que o totalitarismo penetra na esfera da vida íntima dos indivíduos.

O termo “total” define a especificidade da tirania causada pelo totalitarismo em relação a outros governos tirânicos na história, porque ele invade inclusive e principalmente as esferas íntimas do ser humano, destruindo várias potencialidades humanas, sendo uma delas, a comunicativa: a faculdade humana de perceber e se relacionar com o outro e construir possibilidades para um mundo de convivência mútua. Logo, infere-se que a falta de comunicação, ou ao menos, a deturpação dela, provoca o ambiente para a instalação de regimes fundamentados na banalização do mal.

Até o presente momento, o texto preocupou-se em destacar as principais abordagens da obra “Origens do Totalitarismo” tendo em vista a relevância para a compreensão final do conceito de espaço público. Apesar deste conceito não ter sido o tema central da obra, percebe-se que a importância dele reside no fato de que se uma sociedade não construir condições para o espaço público, ela perde seu caráter de pluralidade, fazendo com que o ódio, nutrido na esfera privada, prevaleça e legitime o terror provocado pelo regime.

O vazio na participação política provocado pelo esvaziamento do espaço público destrói qualquer possibilidade de cidadania e junto com ela, formas de contestação social. A sociedade impotente, sem capacidade de articular-se discursivamente, legitimou o regime pelo comodismo privado, pela perda do interesse em se preocupar

---

<sup>11</sup> O conceito de poder em Hannah Arendt será abordado num momento posterior.

com questões políticas.

Essa falta de preocupação não ocorre somente no regime totalitário, mas principalmente antes dele. As pessoas privadas que não se reúnem publicamente contribuem para as condições de se instalar uma tirania. O homem que suspeita do seu vizinho ou teme em não retornar para casa após o trabalho, enfim, o medo da vida pública faz com que haja uma perda gradativa da comunicação como meio de perceber o mundo e criar formas de compartilhá-lo.

O domínio totalitário repousava na falta de participação política gerada pelo esvaziamento do espaço público devido à privatização social, e os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental na busca pela legitimidade do regime por meio da propaganda. A massificação da sociedade alemã foi provocada principalmente pela propaganda totalitária que conseguiu colar no imaginário das pessoas, os interesses do totalitarismo com os sentimentos nutridos na esfera da solidão privada. A promessa totalitária de recuperar a alta estima nacional pelo “retorno” da Alemanha no cenário europeu depois que ela saiu “humilhada” da Primeira Guerra Mundial, é um exemplo do êxito totalitário em penetrar na vida íntima das pessoas e convidá-las à “participar” do regime através da aceitação passiva. Outro exemplo é o fomento do ódio ao judeu através da culpabilidade pela crise econômica alemã.

É importante reconhecer a eficiência, de um lado, dos meios técnicos de comunicação responsáveis pela produção e veiculação da propaganda, e do outro, e principalmente, da mensagem, ou os interesses que se escondiam atrás do “cientifismo”, por exemplo. Aqui não interessa uma análise dos pontos que “fundamentavam” a propaganda nazista, mas sim, os efeitos sociais, e mais especificamente no que diz respeito à participação política, ou a falta da mesma.

Nesse sentido, a falta de participação política gerada pelo esvaziamento da esfera pública e incentivado pelos meios de comunicação, é a condição social propícia à tirania. Esse contexto, apesar da sua especificidade alemã, até que ponto não se aproxima das atuais realidades das sociedades contemporâneas (como foi observado no início deste tópico)? A falta de participação política é típica de sociedades em que os interesses da esfera privada se sobrepõem às da pública. Com isso, várias questões importantes são formuladas a partir dessa linha de raciocínio: até que ponto a democracia da maioria é um regime que fomenta, que incentiva a participação política?

O que está em jogo é se as condições propícias que geraram o totalitarismo não estão sendo criadas nas sociedades atuais. Ou seja, qual o papel do espaço público nos



regimes democráticos modernos? Já que a única forma de evitar um regime tirânico é conferir poder comunicativo às instituições sociais por meio dos espaços públicos, então, qual a efetividade dos mesmos?

Essas questões são pertinentes na medida em que colocam em conflito, de um lado, o regime democrático de massas (que seria a alternativa à tirania) e do outro a participação política que, calcada na cidadania, deve conferir poder às instituições sociais. Porém, é preciso considerar que há uma variável a mais entre a relação conflituosa entre os dois pólos apontados acima já que ela exerceu papel fundamental para a ascensão da tirania: os meios de comunicação de massa. E nesse sentido, qual o papel dos *mass media* no conflito entre democracia e participação política?

Todas essas questões encaminharão as reflexões do presente trabalho, porém, dando continuidade à investigação do conceito de espaço público no pensamento de Hannah Arendt, o texto direciona-se à análise dos principais conceitos que compõem a teoria da Condição Humana com o intuito final de compreender a noção de participação política.

#### **2.4- A Condição Humana e as três esferas da *vita activa***

O presente texto fará uma breve apresentação sobre a teoria da Condição Humana, para localizar qual o contexto teórico se encaixa a noção de participação política no seu pensamento. Antes da apresentação, é importante salientar que a mesma permitirá obter um entendimento mais detalhado acerca dos principais conceitos que estruturam e norteiam as próximas reflexões da autora.

Arendt criou uma teoria para a compreensão do homem na sua *vita activa*, na obra “A Condição Humana” (1958)<sup>12</sup>. Segundo Arendt, são três elementos, ou três dimensões que compõem a *vita activa*: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. A dimensão do *Labor* é tomada pelo processo biológico do corpo humano, sendo a dimensão essencialmente das necessidades vitais. O motivo pelo qual ocorre esta atividade consiste na busca da satisfação das necessidades de sobrevivência ligada ao metabolismo do corpo humano. De modo que esta atividade encontra-se condicionada ao infinito ciclo vital ligado ao processo biológico. “A condição humana do labor é a

---

<sup>12</sup> Ano de publicação.

própria vida” (ARENDT, 2004, p. 15) Percebe-se então que o *Labor*, não permite em nenhum momento a participação política, pois a preocupação do assim chamado *homo laborans* é tão somente com relação a si próprio, com a manutenção da existência do seu corpo biológico no mundo.

Com relação à dimensão do *trabalho*, este consiste na produção de elementos artificiais capazes de ultrapassar o eterno ciclo vital, no qual a espécie humana se insere. O interesse por trás da atividade do *trabalho* é construir um mundo de coisas artificiais duráveis, que não sejam suscetíveis ao infinito ciclo biológico e, com isso, consigam sobreviver e permanecer no tempo. Há uma preocupação aqui com as próximas gerações<sup>13</sup>, o que não ocorre com o homem laborador. “A condição humana do trabalho é a mundanidade” (2004, p. 15) Logo, esta dimensão da *vita activa*, bem como a anterior, não se preocupam com questões de interesse comunitário.

E, por fim, a terceira e última dimensão da *vita activa* corresponde à *ação*, a qual é a atividade por excelência ligada à vida política, cuja preocupação fundamental pauta-se pela busca do bem comum. É a condição humana da *ação*, que leva em conta a pluralidade, bem como, o intercâmbio de idéias orientado ao interesse público. Para tanto, torna-se relevante destacar que nesta dimensão da *vita activa*, não há nenhum elemento mediador entre os homens, a não ser a própria linguagem. “A *ação* (...) corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2004, p. 15).

## 2.5- Ação

A partir do exposto, percebe-se que no âmbito do conceito de *ação*, como atividade humana ligada ao interesse comum, encontra-se a noção de participação política, bem como, de esfera pública em Hannah Arendt. Pois, tanto o *trabalho*, quanto a dimensão da *produção*, enquadram-se no contexto da esfera privada. Somente a dimensão da *ação*, por ser motivada pela busca do bem comum através do uso do diálogo, contribui teoricamente, através do conceito de espaço público, para o entendimento acerca da participação política.

---

<sup>13</sup> Apesar da preocupação em construir coisas para as próximas gerações, a vida ativa do homem fabricante inscreve-se no âmbito do clã, do parentesco familiar, não havendo ainda um sentido de comunidade.

É interessante destacar que Arendt trabalha a noção de esfera pública a partir da retomada em relação à esfera pública da antiguidade clássica grega, a qual, era ocupada obrigatoriamente por homens livres, ou seja, por homens que não estivessem sujeitos à atividade do *Labor* e por isso tinham condições de atuar com questões de interesse público.

A ação no espaço público se dá pelo discurso entre os homens num espaço plural. Para tanto, no que diz respeito à pluralidade humana como elemento central do espaço público, Arendt chama atenção para um duplo aspecto que compõe este conceito: igualdade e diferença. Os homens compreendem a si mesmos porque são iguais, possuem a capacidade de realizar planos para o futuro com base em previsões das necessidades das gerações seguintes. Os homens fazem uso do discurso para comunicarem a si mesmos suas necessidades, seus anseios e pontos de vista. Ou seja, a capacidade para a ação discursiva é o ponto em comum, que coloca os homens em condição de igualdade, e as suas necessidades é o que os torna diferentes entre si. As diferenças são equacionadas discursivamente, como diz Arendt “Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas” (2004, p. 188).

A diferença emerge entre os homens somente no discurso, porque esse é o momento em que cada um torna-se ciente das necessidades do outro. Por meio do discurso e da ação “os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (2004, p. 189).

A ação produz feitos duradouros no mundo que se tornam objetos da história humana. Para Hannah Arendt, o homem somente é visto no mundo e desse modo deixa sua marca duradoura, por meio da ação discursiva, pois “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento” (2004, p. 189). A ação inicia algo novo no mundo, devido à imprevisibilidade dos atos, por isso, a noção de “iniciativa” é um dos elementos que estrutura o conceito de *ação*.

Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, -começar-, -ser o primeiro- e, em alguns casos, -governar-), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens

tomam iniciativas, são impelidos a agir.  
(ARENDDT, 2004, p. 198)

O que se deve destacar na noção de "iniciativa" é a novidade, a qual, seguida da imprevisibilidade que vai contra a "esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre" (2004, p. 191). O homem, dotado da capacidade da *ação*, pode-se esperar dele sempre algo novo nesse sentido, logo, é isso que o faz como um ser singular, de modo que cada nascimento e cada *ação*, espera-se o improvável. Seguindo essa linha, a *ação*, tida como o início, está ligada com a natalidade, e o discurso é a "condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais" (2004, p. 191).

A *ação* deve vir sempre acompanhada do discurso senão perderia sua capacidade reveladora, como coloca Hannah Arendt "em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis" (2004, p. 191). Logo, a *ação* só pode ter um início efetivo por meio das palavras. Na medida em que o homem se manifesta por meio do uso da palavra, ele se revela, mostra sua identidade pessoal e desse modo é visto no mundo humano por outros seres que também fazem uso da palavra. Essa *ação* discursiva, reveladora, que garante visibilidade do homem perante ao mundo, só é possível num espaço próprio para o desempenho desse tipo de atividade que leva em conta a pluralidade humana: o espaço público. Arendt demonstra isso com clareza na seguinte passagem: "a *ação* requer, para sua plena manifestação (...) e que só é possível na esfera pública" (2004, p. 193).

E por fim, um último aspecto que chama a atenção no contexto do conceito de espaço público na visão de Hannah Arendt, é a centralidade da comunicação, ou ainda, a postura dialógica em que os atores exercem no espaço público. Na medida em que os atores se comunicam tendo em vista a obtenção de um acordo que beneficie a todos, o resultado disso constrói condições de autoridade<sup>14</sup>, a qual, garante a legitimidade das instituições.

Celso Lafer, numa passagem de sua principal obra dedicada aos estudos sobre o pensamento de Hannah Arendt, resume o que foi exposto:

---

<sup>14</sup> Autoridade deriva do verbo latino *augere* – aumentar, acrescentar, logo, a *ação* conjunta acrescenta legitimidade à vida das instituições.

Restaurar, recuperar, resgatar o espaço público que permite, pela liberdade e pela comunicação, o agir conjunto, e com ele a geração do poder, é o grande tema unificador da reflexão de Hannah Arendt. (LAFER, 2003, p. 35)

A questão da comunicação não é apenas um elemento estruturante do conceito de espaço público arendtiano, muito mais que isso, a comunicação faz com que toda a obra de Hannah Arendt seja aberta, livre para estudos e interpretações a partir de diversos pontos de vista, enriquecendo ainda mais o legado teórico da autora, como coloca Lafer: “Esta crença na comunicação confere à obra de Hannah Arendt um caráter aberto, muito distante das imputações dogmáticas que lhe foram atribuídas por alguns de seus críticos” (2003, p. 68)

## **2.6- Violência, Banalidade do Mal e as Conseqüências para a Participação Política**

Como foi posto acima, a ação fundamenta-se na condição da pluralidade. É o meio pelo qual o homem relaciona-se com outros pelo diálogo livre de coerções. É preciso que o homem se desvencilhe das rédeas da esfera privada, das atividades impostas pelo *homo laborans* e *homo faber*, para, então, poder atuar no espaço onde todos são vistos. Só assim o homem entra para a história, quando ele deixa sua marca por meio da iniciativa do discurso.

O poder, enquanto capacidade argumentativa no espaço plural, confere legitimidade às instituições sociais. Logo, a violência seria então o contrário: a destruição da condição da pluralidade humana, pois os indivíduos passam a estabelecer relações norteadas pelo medo e desconfiança uns com os outros. Por exemplo, a propaganda nazista que divulgava a superioridade da raça ariana, contribuiu para destruir a pluralidade, devido à busca ilimitada pela uniformização de pensamento, pela padronização de comportamento, sendo o cidadão ideal aquele que aceitava passivamente, para o bem comum, a imposição do regime totalitário. Sem a condição de pluralidade não há espaços públicos, não há qualquer possibilidade de participação política, e sem esta, o terror reina em absoluto numa sociedade dominada pelo medo.

A questão chave para entender o fim do espaço público, e conseqüentemente, o fim da participação política, é a política do isolamento adotado pelo regime totalitário e veiculado massivamente nos meios de comunicação (como já foi discutido anteriormente). Logo, a propaganda totalitária contribuiu para acirrar ainda mais a banalidade do mal e fazer com que o alemão se transformasse cada vez mais num ser “normal”, passivo e receptivo às imposições do regime.

Esse é um ponto pertinente, pois Hannah Arendt, ao relatar o caso do julgamento de Eichmann em Jerusalém para um jornal, descobriu que o que leva um indivíduo a adotar práticas violentas ou até mesmo legitimá-las, é a sua condição de normalidade, de superficialidade. O cidadão normal, aquele que se sente honrado em seguir as ordens passivamente sem reflexão, é o substrato da sociedade de massa. Não é somente um homem laborador isolado e aterrorizado que constitui o terreno fértil para o totalitarismo. Como já se não bastasse, esse homem possui em si uma normalidade que Arendt costumava chamar de monstruosa. Por isso a monstrosidade repousa na normalidade: quanto mais comum um cidadão, mais ele carrega dentro de si as possibilidades para seguir ordens honradamente, as quais, não importa se elas levam a práticas violentas.

Sendo assim, Arendt em diversas passagens da obra constata a normalidade de Eichmann: “Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua normalidade” (1999, p. 37) chegando a ser um indivíduo “não apenas normal, mas inteiramente desejável”. Durante toda a obra, Arendt ressalta as características da personalidade de Eichmann na tentativa de encontrar alguma justificativa para a prática de tamanha monstrosidade praticada contra os judeus. Mas mesmo assim ela o define como “uma pessoa normal, nem burra, nem doutrinada, nem cínica, pudesse ser inteiramente incapaz de distinguir o certo do errado” (1999, p. 38).

A massificação social é um fenômeno típico das sociedades contemporâneas que corresponde a uma sociedade formada por seres banais, passivos. Mas a banalidade do mal existe na medida em que a sociedade se vê cada vez mais isolada, mergulhada em suas esferas privadas e nutrindo sentimentos que deturpam as relações humanas. Logo, os dois fenômenos de massa que propiciam a tirania é a solidão que provoca o isolamento e a normalidade que leva à irreflexão.

Uma das conseqüências da falta de reflexão e comunicação pública como

fenômenos de massa, é a lacuna que se abre “Entre o Passado e o futuro” (1954)<sup>15</sup>. À medida que a esfera das necessidades privadas foi substituindo a esfera pública, o homem vai perdendo sua capacidade de se comunicar e construir consensos em torno de interesses coletivos. O homem, cada vez mais voltado para a esfera privada, ou seja, para satisfazer as necessidades do *animal laborans*, perde suas potencialidades comunicativas e com isso, a sociedade é o espaço por excelência das necessidades vitais, mundanas, fúteis.

Devido a essa perda de comunicação entre os homens, verifica-se uma crise no sentido de que o homem não consegue mais estabelecer consensos para construir um futuro que possa ser compartilhado. É nesse sentido que existe um abismo entre o passado e o futuro: os homens deixam de comunicarem uns com os outros inviabilizando a esfera pública. E conseqüentemente, ficam impossibilitados de planejar o futuro em conjunto, que seria bom para todos. O animal laborador e o animal fabricante não possuem a faculdade de pensar em conjunto, não conseguem construir condições de poder e com isso as instituições “públicas” tornam-se destituídas de autoridade perante o público (já que este se encontra disperso ou demasiadamente ocupado nas suas esferas privadas). Logo, o futuro (como algo que seria bom para todos), devido à falta de comunicação entre os homens, está cada vez mais distante das possibilidades dos homens em construir o bem comum, gerando um sentimento de angústia generalizado.

Com a perda da capacidade argumentativa, a participação política resume-se, de um lado: os cidadãos tornam-se apenas legitimadores passivos do regime, se for tirânico, basta aceitá-lo através do silêncio provocado pelo medo. De outro, se for um regime democrático representativo, basta votar. Ambas são formas instrumentais de participação política: serve apenas para legitimar o sistema político. Porém, há um elemento importante no conceito de espaço público capaz de ultrapassar a instrumentalidade das relações políticas, e recolocá-las sob um outro patamar.

---

<sup>15</sup> Ano de publicação da obra.

## 2.7- Cidadania como espaço plural da participação política

Cabe agora discutir com base na exposição sobre o pensamento de Arendt, as principais contribuições dessa autora para a compreensão da noção de participação política. Antes de qualquer coisa, é preciso retornar à questão problema norteadora desta dissertação, que consiste na tentativa de se compreender as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política.

Verificou-se no primeiro capítulo que existem dois conceitos de cidadania: cidadania passiva e cidadania ativa. A primeira diz respeito ao conjunto de direitos outorgados pelo Estado aos membros da sociedade. Ou seja, todo indivíduo é reconhecido cidadão na medida em que ele recebe os direitos, os quais, colocam em condição de igualdade com outros cidadãos do Estado nacional. O auge da cidadania passiva seria o momento da escolha dos representantes. Nesse sentido, o Estado apropria-se dos indivíduos, por meio da cidadania passiva, para se legitimar perante a sociedade.

Por outro lado, verificou-se que há um outro conceito de cidadania: a cidadania ativa. Esta extrapola os limites da cidadania imposta pelo Estado, pois ela encontra-se na sociedade civil engajada. Como bem diz Maria de Lourdes M. Couvre, na sua obra “O que é cidadania?”: “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (2007, p. 10). Ou seja, só existe cidadania ativa se houver de fato participação política.

Mas qual, do ponto de vista de Arendt, a condição o indivíduo precisa se encontrar para que ocorra participação política? O homem trabalhador que ocupa praticamente todo o seu tempo de vida com atividades voltadas para a própria sobrevivência, não pode se articular com outros indivíduos e se mobilizar ou engajar-se em algum movimento político. O principal motivo não é a falta simplesmente de tempo que não permite o *homo laborans* a ser um partícipe. E sim, é a falta do exercício da razão pública ou razão compartilhada no espaço público.

Segundo Arendt, o homem isolado, como ocorreu na sociedade totalitária de Hitler, é incapaz de ser um cidadão ativo. Já que, na Alemanha totalitária, a sociedade era formada por cidadãos passivos, ou seja, indivíduos cuja honra era seguir as ordens do tirano. O medo provocava a aniquilação do pensamento crítico dos cidadãos alemães, e isso provocava o esvaziamento das esferas de convivência pública.



A ausência de espaços onde os cidadãos poderiam se reunir e produzir uma comunicação crítica solapava qualquer possibilidade de participação política. Os indivíduos atomizados pelo medo, se resumiram em animais laboradores que legitimavam um regime dominado pelo terror absoluto. Foi retirado do cidadão alemão não apenas a faculdade de se articularem publicamente, mas praticamente, a faculdade de pensamento, de reflexão.

Percebe-se que na Alemanha de Hitler não houveram somente indivíduos resumidos em cidadãos passivos, mas sim, em indivíduos atomizados, paralisados, cuja a única atividade era tão somente sobreviver em meio ao horror. Arendt evidenciou uma nítida relação muito estreita entre o regime totalitário de um lado e de outro a passividade dos indivíduos. Ou seja, o regime tirânico de Hitler se alimentou da atomização dos membros da sociedade.

O que ocorre na democracia é justamente o contrário, pois ela se alimenta na participação dos indivíduos. Logo, a condição para que ocorra a cidadania ativa, é a possibilidade de construção de espaços onde os indivíduos possam se expressarem e produzirem pensamentos críticos em relação ao regime vigente. Ou seja, a forma pela qual se verifica o grau de uma sociedade democrática é por meio dos espaços compartilhados comunicativamente entre os cidadãos, os quais, produzem uma participação política ativa, livre e autônoma.

Seguindo o viés do pensamento de Arendt, não há como pensar numa cidadania ativa fora do contexto de pluralidade. Pois é no espaço plural que os indivíduos compartilham a mesma necessidade de se comunicarem uns aos outros, e é por meio da comunicação que as diferenças entre eles surgem, e com isso cria-se a possibilidade do consenso. Como a própria Arendt coloca na sua obra “A Condição Humana”:

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus antepassados, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons poderiam comunicar as suas necessidades imediatas e idênticas. (2004, p.188)

A pluralidade humana é a condição para a cidadania e a comunicação é o meio pelo qual os cidadãos tornam-se de fato ativos e constroem o espaço público que é o lugar por excelência da participação política. Dessa forma, a grande protagonista da participação política é a comunicação, ou a forma como os indivíduos fazem uso dela tendo em vista a busca do entendimento recíproco.

As contribuições de Arendt para entender a cidadania a partir da noção de participação política são fundamentais na medida em que ela cria um sistema de idéias e conceitos que definem as atividades humanas levando em conta a centralidade da comunicação nas relações humanas: é na ação que o homem faz uso da comunicação não como instrumento de poder ou mera retórica, mas sim, o valor dela está em si mesma.

O espaço público em Hannah Arendt funda a noção de participação política, como ação discursiva compartilhada pelos sujeitos num espaço plural. A cidadania, nesse contexto, é vista como a possibilidade dos sujeitos por meio do discurso, criarem condições de emancipação humana. Uma sociedade emancipada quer dizer uma sociedade constituída de membros que orientam suas atividades na busca do bem comum. É uma sociedade democrática, participativa e que valoriza a pluralidade entre os indivíduos.

Apesar de todas as contribuições teóricas que Arendt fornece para a compreensão da cidadania, como participação política no espaço público, ela ainda está presa no contexto do pensamento frankfurtiano. Este, por sua vez, pressupõe a via de mão única, por parte da Indústria Cultural, sobre os indivíduos. Sendo que, a sociedade de massa, como foi discutido no capítulo primeiro, é uma sociedade dotada de membros incapazes de pensamento crítico. É uma sociedade uniformizada, de homens laboradores e fabricantes, que estão a mercê do poder da Indústria Cultural.

Por isso, se for analisar a cidadania em contraposição aos meios de comunicação no pensamento de Arendt, a conclusão que se chega é que eles são incapazes de criar formas de resistência frente ao poder da mídia. Essa paralisação dos indivíduos diante dos conteúdos dos meios de comunicação esvazia qualquer possibilidade de refletir as relações contraditórias entre mídia e cidadania. No viés de Arendt, a relação é marcada somente por dominação da segunda em relação á primeira.

Mas até que ponto os cidadãos são meros objetos de dominação dos meios de comunicação? Não há possibilidades de se pensar a cidadania a partir dos conteúdos

veiculados nos meios de comunicação? Qual o papel da opinião pública, na relação entre mídia e cidadania? A comunicação no pensamento de Arendt tem pouca importância na medida em que os indivíduos entram em contato com a Indústria Cultural. Sendo assim, é preciso enxergar novas possibilidades para a ação discursiva levando em conta a comunicação como princípio que não se perde, ou não se enfraquece na medida em que os cidadãos possuem a capacidade de linguagem em qualquer contexto social independente da influência exercida pelos meios de comunicação.

A perspectiva teórica que reconhece a comunicação como capacidade ou habilidade humana para se chegar a consensos, é o de Jürgen Habermas, na sua Teoria da Ação Comunicativa. Porém, é preciso destacar que a idéia de consenso em Habermas é uma possibilidade, pois, para que haja consenso, é preciso antes haver dissenso suficiente. Os indivíduos precisam estar num ambiente plural em que os sujeitos se reconheçam a partir das pretensões de validade. Esse reconhecimento intersubjetivo é a condição para o entendimento recíproco e o consenso é uma possibilidade da interação lingüística entre os atores.

A possibilidade do entendimento é fruto de um tipo específico de razão compartilhada entre os sujeitos. É na linguagem que se manifesta a razão orientada a consenso, e que, por sua vez, abre novas possibilidades para se enxergar a cidadania na perspectiva da noção de participação política.

Por isso, é importante retornar a questão problema desta dissertação: qual a relação entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política? Tendo em vista a compreensão desta relação, se faz necessário entender a noção de participação política sob o patamar da Teoria da Ação Comunicativa. Sendo assim, o próximo capítulo pretende analisar as principais discussões e contribuições teóricas de Habermas que possam auxiliar na compreensão da noção de participação política, a qual, servirá de referência para entender a relação entre meios de comunicação e cidadania.

## **Capítulo 3: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Mudança Estrutural da Esfera Pública**

### **Introdução**

Antes de iniciar a discussão sobre o conceito de espaço público no pensamento de Habermas, é preciso colocar em evidência que o elemento que mais se destaca no pensamento arendtiano acerca deste conceito, é a possibilidade de emancipação social que ele traz em seu bojo. Na medida em que os indivíduos se envolvem em práticas cotidianas de relações recíprocas em que a iniciativa e a pluralidade são elementos norteadores da ação discursiva, criam condições para uma participação política emancipadora.

Neste espaço plural, o homem se liberta dos freios impostos da condição de homem laborador e passa a agir discursivamente. A ação política de natureza discursiva foge de qualquer forma de controle ou previsibilidade, pois a ação produzida na esfera pública é totalmente aleatória, imprevisível. Este quesito de imprevisibilidade da esfera pública lhe confere o caráter de resistência frente ao controle das atividades orientadas a fins.

A emancipação criada discursivamente no âmbito do espaço público produz poder. Sendo este, não a simples manifestação de consensos, mas sim, se refere à possibilidade da ação discursiva em conferir legitimidade ou não às instituições sociais através da participação política exercida no espaço público. Porém, para que o poder confira essa legitimidade social, pressupõe-se que o regime seja democrático, ou seja, que o regime permita ao indivíduo se manifestar livremente sobre qualquer assunto. Essa liberdade de iniciativa, então, deve ser protegida, garantida por acordos mútuos para que haja condições políticas da liberdade comunicativa.

A condição de existência da esfera pública é o regime democrático, o qual, esse também se alimenta das esferas discursivas. Há uma relação dialética entre esfera pública e democracia, já que um depende do outro. Nesse sentido, questiona-se qual o papel da cidadania e dos meios de comunicação nessa relação? A noção de participação política serviria de referência para verificar o papel de cada um desses atores sociais?

Para a melhor compreensão da noção de participação política que permitirá entender a relação entre mídia e cidadania, é preciso investigar tal noção no pensamento habermasiano, já que ele, a partir da Teoria da Ação Comunicativa, leva em conta as esferas discursivas da sociedade como eixo de apoio à democracia. E ao mesmo tempo, Habermas inova na abordagem sobre a sociedade, a qual, enxergando-a a partir do duplo conceito entre sistema e mundo da vida, que, ao mesmo tempo, cria uma alternativa à visão clássica entre Estado e sociedade civil.

Nesse sentido, questiona-se até que ponto a ação comunicativa não potencializa ainda mais o ideal de emancipação social contido no conceito de espaço público arendtiano? Quais os pressupostos lingüísticos Habermas considera importante para nortearem a ação política, ou ação cidadã no espaço público? Qual o papel da participação política na relação entre sistema e mundo da vida? Nesse sentido, o presente texto encaminha-se na análise das principais contribuições de Habermas para a compreensão destas questões aqui levantadas.

### **3.1- De Arendt a Habermas**

Sabe-se que a noção de participação política, até aqui estudada no pensamento arendtiano, ancora-se na condição humana da pluralidade. A ação política essencialmente discursiva é pautada pela diversidade de opiniões num espaço social específico, em que o uso da fala é o principal meio para o consenso. O espaço público torna-se uma categoria política como fundamento último da democracia moderna de massas.

Hannah Arendt, ao se debruçar em reflexões de caráter político-filosóficas a partir de suas análises de momentos específicos da história do século XX, verificou que o homem pode chegar a construir uma sociedade governada pela tirania a partir do esvaziamento das condições que possibilitam a participação política. A partir do momento em que o homem perde a capacidade comunicativa de estabelecer relações no espaço público, a condição humana da pluralidade cede espaço à condição do *homo laborans*: da uniformidade de opinião, na padronização de pensamento e principalmente na passividade leal em seguir ordens.

Pode-se dizer então, que o homem fabricante era a categoria humana que predominava na sociedade alemã pré-Hitler. E o homem laborador, isolado e

mergulhado na sua esfera íntima de atividades orientadas à sobrevivência física, é a condição que o homem atingiu com o regime. A sociedade de *homo laborans*, a sociedade de massa, segundo Arendt, tem todas as condições para a instalação de uma tirania, pois ela perde a condição da pluralidade, e portanto, da condição da ação discursiva no espaço público. O problema é que Arendt não percebe a importância do espaço público nas sociedades modernas, porque ela não enxerga os meios de comunicação como instituições sociais capazes de fomentar a construção da opinião pública crítica. Sendo assim, Arendt não enxerga a democracia “de massa” como fruto da comunicação mediada que fornece condições para que os indivíduos, nos espaços discursivos, criem opinião pública.

Em resumo, Arendt não percebe o peso da opinião pública como um dos elementos fundamentais da democracia. Isso leva a falta de percepção para se compreender a atualidade da noção de cidadania, como participação política dos sujeitos sociais que se mobilizam a partir da apreensão crítica dos conteúdos das instituições de comunicação. Não há como estabelecer a conexão no pensamento de Arendt entre a opinião pública construída nos espaços públicos mediados com a democracia moderna. Logo, a idéia de participação política, em Arendt, talvez fique presa nos patamares da normatividade. A consequência disso é o impedimento em se enxergar, nas sociedades modernas, novas possibilidades de mobilização social por parte dos atores que se articulam em torno da apropriação crítica da produção simbólica das instituições de comunicação.

Apesar das contribuições de Arendt serem válidas para a compreensão acerca da noção de participação política, é preciso questionar que, devido à especificidade histórica que corresponde ao período totalitário na primeira metade do século XX, utilizado por Arendt como objeto, se faz questionar até que ponto este recorte pode ser o que realmente representa a contemporaneidade. Já que o objeto desta dissertação consiste numa compreensão da noção de participação política, até que ponto é possível compreendê-lo somente a partir de teorizações produzidas sob momentos específicos? Não questiona-se a validade do objeto de Arendt, mas é preciso reconhecer que os atores sociais e as relações estabelecidas entre eles se alteram ao longo do tempo. Hoje, a configuração social e política é outra em relação ao objeto histórico de Arendt.

Esses questionamentos pretendem demonstrar a importância de se buscar a noção de participação política que leve em conta a complexidade em que as sociedades atuais, com o surgimento de novos atores, encontram-se neste momento. A

multiplicidade de atores sociais presentes nas relações sociais requer uma abordagem que dê conta de explicar com mais exatidão o fenômeno da participação política inserida nas diversas teias de comunicação, por exemplo, que se estabelece hoje e que confere, às sociedades atuais, o sentido, ou a característica peculiar que a torna diferente das anteriores.

O espaço público no pensamento arendtiano (e habermasiano) é de caráter face a face. O ideal tipo, como já foi colocado anteriormente, que Arendt possui de participação política, é a cidadania ateniense. A comunicação entre os atores no espaço público é intermediada somente pelos meios que tornam a fala possível. A comunicação pública, gerada pelos meios de comunicação no pensamento de Hannah Arendt, é vista somente como um instrumento de poder, um meio que o regime totalitário utilizou para “doutrinar” a massa.

Por isso a importância de atualizar a noção de participação política a partir do conceito de ação comunicativa de Jürgen Habermas. Sendo que, a partir deste momento, o texto encaminha-se numa análise sobre os principais conceitos que estruturam a teoria da ação comunicativa. Para isso, pretende-se discutir as principais idéias defendidas por Habermas, num primeiro momento de sua produção teórica. Em seguida, pretende-se analisar a obra Teoria da Ação Comunicativa na tentativa de verificar quais conceitos contribuem para uma noção de participação política.

### **3.2- Espaço público e a emancipação burguesa**

Habermas analisa a sociedade burguesa pela “evolução” da esfera pública, a qual, foi fundamental para que a burguesia se ascendesse ao poder político. Primeiramente, o que é preciso chamar atenção para a obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública<sup>16</sup>” (1961)<sup>17</sup>, é a capacidade de emancipação criada a partir da livre iniciativa, pela livre produção, circulação e discussão de idéias entre os homens.

---

<sup>16</sup> Considerada a primeira grande obra de Habermas, “Mudança Estrutural da Esfera Pública” corresponde à tese de pós-doutorado enquanto Habermas ainda participava dos trabalhos do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, ou apenas Escola de Frankfurt que naquela ocasião, era dirigida por Adorno e Horkheimer. Logo após a publicação da obra (1961) Habermas sofreu duras críticas, dentre elas, a que ele teria confundido questões empíricas com normativas. Porém, existe uma obra em específico que reúne autores renomados que efetuam suas devidas críticas à obra habermasiana: “*Habermas and the Public Sphere*” (1992). As críticas reunidas nesta obra apontaram a falta de atenção que Habermas não deu às especificidades culturais (Shudson, Baker, Zaret); às identidades nacionais (Eley); a devida valorização

O que fomentou o debate foi a publicidade que tornou possível a produção discursiva de um projeto burguês de sociedade. Para Habermas, os burgueses criaram espaços privados (salões e cafés) de discussões de interesse público a partir dos conteúdos produzidos por uma imprensa em ascensão. A formação da opinião pública burguesa a partir do uso público da comunicação, em Habermas, é um dos grandes diferenciais.

Ele busca referência na sua obra, sobre o uso público da comunicação mediada<sup>18</sup>, ainda na vida na polis ateniense, onde os cidadãos, através da palavra, exerciam a ação política de decidir em conjunto, as questões referentes à vida em comum. À medida que o homem consegue falar publicamente, debater suas questões na presença de outros, ele entra para o reino da liberdade, ao contrario do que ocorre no âmbito da esfera privada. Só através da esfera pública é que o cidadão grego ateniense conquistava a “imortalidade da fama”, devido à visibilidade que a esfera pública permitia.

Sustentados na sua autonomia privada, os varões podiam emergir para a esfera dos negócios relacionados à comunidade política, domínio e visibilidade, âmbito das decisões sobre o que é comum, esfera da conversação. Nessa dimensão pública, sempre se parte de uma situação de paridade, pois aí os cidadãos devem necessariamente circular como iguais, para, em seguida, em função das habilidades demonstradas nas disputas argumentativas, estabelecerem-se as clivagens socialmente reconhecidas. (GOMES, 2008, p. 33)

No momento clássico da história grega, a participação política que se fazia no espaço público, nas deliberações políticas entre os cidadãos, possuía caráter essencialmente face a face, onde todos, considerados cidadãos, poderiam participar. Já na sociedade pré-burguesa, o espaço público tornou-se um lugar específico localizado

---

ao peso da religião e da ciência (Zaret e Shudson) e principalmente a falta de atenção que Habermas não atribuiu à construção de outras esferas públicas, como por exemplo a feminina.

<sup>17</sup> Ano de publicação da obra.

<sup>18</sup> Discursividade pública entre indivíduos leitores de jornais, ou seja, espaço público formado a partir do debate criado em torno dos produtos mediáticos.



na sociedade em que os burgueses, por meio da apreensão do conteúdo veiculado pela recém chegada imprensa, construíram condições para a ascensão burguesa ao poder.

Com a chegada da burguesia no poder político, inaugura-se no senso comum do cidadão moderno, uma noção de esfera pública ligada á esfera estatal. Habermas explica isso devido ao fato de que o modelo de esfera pública nos moldes gregos nos foi transmitida pela sua força normativa do direito romano, sendo esfera pública como *res publica*. No âmbito do Estado moderno, a esfera pública passa a ser “um princípio organizacional do nosso ordenamento jurídico” (HABERMAS, 1984, p. 16) logo, uma das principais categorias para a compreensão da sociedade moderna, já que faz parte do princípio organizacional do Estado democrático de direito.

Habermas destaca a especificidade da esfera pública burguesa, fundamentando seu argumento de que o espaço público, na idade média, resumia-se em elementos de uso comunitário, tais como o poço, a praça do mercado, os quais, “são para uso comum, publicamente acessíveis” (HABERMAS, 1984, p.19). Com isso, havia uma confusão do termo espaço público, porém, existia a esfera do particular, do separado, do privado, constituída por imunidades e privilégios. O que pertencia ao governante, no caso, ao rei e a toda família aristocrata, era tida como privado. Houve, então, uma inversão da categoria entre público e privado na idade média, o que passa a não mais ocorrer a partir da revolução burguesa.

Do ponto de vista da representatividade pública, o soberano encarnava para si a própria entidade do público, ele próprio é o público, na medida em que ele “representa a sua dominação, ao invés de o fazer pelo o povo, faz perante o povo” (HABERMAS, 1984, p. 20). Habermas destaca quatro atributos pessoais que caracterizam a representatividade pública no período feudal: insígnia, hábito, gesto e retórica. O primeiro corresponde ao uso de emblemas e armas por parte do soberano; o segundo refere-se à vestimenta ou a forma como o soberano se apresentava aos seus súditos, o terceiro diz respeito à forma de saudar e por último a forma de falar, o discurso próprio de um soberano que o difere dos seus súditos. Essas quatro categorias definem as formas simbólicas pertencentes ao exercício do poder político representativo por parte de um príncipe soberano na idade média.

As festividades, as manifestações culturais até o século XV permaneceram nas ruas, nos espaços comuns. A partir desse período, a festa Barroca por exemplo, retira-se das ruas, dos locais de acesso público e encaminha-se para os salões dos castelos. A corte passa promover festas (torneio, dança, teatro) e o povo apenas observa. Com isso,

o castelo transformou-se num grande palco, ao passo que a mansão burguesa mantém-se como um local destinado somente à habitação (HABERMAS, 1984, p.23)

Habermas foi buscar a origem do espaço público burguês a partir do contexto sócio político no período anterior ao fim da aristocracia. Dessa forma, é preciso enfatizar as elementos importantes que compõem o contexto social específico que tornou possível o fim do regime antigo.

Segundo Habermas, o pré-capitalismo inaugurou um novo sistema de trocas de mercadorias e informações a partir da intensificação do comércio. Habermas aponta como consequência disso, a criação de uma “ampla rede horizontal de dependências econômicas” que rompem com a antiga estrutura feudal de comércios isolados e distantes (HABERMAS, 1984, p.29).

Juntamente com o alto crescimento das trocas comerciais, deu-se também a ampliação das trocas de informações, sendo as cidades, os grandes pólos, por meio dos quais, podia-se obter o máximo de informação possível antes de fechar um negócio. É nesse contexto que surge o sistema corporativo de correspondência, por meio das associações comerciais. É uma das primeiras formas que a informação se institucionaliza como algo permanente para atender aos interesses comerciais.

A economia torna-se nacional e o Estado passa a ser parte integrante das relações comerciais, ou seja, o mercantilismo faz com que a informação se transforme num elemento revolucionário na sociedade pré-capitalista. A administração burocrática estatal orienta-se cada vez mais na busca pelo capital, já que o Estado passa a oferecer garantias de lucros para as atividades comerciais praticando a política de impostos. O estado moderno, nesse contexto, é o que garante legitimidade às transações comerciais, pois ele mesmo depende dos sistemas de trocas. A consequência disso é que as transações comerciais, que antes estavam restritas no âmbito doméstico, agora passam a ganhar estatus público, ou seja, o comércio é de interesse geral.

Ocorre então uma atrofia da esfera pública e uma hipertrofia da esfera privada. Habermas cita na sua obra, o conceito de sociedade de Hannah Arendt, que é constituída pelas “atividades que afinal servem para a manutenção da vida não só aparecem publicamente, mas podem inclusive determinar a fisionomia do espaço público” (HABERMAS apud Arendt, 1984, p. 33).

Habermas se apropria do conceito de social<sup>19</sup> em Hannah Arendt para explicar a mudança na fisionomia da sociedade em função da transição do modelo feudal para a fase mercantilista do capitalismo. “A economia moderna não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado: transforma-se em economia comercial” (HABERMAS, 1984, p. 34).

É nesse período de transição (séculos XVI e XVII) entre a idade feudal (economia doméstica) e o período mercantilista (economia comercial) que surge a imprensa. Ela é fruto das necessidades privadas dos burgueses, na medida em que cada um deve obter o máximo de informações para tocar os seus próprios negócios, mas ao mesmo tempo, essa necessidade individual é generalizada, portanto, é de interesse público. Logo, a imprensa surge apoiada na necessidade de vender o máximo de jornal possível e para isso, é preciso que se alcance o maior número de leitores/clientes. As informações para os entes privados precisam ser generalizadas, pautadas pelo interesse comum, por questão de sobrevivência do próprio jornal como um ente privado, inserido no mercado de trocas. Por isso é que as notícias tornam-se mercadorias:

“A troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias tornam-se mercadorias. Por isso, o processo de informação profissional está sujeito às mesmas leis do mercado, a cujo surgimento elas devem, sobretudo, a sua existência” (HABERMAS, 1984, p. 34)

Porém, os burgueses não se interessam apenas nas notícias sobre os seus negócios, mas também nas publicações do governo. Com isso, começa a surgir uma esfera crítica na medida em que o governo passa a tornar público suas interferências nas questões privadas.

---

<sup>19</sup> Para Hannah Arendt, social é o espaço das necessidades vitais, do homem laborador.

### 3.3- A origem do Estado moderno a partir do surgimento do salão e do romance burguês

Antes dos burgueses se reunirem num espaço para a discussão pública, eles se encontravam “nos *coffe-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais” (HABERMAS, 1984, p. 45) para discutir obras literárias, peças de teatro, apresentações artísticas, etc. O salão burguês surgiu a partir do salão da corte, a qual, como já foi dito, era o lugar onde o monarca realizava festas e também promovia reunião de artistas. As atividades patrocinadas pelo monarca no salão da corte eram desprovidas de funções políticas e deixavam de fora cientistas burgueses. A corte aristocrata perdeu seu sentido original e se esvaziou a partir da mudança da residência real de Versalhes para Paris, como diz Habermas, “é que a corte perde posição central na esfera pública, ou melhor, a sua posição de esfera pública” (HABERMAS, 1984, p. 47). Ou seja, perde a capacidade de reunir representantes da elite aristocrática num mesmo espaço, o qual, se reduz ao espaço privado da família real.

Na Inglaterra ocorreu fenômeno semelhante ao da França, quando a família real mal freqüentava a corte, fazendo com que as novas instituições assumissem um papel fundamental na cidade com funções sociais relevantes, como aponta Habermas na seguinte passagem:

“Os cafés em seu período áureo de 1680 a 1730, os salões no período entre a Regência e a Revolução. Tanto cá quanto lá, são centros de uma crítica inicialmente literária e, depois também política, na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa” (HABERMAS, 1984, p. 48)

No espaço íntimo da casa burguesa, houve uma alteração no modo como os membros da família burguesa se distribuíam em seus lares. Isso devido ao atrofiamento do espaço comum da família e a valorização dos quartos, dos espaços de cada indivíduo. Devido a essa individualização da família, cria-se um espaço específico para receber pessoas de fora. O salão é o lugar de recepção, de convivência entre a família com

outras pessoas de fora, sendo o próprio a gênese dos grandes salões. Ocorre então o fenômeno que Habermas chama de “institucionalização de uma privacidade ligada ao público” (HABERMAS, 1984, p. 61).

Nesse contexto das relações privadas no seio da família, nasce uma noção de humanidade que “promete salvação da coação da ordem vigente sem se evadir para um mundo transcendental” (HABERMAS, 1984, p.65). Habermas chama a atenção aqui pelo fato de que a convivência familiar, no âmbito privado, possui caráter humano, logo, há uma inversão de valores em relação á concepção de público e privado dos gregos<sup>20</sup>.

Essa reconfiguração da casa da família burguesa e por conseqüência a inflação do individuo, levou ao surgimento das cartas, ou seja, a transmissão entre as famílias das suas próprias necessidades e anseios mais íntimos. Essas cartas, na medida em que traziam uma forma de compartilhar subjetividades, deram início ao gênero literário que corresponde ao romance burguês. Algumas dessas cartas eram impressas, tornaram-se de conhecimento e objeto de discussão pública.

O público leitor de romances constitui uma esfera pública literária que se estabelece a partir de pessoas letradas e críticas. Portanto, as condições para o nascimento da esfera pública política estavam criadas. No âmbito das transformações ocorridas na esfera pública inglesa do século XVII, Habermas aponta três transformações que contribuíram para a evolução da esfera pública literária para a esfera pública com funções políticas: 1º fortalecimento do sistema financeiro inglês com a criação do Banco da Inglaterra; 2º fim da censura prévia e 3º criação do primeiro governo de gabinetes. Vale ressaltar que, no primeiro, ocorreu a inauguração de uma nova fase para o sistema capitalista, fortalecendo ainda mais a classe burguesa. O segundo ampliou o espaço de atuação da imprensa; e o terceiro é o primeiro passo para a parlamentarização do poder estatal, tornando a esfera pública um órgão do Estado (HABERMAS, 1984, p.76).

Com a institucionalização de pessoas privadas reunidas num público pensante e que, por sua vez, problematiza a atuação governamental, é nesse contexto que surge a imprensa autônoma, a qual, não mais preocupada somente em publicar romances, mas principalmente tornar pública as decisões governamentais, alimentando, dessa forma, as discussões ocorridas na esfera pública política.

---

<sup>20</sup> A noção de privado para os gregos, como o próprio nome já traz a idéia de privação, o homem não alcança a liberdade pela ação discursiva, isso ocorre somente na esfera pública.

O poder público se adéqua à essa nova realidade em que as decisões governamentais, as leis, necessariamente terão que passar pelo crivo de um público pensante, ou seja, o poder público é público no sentido de atender e representar os interesses públicos e ao mesmo tempo é público pois as atividades governamentais passam pelo fórum da esfera pública. A partir daí, cria-se uma queda de braço permanente entre Estado e imprensa, a qual, exerce um papel fundamental, pois é ela quem levará as informações que fundamentarão as opiniões produzidas no âmbito da esfera pública. (HABERMAS, 1984, p.85). Prova da importância da imprensa na constituição da esfera pública, é quando Habermas coloca que uma das atribuições da criação tardia de uma esfera pública francesa, deve-se à falta da presença da imprensa no sentido de fazer circular as notícias e fomentar as opiniões.

A revolução francesa e a conseqüente instalação do estado burguês de direito, houve uma radical transformação na implementação no novo estado a partir do princípio de que a esfera pública “passa a ter uma função central: ela se torna diretamente o princípio organizatório dos Estados de Direito burgueses como forma de governo parlamentar” (HABERMAS, 1984, p.93). Ou seja, a esfera pública passa a ter status de funções normativas no âmbito da esfera do poder recém instalado pela burguesia, que exerce o papel de intermediar as relações do estado com a sociedade civil, ou ainda, com as leis e a opinião pública. A esfera pública, ancorada na proteção jurídica, fez com que o Estado se organizasse com base no princípio da publicidade para garantir a sua influência na sociedade.

Habermas aponta para três grupos de direitos fundamentais que amparam a esfera pública: o primeiro grupo refere-se à liberdade de opinião, e de imprensa. O segundo grupo refere-se ao status de liberdade do indivíduo no âmbito da sua esfera familiar (liberdade pessoal e inviolabilidade da residência) e o terceiro grupo refere-se ao “intercâmbio dos proprietários privados na esfera da sociedade burguesa (igualdade perante a lei, garantia da propriedade privada)” (HABERMAS, 1984, p.103).

O título de proprietário era fundamental para que um indivíduo atuasse na esfera pública burguesa, além de formação escolar, intelectual e cultural. Foi por meio das discussões públicas que a burguesia cria a ideologia de que todo homem pode participar da esfera pública ao se tornar proprietário. Para que isso ocorra, o sistema capitalista baseado no mercado de trocas iria fornecer as condições para que qualquer pessoa pudesse se tornar proprietária. Somente o burguês desvencilhado dos freios do espaço privado da casa, das necessidades de sobrevivência, é que tem a condição de adentrar

aos debates públicos.

Dessa forma, construiu-se uma opinião publicamente formada por entes privados. O fato de que a opinião pública ter sido fruto dos debates privados publicamente travados nos salões e cafés, se faz necessário, verificar com mais acuidade, o surgimento da opinião pública burguesa no intuito de compreender suas especificidades que as tornam uma categoria fundamental que motivou o surgimento da sociedade moderna.

### **3.4- Da opinião à publicidade**

Habermas faz, na sua obra uma abordagem melhor elaborada do termo opinião pública na parte em que ele discute a esfera pública burguesa. Sendo que, no primeiro momento, ele trabalha o conceito de opinião na sua origem nas línguas francesas e inglesas. Antes do termo público se atrelar ao de opinião, este, por sua vez, basicamente possui dois significados: o primeiro estaria ligado à idéia de que opinião seria “juízo sem certeza, não plenamente demonstrado” (HABERMAS, 1984, p.110) e o segundo conceito seria o de reputação, aquilo que se coloca na opinião dos outros. De um modo geral, na sua origem, opinião são os “usos e costumes, concepções correntes e convenções muito difundidas” (HABERMAS, 1984, p.111).

Somente no século XVIII é que se constitui o termo opinião pública no sentido atribuído a um público capaz de julgar. Habermas investiga a idéia de opinião pública nos autores iluministas, sendo que em Hobbes, aparece um sentido de opinião ligado à consciência moral dos súditos, os quais, percebem a necessidade de se instalar o Leviatan para saírem do estado de natureza. Tanto para Locke, quanto para Hobbes, ambos pensam que o exercício de construção da opinião se dá no âmbito da esfera privada. Segundo Habermas, somente a partir de Rousseau é que o termo opinião adquire conotação pública, ou seja, ela é construída no âmbito da esfera pública. Na leitura de Habermas sobre Rousseau, a soberania funda-se na vontade geral, na opinião pública dos cidadãos.

Na Inglaterra, diferentemente da França, originalmente o conceito de opinião era concebido a partir da idéia de espírito público, o qual, seria “o senso inato para o justo e o correto” (HABERMAS, 1984, p. 115). Desse modo, construiu-se a noção de opinião pública como a capacidade de formular julgamentos em público, como coloca o próprio

Habermas: “a opinião do público pensante não é mais simplesmente *opinion*, não se origina de uma mera *inclination*, mas é uma reflexão privada sobre os *public affairs* e a discussão pública deles” (HABERMAS, 1984, p.116).

Ainda na Inglaterra, Habermas expõe que Jeremy Bentham foi o primeiro a ligar o conceito de publicidade à opinião pública como forma de se obter controle das decisões governamentais através do conhecimento e discussão entre o público atuante, ou seja, “é certo de que a opinião pública precisa da publicidade das negociações parlamentares para se informar” (HABERMAS, 1984, p.123).

Segundo Habermas, é em Kant a idéia de que a publicidade é o princípio que garante o acordo da política com a moral. É ao mesmo tempo princípio de ordenação jurídica e método iluminista em que é preciso pensar por si mesmo sem a intervenção de outro. A publicidade como auto-esclarecimento do público é o pensar por si mesmo em comunhão com outros. Habermas faz uma ressalva ao pensamento de Kant, quando este concebe o iluminismo (o uso público da razão) como algo apenas pertencente aos eruditos, aos filósofos. Habermas diz que “não é só na república das pessoas instruídas que se realiza a esfera pública, mas no uso público da razão por parte de todos aqueles que ai se entendam” (HABERMAS, 1984, p. 129).

Uma das idéias centrais contidas na noção de espaço público é o de “mundo”, ou seja, algo comum a todos “que se estabelece na comunicação de entes racionais”. (HABERMAS, 1984, p. 129). O mundo, nesse sentido, toma uma conotação de espaço compartilhado pela ação discursiva, pela práxis argumentativa.

Habermas contrapõe o uso público e uso privado da razão, sendo a primeira relativa à capacidade de argumentação no âmbito da esfera pública, já a segunda é praticada no âmbito de um “cargo ou posto civil que lhe for confiado (...). Neste, certamente não lhe é permitido discutir; trata-se de obedecer” (HABERMAS, 1984, p.130) Ao passo que a esfera pública, a partir do uso público da razão, possui como princípio norteador a publicidade, no que esta possa contribuir para a livre manifestação da razão.

Daí resulta o postulado da publicidade como princípio: o uso público da própria razão deve ser sempre livre e só isso pode fazer brilhar as luzes entre os homens, o uso privado da razão deve ser, porém, com freqüência, bastante



limitado, sem contudo, impedir especialmente através disso o progresso do Iluminismo (...) Cada um está convocado para ser um publicador que fala através de textos ao público propriamente dito, ou seja, ao mundo (HABERMAS, 1984, p.130)

Neste trecho Habermas fala sobre o princípio da liberdade, a qual, desempenha papel essencial na construção da idéia de publicidade. Habermas, no trecho acima, expõe a idéia iluminista de que qualquer indivíduo está apto a ser um publicador de idéias, um ente social que emite suas questões para o debate público. O sentido do termo mundo, posto por Habermas ainda no trecho acima, traz a idéia de espaço compartilhado pela publicidade, ou seja, pelo princípio de uso público da razão.

Habermas articula esse conceito de mundo com o de cosmopolitismo, o qual, nota-se que há uma certa proximidade com o conceito de pluralidade de Arendt: num mesmo espaço, não só entes racionais produzem um ambiente próprio da ação, mas esses mesmos entes, cada qual diferentes entre si, convivem pela prática da comunicação racional. Logo, o “mundo se estabelece na comunicação de entes racionais” (HABERMAS, 1984, p.130).

Esse mundo corresponde ao mundo dos literatos, dos burgueses letrados que freqüentavam os salões franceses e os cafés ingleses. As leis, como principal forma de interferência do poder estatal sobre a sociedade civil, terão que passar pelo tribunal da esfera pública, ou seja, para que sejam aprovadas, é necessário antes passar pelo julgamento da razão pública, a qual, irá conferir se as leis são compatíveis ou não aos interesses da população cada vez mais atenta. Sendo assim, a lei legitimada pela opinião pública, pode se tornar um meio de estabelecer a igualdade entre os cidadãos, colocando o público como entidade guardião do Direito e da Moral, no que ambas possam contribuir para a moralização na aplicação das leis por parte do Estado.

O papel intermediador que a imprensa estabelece nas relações entre Estado e sociedade civil vai se acirrando na medida em que a comunicação pública é o meio pelo qual as instituições sociais relacionam-se entre si, travando seus embates. E ao mesmo tempo, é objeto de direcionamento da atuação governamental se legitimar perante a população.

### 3.5- Fusão entre esfera pública e esfera privada

Habermas chama a atenção para a interpenetração de ambas as esferas, devido ao contexto em que se originou (como já foi colocado anteriormente) a esfera pública, inserida no campo de tensões entre Estado e Sociedade Civil.

O Estado, com sua característica extremamente intervencionista e num processo a longo prazo, transfere competências públicas às atividades privadas. Devido a gradativa substituição do poder público para o privado, ocorre o que Habermas chama de socialização estatal, contribuindo para a destruição da esfera pública burguesa (HABERMAS, 1984, p.170). Logo, o Estado, como um ator social que precisa sobreviver dentro da lógica de acumulação capitalista, exerce o papel de manter o equilíbrio do sistema, pois o mercado livre não possui condições próprias para sustentá-lo. As categorias Estado e sociedade, na medida em que se confundem, tornam-se no mínimo questionáveis quanto a sua capacidade de análise da sociedade contemporânea. Pois a sociedade, cada vez mais, vai se tornando o espaço público da esfera privada, ou seja, questões de interesses ligados à família, por exemplo, são tratados com relevância pública. A esfera profissional, por exemplo, vai ganhando importância pública a ponto do “oikos de uma empresa determinar assim a vida de uma cidade inteira e acarretando um fenômeno que corretamente é designado como feudalismo industrial” (HABERMAS, 1984, p.183).

Os meios de comunicação, ao transformar em mercadorias intercambiáveis as obras literárias, aos poucos contribui para o fim das esferas públicas constituídas por um público leitor, que não mais precisa se remeter à esfera pública para obter acesso às obras. As discussões, os debates agora são fomentados pelos meios de comunicação e ao mesmo tempo tornaram-se objetos de consumo. O termo “massa”, segundo a reflexão de Habermas, refere-se ao fenômeno próprio da cultura de massa, pois a produção “cultural” dos meios de comunicação são adequados aos interesses de “distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo” (HABERMAS, 1984, p.195).

O fenômeno de massa seria o resultado da privatização da sociedade, e ainda, estaria ligada ao consumo, ao contato pautado pela irreflexão e superficialidade de pessoas iletradas, desarticuladas nas suas esferas privadas.

No momento específico da obra quando Habermas discute a sociedade de massa, ele situa os novos *mídias* (rádio, cinema e televisão), os quais, se sobrepõem à imprensa

pela penetração maior e ao mesmo tempo, excluem as reações do receptor, pois eles direcionam mais para “o consumo impessoal de estímulos destinados a distrair do que levar para o uso público da razão” (HABERMAS, 1984, p.202).

O produto midiático é absorvido pelo consumo irreflexivo das massas, tornando impraticável a construção de debates e intercâmbios de idéias e pontos de vistas. Com isso, Habermas conclui que a esfera pública literária é substituída pelos meios de comunicação de massa<sup>21</sup> (HABERMAS, 1984, p.207). Ou seja, os meios de comunicação surgem no contexto em que a sociedade é o espaço da busca das necessidades privadas, logo, os meios de comunicação como instrumento dos interesses privados, atuam no sentido de “colonizar” as esferas ainda não colonizadas, ou seja, aquelas em que os membros não atuam tendo em vista interesses privados.

### **3.6- A Imprensa e a Publicidade**

Ao tratar de forma mais específica da imprensa na sua obra, Habermas demonstra as fases que ela sofreu ao longo de sua constituição na sociedade: a primeira fase – imprensa de informação – possuía caráter comercial pela produção de notícias ligadas aos negócios privados, e a segunda fase corresponde à imprensa de opinião. Ou seja, a preocupação do editor na primeira fase era somente fazer circular a informação, e na segunda fase ouve a preocupação maior em formar a opinião do leitor. Na passagem de uma fase para a outra, surge a necessidade de se criar a redação como uma nova função dentro das atividades da imprensa. A terceira fase da imprensa refere-se a livre circulação das publicações asseguradas pelo direito de liberdade de expressão, resultado do estabelecimento do Estado de Direito burguês, o qual, assimila o princípio de publicidade para as práticas governamentais.

A publicidade torna-se um instrumento dos partidos, os quais, produzem seus discursos no interesse de manipular seus eleitores. Os partidos políticos contribuem para a construção, junto aos eleitores, de uma opinião não pública, pois não houve preocupação pública, por parte dos partidos, em se manifestar e propor questões aos eleitores. A publicidade, é então, um meio para se alcançar o poder político e produzir propaganda partidária desprovida de questões de interesse público. Dessa forma, a

---

<sup>21</sup> A comunicação de massa é constituída pela cultura de integração, ou seja, ela agrega ao mesmo tempo informação, raciocínio, formas publicitárias, literárias e elementos de propaganda.

mídia contribui para o afastamento do público, cada vez mais isolado nas suas esferas privadas, a participar da política (HABERMAS, 1984, p.258).

Percebe-se que, do ponto de vista da democracia participativa, há um nítido empobrecimento do exercício da cidadania, na medida em que os partidos não se preocupam em informar politicamente e problematizar questões de interesse social aos cidadãos. Logo, o objeto dos partidos, os eleitores formados por cidadãos, são na verdade, meros clientes.

### **3.7- A esfera pública na transição do Estado liberal de direito para o Estado da social-democracia**

Segundo Habermas, a esfera pública sofreu disfunções no período de transformação do Estado liberal para o Estado da social-democracia. As primeiras constituições modernas, quando elas tratam sobre os direitos fundamentais, “são uma cópia do modelo liberal da esfera pública burguesa” (HABERMAS, 1984, p.259). Pois elas prevêm a autonomia privada frente ao poder público, garantindo tanto a proteção das pessoas privadas reunidas num público, quanto um mercado livre.

Habermas aponta para o caráter negativo dos direitos fundamentais, numa concepção liberal, em manter o Estado separado da esfera privada e da participação política por parte dos cidadãos. O Estado promove a proteção jurídica da esfera privada e ao mesmo tempo garante o direito ao voto, único meio dos cidadãos participarem da política, na escolha dos seus representantes. Dessa forma, não há separação entre direitos liberais e direitos democráticos (HABERMAS, 1984, p.261).

O Estado como principal portador (garantidor) da ordem social, precisava assegurar a forma como a justiça se regulariza, ou seja, a questão é de que maneira o Estado intervém, por meio da justiça, na sociedade para garantir a ordem. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi preciso que a concepção liberal contida na lei fosse esvaziada em seus dois elementos: generalidade e correção. A primeira refere-se a garantia da igualdade, e a segunda, verdade como garantia da justiça. Com isso, o preenchimento dos critérios formais não é mais suficiente para a normatização de novas leis, havendo a necessidade de uma garantia material, no lugar da formal.

As instâncias governamentais se responsabilizariam pela promoção da distribuição do crescimento do produto social. Nesse sentido, o Estado é o garantidor da

ordem social através de leis que amparam os direitos sociais fundamentais. Habermas divide esses direitos em dois grupos: o primeiro refere-se a liberdade de imprensa, de livre manifestação, de expressão, etc. O segundo grupo está ligado à garantia institucional da esfera privada (livre escolha da profissão, formação escolar, etc).

Segundo Habermas, o primeiro grupo “não pode mais ser considerado como parte das tradicionais manifestações de opinião dos indivíduos enquanto pessoas privadas” (HABERMAS, 1984, p.265). O Estado liberal, com base no princípio da não-intervenção, não é mais suficiente para garantir a formação da opinião pública, mas sim, promove uma garantia estrutural, fazendo com que os cidadãos participem da esfera pública. Já o segundo grupo, Habermas diz que “não pode mais ser entendido como garantia de uma esfera privada baseada no capitalismo concorrencial” (HABERMAS, 1984, p. 265). Esse grupo precisa de garantias públicas através da participação política. Com isso, ambos os grupos fundamentam-se “numa integração, a ser efetivada em cada caso, dos interesses de todas as organizações ativas democraticamente relacionadas com o Estado” (HABERMAS, 1984, p.266).

### **3.8 - A Opinião Pública**

Ao abordar o conceito de opinião pública na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Habermas questiona a consequência da sua dupla tarefa: de um lado, destinatária de uma publicidade em nível de poder político; e por outro lado destinatária da publicidade dos bens de consumo, ou seja, manipulativa (HABERMAS, 1984, p.274). É preciso então, diferenciar a publicidade crítica da manipulativa, sendo a primeira voltada para a opinião pública e a segunda voltada para a opinião não-pública.

Habermas apresenta duas versões de opinião pública, cada qual com um critério distinto: a primeira vertente identifica “um público pensante bem no meio do público apenas aclamativo” (HABERMAS, 1984, p.276). Ou seja, os formuladores de opinião teriam então um papel fundamental numa forma de comunicação orientada ao entendimento que promovia um público “pensante”.

A segunda concepção de opinião pública não leva em conta critérios materiais de racionalidade e representação, mas sim, critérios institucionais. Os partidos e o Parlamento são esferas que transmitem para o governo o ponto de vista da opinião pública, e o governo, através deles, comunica ao público a sua política. A opinião não-

pública só ganha status de opinião pública por meio dos partidos, logo, o parlamento passa a ser representante da vontade geral.

Habermas também trabalha com uma noção de opinião pública fictícia, criada constitucionalmente para legitimar as ações da esfera estatal, sendo então, uma mera destinatária do Estado. Do ponto de vista da psicologia social, Habermas define opinião pública, não sendo somente o resultado da soma das opiniões individuais, mas sim, quando um indivíduo consegue convencer o grupo da importância da sua perspectiva (HABERMAS, 1984, p.280).

Após a discussão que Habermas faz sobre as várias formas de opinião pública, ele afirma que a intenção da esfera pública política está em reagir às ações do Estado, e desse modo, a opinião pública pode ser verificável pelas pesquisas de opinião e até manipulável. Ou seja, a opinião pública, pela aplicação de pesquisas de opinião, é um meio pelo qual o Estado percebe a vontade geral.

Somente a partir dos critérios da social democracia é possível medir o grau de publicidade de uma opinião, sendo que a metodologia mais eficaz é a verificação empírica comparativa. Para isso, deve ser levado em conta a divisão entre os sistemas das opiniões informais pessoais e não públicas das opiniões formais, institucionalmente autorizadas. O grau de obrigatoriedade é o princípio a partir do qual, a opinião não-pública se divide em três níveis: baixo, alto e médio de comunicação. (HABERMAS, 1984, p.284).

O primeiro nível corresponde ao processo de aculturação. Forma-se “em meio a um intercâmbio de gostos e preferências e são determinadas grupalmente” (HABERMAS, 1984, p.285). Ou seja, família, trabalho, etc. Nesse sentido, Habermas enxerga os meios de comunicação de massa como um meio que exerce influência nos processos de comunicação dos grupos através dos líderes de opinião. O segundo nível, Habermas destaca a esfera da comunicação de uma opinião quase pública (instituições formais), sendo “opiniões que circulam num círculo relativamente estreito (...) não preenchem as condições de um pensamento público conforme o modelo liberal” (HABERMAS, 1984, p.286).

O contexto comunicativo de um público pensante é substituído pela decomposição das opiniões informais produzidas no âmbito privado. Logo, o indivíduo forma a sua opinião com o jornalismo, não na esfera pública. “Não através da comunicação pública, mas através da comunicação de opiniões publicamente manifestas é que é atingido o público de pessoas privadas não-organizadas no alegre trezinho da

publicidade desenvolvida de modo demonstrativo ou manipulativo” (HABERMAS, 1984, p.287). A opinião pública só pode estabelecer-se a partir do intermédio entre os dois setores de opinião (formais e informais) da publicidade crítica formada por pessoas “num processo de comunicação formal conduzido através de esferas públicas internas às organizações” (HABERMAS, 1984, p.287). Dessa forma, o grau de caráter público da opinião pode ser verificável a partir do nível de comunicação das esferas públicas internas: se elas se comunicam com as esferas públicas externas “que se constitui no intercâmbio jornalístico-publicitário através dos mídias e entre organizações sociais e instituições estatais” (HABERMAS, 1984, p.288).

### **3.9- Conclusões preliminares que encaminham à Teoria da Ação Comunicativa**

A partir do que foi discutido sobre a obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, o que mais chama atenção é a forma como Habermas trabalha a revolução burguesa a partir do nascimento da imprensa e de uma esfera social constituída por um público privado pensante. À medida que os burgueses ocuparam espaços na sociedade por meio do uso do diálogo como principal meio para se chegar ao consenso, na realidade eles criaram condições para a construção de objetivos políticos comuns que os identificassem como classe social com base nos seus interesses.

O projeto de ascensão da burguesia ao poder político, como única forma de garantir seus interesses privados, deu-se, antes de mais nada, no âmbito da esfera pública, a qual, após a revolução burguesa, foi o pilar fundamental para o novo estado burguês. A burguesia cria uma encenação de esfera pública no âmbito do Estado moderno para legitimar suas ações, que corresponde ao Parlamento. A “mudança” estrutural ocorrida na esfera pública refere-se à cooptação da esfera pública burguesa pelo Estado burguês de direito. Por outro lado, a formação da vontade comum através da opinião pública crítica, faz com que o Estado procure legitimar-se levando em conta a vontade da maioria. No caso, o Estado se legitima na medida em que ele torna-se capaz de estabelecer comunicação com a sociedade, constituída pelo livre compartilhamento de espaços comunicativos, os quais, geram a opinião pública.

Com base no que foi exposto até o presente momento, a questão que se coloca é que tipo de racionalidade se faz presente, ou de que forma ela é constituída, na esfera pública. Ou seja, a burguesia, no momento em que ela se desvencilha da esfera familiar,

do julgo da esfera privada e se lança na esfera pública, quais as características que definem uma nova racionalidade que orienta a ação burguesa na esfera pública? Essa problemática sobre a ação do sujeito se orientar por tipos específicos de racionalidade é trabalhada por Habermas na obra “Teoria da Ação Comunicativa” (1981)<sup>22</sup>. Nessa obra, considerada de maior importância no contexto de toda produção teórica habermasiana, é onde ele cria sua teoria a partir de uma visão dual de sociedade: Sistema e Mundo-da-vida, sendo o primeiro, o lugar por excelência da ação orientada pela razão instrumental, ou seja, orientada pela capacidade de transformar fins em meios. E a segunda, é o lugar da ação comunicativa em que os sujeitos orientam suas ações tendo em vista consensos.

Apesar das duras críticas que Habermas sofreu após a publicação de sua obra de estréia, elas fizeram com que ele repensasse a categoria social esfera pública no sentido de reorientá-la ao novo paradigma teórico ancorado na linguagem. É na Teoria da Ação Comunicativa que Habermas faz uma guinada epistemológica nas ciências sociais na tentativa de reformular as bases teóricas fundamentais às ciências sociais que possa abranger as várias manifestações lingüísticas sob o ponto de vista de uma teoria de atos de fala. A proposta de Habermas é audaciosa na medida em que ele propõe um fio condutor para pensar todas as ciências, através da mudança de paradigma entre a filosofia da consciência para a filosofia da comunicação.

Por isso, de acordo com os interesses desta pesquisa dissertativa que consiste em trabalhar o conceito de participação política a partir do diálogo entre Habermas e Hannah Arendt, é de suma importância a análise da obra habermasiana “Teoria da Ação Comunicativa”. Pois é nela que Habermas propõe novos conceitos que auxiliarão na compreensão da problemática acerca da esfera pública, a partir do agir comunicativo. Ou seja, no que consiste então esse agir comunicativo e quais categorias e pressupostos teóricos Habermas utiliza para construir esse conceito? Na tentativa de se responder a essa questão, é que o presente texto se desenvolverá nas próximas linhas para uma abordagem mais específica sobre os conceitos chaves no pensamento de Habermas.

---

<sup>22</sup> Ano de publicação da obra.



## Capítulo 4: Conceito de espaço público em Jürgen Habermas na obra Teoria da Ação Comunicativa

### Introdução:

Antes de dar início à discussão sobre a Teoria da Ação comunicativa e as suas contribuições para o entendimento sobre a noção de participação política, é preciso num primeiro momento, verificar brevemente qual o contexto a obra se insere numa dimensão epistemológica. Pretende-se, com isso, facilitar a introdução dos conceitos habermasianos no intuito de trabalhá-los melhor para a compreensão do fenômeno da participação política.

O Habermas da Mudança Estrutural da Esfera Pública ainda carregava uma forte herança da Escola de Frankfurt. A teoria crítica<sup>23</sup> era a base teórica dos frankfurtianos, os quais, pretendiam criar uma teoria social fundada nas concepções marxistas e weberianas.

O marxismo foi o ponto de partida da obra “na medida em que ele procura estabelecer uma correspondência entre a mudança em um princípio de organização política ligado a atributos pessoais ou religiosos e a ocorrência de mudanças na esfera material” (AVRITZER, 1996, p. 30).

De um lado, o surgimento do sistema financeiro, do outro, a ampliação do desenvolvimento do comércio forneceram as condições materiais para as mudanças políticas nas sociedades modernas. As relações políticas eram determinadas a partir desses substratos materiais. A esfera da produção, portanto, é o paradigma que norteia a abordagem de Habermas ao analisar a sociedade burguesa pré-moderna.

O problema está na insuficiência de se analisar as relações políticas levando em conta somente o paradigma da produção. A atividade laboradora não pode ser a única fonte de participação política. A partir do momento em que se pretende construir uma teoria social crítica, é preciso pressupor que a esfera da participação política deve encontrar-se para além da atividade incessante, prisioneira e principalmente, irreflexiva

---

<sup>23</sup> A Teoria Crítica dividiu-se em três momentos distintos: 1º momento – marcado pelos trabalhos de Horkheimer. 2º momento corresponde à reconstrução da Escola após a 2ª Guerra, destacando-se os trabalhos de Adorno. 3º momento – Habermas foi o que obteve maior destaque nesse período. (FREITAG, 1990)

do labor. Pois a ação política, segundo a teorização de Arendt, não pertence às esferas das atividades humanas orientadas ao êxito, e sim, ela possui valor em si mesma.

De acordo com o que foi discutido no pensamento de Hannah Arendt anteriormente, foi justamente a atividade do incansável *homo laborans* que produziu as condições para que o terror se institucionalizasse. É esse homem laborador, isolado na sua privacidade é incapaz de praticar o uso público da fala e sendo assim, ele não produz poder. Essa insuficiência de se construir poder discursivo, gerado pela falta de participação política, cria uma sociedade de seres passivos, anestesiados e entretidos nos seus lares.

A concepção arendtiana de sociedade não deixa dúvidas: é uma sociedade de homens que visam somente sobreviver, e que resumem suas atividades nisso. Para sobreviver, é preciso enxergar o mundo como algo a ser explorado, controlado para se tornar manipulável de acordo com as necessidades humanas. A relação entre o homem laborador com a natureza, é destruidora, pois ela não passa de um meio. O *homo laborans* tende a instrumentalizar tudo para a sua sobrevivência biológica.

Todas essas constatações arendtianas, são compartilhadas por Habermas, ou até mesmo, foram úteis para o rompimento do paradigma da produção. Arendt, enxerga assim como Habermas, a esfera pública essencialmente dialógica, gerando possibilidades de emancipação social. É pela participação política que os cidadãos criam uma sociedade cujo poder é fundado na discursividade, e desse modo, legitimando um sistema político participativo. Tanto Arendt quanto Habermas rompem com a idéia marxista de que o trabalho funda a ação. Para eles, a ação é fruto de uma postura dialógica dos atores sociais, na medida em que adotam como eixo norteador a compreensão recíproca. A ética discursiva caminha no sentido de pressupor as condições humanas para uma comunicação limpa, destituída de interesse, que orienta a ação do sujeito na esfera pública.

#### **4.1- Paradigma da produção e ação comunicativa**

A partir das considerações feitas logo acima, Habermas pressupõe que a política é determinada pelo campo de conflito entre indivíduos privados e a autoridade do Estado por meio de um campo específico, a esfera do público. Essa esfera é neutra na medida em que “os interesses individuais estão suspensos e nem estatal no sentido em

que o prestígio derivado da posição administrativo-estatal também está suspenso” (AVRITZER, 1996, p. 32).

No interesse em determinar o campo da política a partir do princípio de neutralidade da esfera pública, Habermas analisa dois fenômenos empíricos, de acordo com AVRITZER: de um lado, a separação entre privacidade e intimidade, e por outro, a separação entre privacidade e autoridade. O primeiro corresponde à exclusão das atividades produtivas da casa burguesa, ou seja, a subjetividade do indivíduo burguês se desvincula das atividades materiais, ou em termos arendtianos, atividades laborais. Com isso, surgem “indivíduos capazes de se entenderem como independentes até mesmo das suas relações econômicas, isto é de pessoas capazes de estabelecer relações puramente humanas umas com as outras” (HABERMAS, 1989, 48). Como já foi dito anteriormente, o início das atividades burguesas desprovidas do *homo laborans*, encontram-se nos salões e cafés ingleses e franceses.

Outro ponto importante analisado por Habermas na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* que determinou o surgimento da esfera discursiva, foi a criação da publicidade como forma de participação das questões do Estado. Isso fomentou ainda mais os debates em torno das decisões políticas, as quais, precisavam passar pelo crivo da crítica da opinião pública para se legitimar perante a sociedade.

Porém, apesar de Habermas identificar nas relações entre Estado e sociedade um espaço próprio, neutro e independente e que surge como um dos elementos que determina as relações políticas na modernidade, ele não abandonou o paradigma da produção marxista quando escreveu a sua primeira obra. Pois, como foi colocado introdutoriamente neste texto, o ponto de partida de Habermas e que definiu a mudança na estrutura da esfera pública foi justamente a transição da economia doméstica para a economia de mercado.

Porém, Habermas percebe que o paradigma da produção é insuficiente para determinar o fenômeno das relações políticas e da participação política na contemporaneidade. Pois, a partir do momento em que o indivíduo passa a considerar o outro como igual numa comunidade comunicativa, criam-se as condições para a manifestação de uma participação política com características de emancipação. Para investigar novas formas de relações políticas a partir de um paradigma alternativo ao da produção, Habermas se baseia em evidências empíricas de que a legitimação dos sistemas políticos apóiam-se no reconhecimento intersubjetivo.

Devido à insuficiência constatada por Habermas do paradigma da produção em definir as relações políticas, ele propõe, na obra Teoria da Ação Comunicativa, o paradigma da comunicação. Ele supõe que a comunicação orientada pelo entendimento mútuo abre possibilidade para se chegar ao consenso. Este, por sua vez, é resultado da postura que os indivíduos assumem em relação às dimensões objetiva, subjetiva e social. Para transformar sua iniciativa em ação, o indivíduo precisa pressupor, junto com outros indivíduos, a existência de um determinado estado de coisas no mundo objetivo, um determinado modo de agir que seja normativamente válido no mundo social, e uma determinada maneira de expressão acerca da sua subjetividade. É a partir dessa compreensão mútua estabelecida discursivamente, a ação se orienta pela racionalidade comunicativa, ou seja, uma racionalidade desprovida de fins.

#### **4.2- Racionalidade em Weber**

A ação justifica-se pelo seu critério de racionalidade na forma como ela se manifesta na linguagem: orientada ao consenso ou pela busca dos meios mais adequados aos fins. Habermas, dessa forma, propõe um novo fundamento para as relações políticas através da visão de que a modernidade possui um tipo específico de racionalidade que coaduna com a racionalidade comunicativa. Em torno de cada uma, emerge as esferas sociais específicas. É esse conflito o cerne da obra Teoria da Ação Comunicativa.

Para que Habermas pudesse discutir e desenvolver sua teoria a partir do reconhecimento da pluralidade de racionalidades, ele teve que resgatar, na teoria da modernidade em Weber, “a natureza cultural do processo singular que conduziu à racionalização do ocidente” (AVRITZER, 1996, p. 55). Inicialmente houve essa preocupação, por parte de Habermas, com o resgate original do pensamento weberiano, devido ao fato de que ele foi apresentado pela primeira vez na academia através da visão sistêmica de Talcott Parsons. Não cabe aqui verificar de que modo se deu a interpretação parsoniana do pensamento de Weber, mas sim, identificar quais elementos conceituais Habermas considera importante e quais ele nega para construir sua teoria sobre a ação fundamentada na linguagem.

Habermas considera Weber o

(...) único que rompeu com as premissas básicas da filosofia da história e com os supostos fundamentais do evolucionismo sem renunciar ao entendimento de que a modernização da sociedade velho-européia é resultado de um processo histórico-universal de racionalização (HABERMAS, 2003, p.197).

A visão weberiana de racionalização é contrastada, por Habermas, pela esperança que estruturou o pensamento moderno: a razão iluminista que iria levar a humanidade para o progresso moral, intelectual e tecnológico. A razão gerada nos salões e cafés levaria a burguesia, a construir uma sociedade libertadora, uma sociedade em que todos teriam condições de participação política. Mas, o que aconteceu? Por que a razão iluminista descambou para a razão instrumental? Porque o projeto de modernidade não deu certo? Um dos motivos apontados por Habermas, do ponto de vista político, é que houve uma cooptação das esferas públicas discursivas no momento em que a burguesia inaugura o sistema político representativo.

O parlamento é a esfera pública institucionalizada. Por outro lado, tem-se a opinião pública que filtra, por meio da crítica, as decisões governamentais. A publicidade além de canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, é um princípio que organiza o sistema político, de um lado, e a sociedade do outro. É ela que fomenta os espaços públicos de leitores de jornais que apóiam ou não o governo.

Portanto, para o Habermas da Teoria da Ação Comunicativa, a razão iluminista é vista separadamente da razão instrumental, o que não ocorre para Weber, o qual, enxerga a ação dos sujeitos é sempre orientada pela racionalidade instrumental. Logo, a partir deste ponto, a dissertação direciona-se no intuito de compreender como Habermas tipifica as racionalidades a partir de sua análise sobre as contribuições de Weber para tal intento.

Weber analisa nas religiões mundiais<sup>24</sup>, singularidades que as definem como condições sociais que possibilitam a geração de uma racionalidade específica. Ou seja, é uma busca de tipificação da racionalidade que irá definir qual a especificidade da racionalidade do ocidente.

---

<sup>24</sup> Weber utilizou como critério para selecionar as religiões “mundiais” a quantidade de devotos. São elas: Confucionismo, Hinduísmo, Budismo, Islamismo e Cristianismo.

Weber nega o contraste inicial dos iluministas em opor a razão e religião, sendo que a primeira iria libertar o homem da segunda. É por meio da técnica e da ciência, que o homem iria se desvencilhar do conhecimento pautado pela religião, e que levaria ao progresso para uma sociedade livre. O ideal libertador da razão iluminista consistia em romper com a religião. Para Weber, tanto a religião quanto a ciência, são manifestações de racionalidades específicas.

Antes de continuar, é importante uma ressalva: esse ponto de partida weberiano em considerar a cultura como fonte de racionalidade, Habermas também considera a partir do momento em que ele enxerga uma racionalidade específica construída no âmbito do mundo da vida. Porém, esse ponto será discutido com mais acuidade posteriormente.

Para Weber, racionalidade está ligada a uma forma específica de sistematizar idéias e comportamentos. Por isso, não há uma oposição inicial entre razão e religião. A busca de uma padronização é motivada pela tentativa de se buscar uma maneira de se conhecer a natureza desvencilhada das explicações mágicas. O modo como ocorre a substituição é o objeto de investigação de Weber, ou seja, quais elementos cada religião desconsidera para a substituição por uma explicação ou domínio cognitivo do mundo. Quais espaços o domínio cognitivo, o conhecimento fundamentado na observação, passa a ocupar nas explicações religiosas? A magia como uma forma específica de conhecer e experienciar o mundo, é paulatinamente substituída pela ciência, através da justificativa de se obter o conhecimento orientado pelo domínio. Segundo Weber:

À medida que as reflexões religiosas e éticas sobre o mundo foram se tornando cada vez mais racionalizadas e primitivas e as noções mágicas foram eliminadas, a teodicéia do sofrimento passou a encontrar dificuldades crescentes. (WEBER apud AVRITZER, 1996, p. 58)

Na explicação mágica de mundo não há separação entre o homem e o mundo natural. À medida que o homem procurava obter um significado para o sofrimento humano, foi-se abandonando aos poucos a explicação mágica. Ocorre então a separação entre o sujeito cognoscente e a natureza. Essa separação faz com que a busca pela

salvação passa a ocorrer no domínio da natureza. Para que ocorra esse domínio, o homem precisa obter o máximo de conhecimento voltado para o controle.

Nesse sentido, o conhecimento, a reflexão, o exercício da razão, perdem o valor em si mesmos e tornam-se ferramentais úteis ao domínio dos meios necessários ao controle da natureza. De acordo com a necessidade de dominar a natureza, o homem desenvolveu técnicas, quantificou, selecionou e transformou fins em meios tendo em vista a busca da satisfação de se sentir “salvo”. Weber diferencia as religiões de acordo com as “técnicas” de salvação empregadas. São essas técnicas, fruto da atitude do homem frente á natureza, que racionaliza a conduta humana.

Não cabe aqui discutir como Weber diferencia as religiões, mas sim, destacar a especificidade das religiões ocidentais no que concerne a instrumentalização da razão pela busca da salvação: é a razão que seleciona as formas mais adequadas de controle sobre a natureza, sendo que, os elementos que a compõe não são mais sagrados, não são formas de manifestação divina, e sim, são objetos de domínio do homem.

Segundo Weber, a especificidade do protestantismo corresponde ao êxito da equação do conflito entre ética e racionalidade de meios (AVRITZER, 1996, p. 62). A racionalização religiosa, que parte da separação entre meios de produção e administração e necessidades do individuo, passou a ser principio da administração política e da economia de mercado.

Os fenômenos que Weber pretende explicar, a partir do fio condutor do processo de racionalização, são de natureza social. O desenvolvimento do Estado moderno e da economia capitalista são dois fenômenos estudados por Weber como frutos da racionalização social.

Uma das conclusões essenciais que Habermas apreende de Weber, é que este não sustenta uma posição universalista para o racionalismo ocidental, circunscrevendo-a, então, à cultura européia.

Weber considera o racionalismo como algo ocidental, não somente no sentido de que foi no ocidente onde se deram as constelações históricas sob as que pude apresentar pela primeira vez um fenômeno que por sua natureza tem um caráter universal, mas também que, como tipo particular de racionalismo, expressa também marcas desta

particular cultura ocidental (HABERMAS, 2003, p.241).

A pretensão de universalidade no processo de racionalização europeu encontra-se na construção da idéia do homem civilizado. Se o racionalismo for analisado do ponto de vista, não da racionalidade voltada a fins, mas sim, do ponto de vista da racionalização das imagens de mundo que culmina na descentração da compreensão do mundo, logo, Habermas questiona praticamente em tom de afirmação, sobre se tomarmos as esferas culturais que produzem sua própria legalidade devido os critérios abstratos (verdade, retidão normativa e autenticidade), então, essas esferas na medida que são autônomas umas das outras, não apresentam “um pano de fundo normal das estruturas universais de consciência”? (HABERMAS, 2003, p.243).

Reformulando a questão: a compreensão moderna de mundo repousa nas estruturas universais de consciência, logo, como é possível a construção de uma concepção de mundo se estas estruturas se configuram como esferas de valor autônomas? Com isso, a posição universalista se vê limitada diante da “diversidade de formas de vida dos conteúdos da cultura e afirma que toda cultura, se alcançar um determinado nível de consciência ou de sublimação, teria que compartilhar as propriedades formais da compreensão moderna de mundo” (HABERMAS, 2003, p.243).

As religiões universais, ao terem seus preceitos éticos modificados pelo desencantamento do mundo, se desenvolvem bem nas sociedades modernas. Os profetas tiveram um papel essencial para convencer multidões em direção a esse novo potencial ético das religiões.

Habermas chama atenção para os dois critérios que Weber utiliza para medir o grau de racionalização de uma imagem de mundo, sendo eles: o desencantamento, ou seja, a superação do pensamento mágico e o nível de sistematização. A pretensão de Habermas aqui é mostrar o significado do desencantamento a partir das transformações dos componentes cognitivos para depois analisar os aspectos estruturais da transição das imagens religiosas-metafísicas de mundo ao pensamento moderno (HABERMAS, 2003, p.272).

As imagens religiosas-metafísicas do mundo na verdade são posturas frente ao mundo, e toda postura que se baseia numa visão que unifica a natureza e a sociedade num só conjunto é expressão de um processo de racionalização. Weber analisa o



potencial de racionalização das imagens de mundo utilizando-se de dimensões de racionalização: a ética e a cognitiva, ou seja, se o crente tem uma postura frente ao mundo de dominação, o grau de racionalização é alto (judaísmo e cristianismo), se o crente pretende uma fuga do mundo, o grau é baixo.

Por outro lado, sob o aspecto cognitivo, se o crente adota a postura de contemplação frente ao mundo, o grau de racionalização é alto ou se o crente se acomoda frente ao mundo, o grau é baixo. Ou seja, os critérios que Weber utiliza para verificar o nível de racionalização de uma imagem de mundo constituem da seguinte forma: o potencial alto e baixo são comparados à postura do crente (dominação, fuga, acomodação e contemplação) do ponto de vista da ética das intenções de um lado, e de outro, do ponto de vista cognitivo.

A superação do pensamento mágico é a forma com que Weber analisa o nível de racionalização de uma imagem de mundo. O desencantamento, do ponto de vista da racionalização ética, pode ser analisado levando em conta a relação entre o crente e Deus, pois que

(...) quanto mais se configura essa relação como uma relação puramente comunicativa entre pessoas, entre o indivíduo necessitado de redenção e uma instância salvadora supramundana e moralmente imperativa, com tanto mais rigor pode o indivíduo sistematizar suas relações intramundanas a partir do ponto de vista abstrato de uma moral a que estão sujeitos ou bem somente os eleitos, ou só os *virtuosi* religiosos, ou todos os crentes por igual (HABERMAS, 2003, p.281).

Ou seja, o interesse do crente em se relacionar com Deus tendo em vista a salvação, estrutura as relações intramundanas dos indivíduos, e uma das conseqüências disso apontada por Habermas, é a formação de um conceito universalista e individualista de pessoa.

O desencantamento, agora do ponto de vista da dimensão cognoscitiva, corresponde à “desmitologização” do conhecimento do ser, sendo que quanto mais os processos empíricos se tornam independentes da intervenção instrumental e da interpretação teórica, o indivíduo torna-se capaz de sistematizar suas relações em seu

mundo da vida (HABERMAS, 2003, p.282). A isso, dentre várias conseqüências destacadas por Habermas, verifica-se as seguintes: o sujeito cognoscente promove uma diferenciação entre uma atitude teórica da prática tornando-se emancipado das paixões e dos interesses próprios do mundo da vida, podendo assim se entregar à contemplação do ser. Tanto as religiões de redenção quanto as imagens cosmológicas metafísicas de mundo, ao possuírem um potencial mais elevado de racionalização, convivem numa espécie de conflito “produtivo” dentro da tradição européia.

A modernidade, fruto da racionalização, se desenvolve a partir da existência de uma única ética possível, a utilitarista, e por outro lado, a ciência é o único critério de justificativa que legitima a ação. O problema é que a ciência não possui a capacidade de integrar numa mesma visão várias concepções de mundo, como disse o próprio Weber: “A justificativa científica é destituída, a princípio, de sentido porque as diversas esferas de valor do mundo estão em conflito irreconciliável entre si” (WEBER apud AVRITZER, 1996, p. 67).

O fato de que a ciência é impossibilitada de reconhecer e agregar, como as imagens religiosas de mundo, outras esferas de valor, como a da arte por exemplo, ocorre o fenômeno da perda de sentido, o qual, promove um esvaziamento de sentido ético que orienta os indivíduos, passando a ser meramente pautada pela instrumentalidade. Dessa forma, o conceito de razão iluminista, construído no âmbito dos espaços públicos burgueses, não pode ser confundido com a razão instrumentalizada para a dominação.

Habermas discorda de Weber nesses dois pontos apontados acima: de um lado, a ação humana poder ser orientada a partir da ética utilitarista, e por outro, a ciência como único critério de sistema de valor. A forma como Habermas nega essas duas teses weberianas é a retomada que ele faz a partir do reconhecimento de que as esferas de valor religiosas ordenadas a partir das imagens de mundo foram substituídas por um critério de justificativa contido na própria linguagem. Esse critério que se justifica é a busca do consenso, o qual, é fruto do reconhecimento do mundo objetivo, social e subjetivo, os quais, correspondem às esferas de valor da ciência, moral e da arte. Cada um desses apresenta seu próprio critério de validade, que seria respectivamente a verdade, a correção e a veracidade.

O processo de racionalização, para Habermas, não fez com que essas esferas de valor entrassem num eterno conflito entre si. As esferas valorativas reconciliam-se entre si por meio do uso do critério da pretensão de validade que cada uma possui e que se

forem levadas em conta, num processo de reconciliação, criam um novo critério de justificativa da ação, que seria a ação pautada pela busca do consenso por meio do uso racional da linguagem.

Portanto, Habermas abre um novo espaço, ou uma nova forma de fundamentação da participação política no espaço público: a partir das pretensões de validade que orientam a busca do entendimento recíproco. Porém, a ação comunicativa, como fruto da pressuposição da existência da conciliação dos três mundos com as suas respectivas esferas de valor, possui um lugar próprio nas relações sociais, assim como a ação instrumental.

A partir dessa visão habermasiana, o texto direciona-se na busca da compreensão dos conceitos sistema e mundo da vida, os quais, são as esferas de valor, de um lado, da ação instrumental e do outro, da ação comunicativa. Ambos os conceitos constituem a Teoria da Ação Comunicativa e promovem uma inovação nos estudos da sociologia, a qual, tem-se buscado na abordagem sistêmica o paradigma central para explicar os fenômenos sociais<sup>25</sup>. O que Habermas chama atenção, é que a sociedade não é totalmente dominada pela esfera de valor sistêmica, como propunha Parsons na sua interpretação sobre Weber. Como foi dito antes, a sociedade moderna racionalizada cria diferentes esferas de valor que orienta as ações dos indivíduos, as quais, pertencem ao contexto do mundo da vida ou sistêmico. É essa visão dual de sociedade que será objeto de discussão nas próximas linhas.

### **4.3- Sistema e Mundo da Vida**

Ao aproveitar a teorização sobre a modernidade de Weber, Habermas conclui que a racionalização social fez com que surgissem outros critérios de validade que justificassem a ação. Habermas discorda de Weber, quando este coloca que a sociedade sofreu por completo o processo de racionalização. Habermas enxerga um outro processo inverso às estruturas racionalizadas: ao crescimento da potencialidade comunicativa dos sujeitos sociais em construir consensos.

---

<sup>25</sup> Não cabe aqui uma discussão epistemológica das ciências sociais, mas apenas destacar que a visão sistêmica que impregnou a sociologia foi inaugurada por Talcott Parsons a partir da sua interpretação sobre a teoria da modernidade weberiana.

Dessa forma, para Habermas, a sociedade estrutura-se a partir da esfera prático-moral e a esfera ética-discursiva. Ao dividir a sociedade entre duas esferas de valor que ordenam as relações dos indivíduos de forma distinta, Habermas apresenta uma alternativa em relação à visão pessimista da primeira geração da Escola de Frankfurt e da visão sistêmica da sociedade inaugurada por Parsons. Essa alternativa diz respeito ao reconhecimento da linguagem como critério de justificativa da ação do sujeito. A definição comum de uma situação é a condição para a obtenção de consensos que orientarão os planos de ação. Essa definição comum tem em vista evitar o fracasso, ou o desentendimento (HABERMAS, 2003, p. 181).

Essa idéia é ponto chave para a compreensão acerca da participação política como forma de emancipação social a partir do acordo prévio em torno dos três critérios que garantem validade: a verdade, veracidade e retidão normativa. Até que ponto as pretensões de validade podem servir de critério para avaliar o grau de uma participação política? Não cabe aqui responder essa questão de natureza empírica, apenas questionar a possibilidade da noção de participação política se ancorar na possibilidade do consenso como critério interno de validade. Ou seja, o que legitima um movimento social, por exemplo, não está no valor da bandeira que ele prega, mas sim, na forma como ele se organiza levando em conta a busca do consenso pelo uso racional da linguagem como um fim em si mesmo. Só assim é possível os atores concordarem sobre a existência dos três mundos: objetivo, subjetivo e intersubjetivo.

Por outro lado, os partidos políticos, de acordo com este viés teórico, são os atores sociais que fazem uso de argumentos tendo em vista o convencimento da população em torno da obtenção de votos. Sendo assim, ocorre a instrumentalização da linguagem tendo em vista um fim último, que seria a busca pelo poder.

Nesse sentido, até que ponto o critério lingüístico em torno da busca do consenso pode servir como critério para analisar a atuação das organizações sociais? O problema é que não se pode deixar de levar em conta a alta capacidade do sistema em se organizar e criar empecilhos para o mundo da vida.

Não é a toa que Habermas chama atenção para os entraves que o sistema impõe ao mundo da vida e que impedem aos homens reunirem-se num acordo lingüístico. O sistema, dominado pela racionalidade da busca dos meios mais adequados aos fins, tende a “colonizar” o mundo da vida. Este se defende criando barreiras para interromper o processo de racionalização sistêmica.

Para Habermas, a razão instrumental, que modificou as estruturas sociais a partir da religião, é o princípio que norteia as relações sociais no âmbito sistêmico. O sistema, para Habermas,

é definido como conjunto de atividades vinculadas à sobrevivência econômica e política das sociedades modernas, mediante a regulação das consequências das ações de tipo estratégico e instrumental por mecanismos burocráticos e de mercado capazes de limitar o escopo das decisões voluntárias (INGRAM apud SIGNATES, 2001, p. 119)

O sistema é formado por dois subsistemas: o econômico e o estatal. O primeiro é regido pelo uso do capital como linguagem universal, excluindo o questionamento e a reflexão, devido ao fato de que o *sistema* se auto-regula. “A validade dessa linguagem não precisa ser questionada, já que o sistema funciona na base de imperativos automáticos que jamais foram objeto de discussão dos interessados”. (FREITAG, 1990, p. 61)

O subsistema administrativo é representado pelo Estado, o qual, faz uso da lógica estratégica do poder por meio do código negativo da sanção. A burocracia, desse modo, é a forma racionalizada da administração do poder público.

Na obra Teoria da Ação Comunicativa, Habermas faz uma releitura de alguns autores que são caros à teoria sociológica e que serão objetos de uma breve exposição no intuito de compreender de que modo cada teórico contribuiu para Habermas fundamentar sua teoria de sociedade. Segundo Signates (2001, p.102) Habermas baseia-se na produção teórica de três autores largamente reconhecidos pela influência que exerceram na sociologia: Durkheim, Max Weber e Mead.

Habermas aproveita em Durkheim sua divisão tipológica entre as sociedades arcaicas e sociedades modernas, sendo que a primeira funda-se no consenso normativo, e a segunda funda-se na funcionalidade sistêmica. Esta última levou o homem à divisão do trabalho, o qual, é um desdobramento da racionalização estrutural.

Já Weber, como já foi discutido anteriormente, também ofereceu valiosas ferramentas para que Habermas construísse sua própria noção de sociedade. A

constatação weberiana de que a modernização é fruto do processo histórico de racionalização fez com que Habermas interpretasse a sociedade a partir das três esferas de valor: “cognitivo-instrumental da ciência, estético-expressivo da arte e moral-prática da religião e do direito”. (SIGNATES, 2001, p. 103). O que Weber não percebeu, segundo Habermas, é que essas esferas possuem critérios de justificativa no âmbito das suas pretensões de validade, às quais, abrem possibilidade para uma ética fundada no discurso.

Habermas busca na teoria da comunicação de George Herbert Mead a possibilidade lingüística que o modelo ideal de comunicação, como referência à busca do entendimento, exerce para fundamentar a ação do sujeito. Na teorização de Mead, a linguagem apresenta um papel central como mediadora na interação intersubjetiva. Nesta perspectiva, a linguagem é a expressão da ação e das experiências coletivas, contrapondo a filosofia da consciência que enfatiza a idéia de valorização das experiências centradas no indivíduo.

O *mundo da vida* é o plano da ação ordenada a partir do acordo estabelecido que ampara a compreensão dos sujeitos levando em conta o mundo objetivo, subjetivo e intersubjetivo. A intersubjetividade ocorre no âmbito da arte, das experiências subjetivas, das mobilizações políticas, nas diversas manifestações religiosas, etc. O mundo da vida é o lugar em que se constitui uma comunicação simbolicamente orientada a partir da interatividade entre os sujeitos.

Todos esses elementos que compõem o mundo da vida são condições para que os sujeitos articulem-se comunicativamente abrindo possibilidades ao consenso.

El mundo de la vida es, por así decirlo, el lugar trascendental en que hablante y oyente se salen al encuentro, en que pueden plantearse reciprocamente la pretension de que sus emisiones concuerdan con el mundo (con el mundo objetivo, con el mundo subjetivo y con el mundo social); y en que pueden criticar y exhibir los fundamentos de esas pretensiones de validez, resolver sus disentimientos y llegar a um acuerdo. (HABERMAS, pág 179 livro 2)

Os sujeitos inseridos num ambiente discursivo constroem as condições para a ação comunicativa na medida em que suas ações são orientadas levando em conta os

três mundos. Esse pano de fundo marcado pela intersubjetividade amplia a capacidade argumentativa dos indivíduos em alcançarem o consenso, gerando, por sua vez, a ação comunicativa: a ação conjunta entre os sujeitos dotados de fala tendo em vista a linguagem como única forma de se buscar o entendimento.

A ação comunicativa possui como critério de validade, a articulação lingüística entre as três pretensões de validade, as quais, através delas, o homem amplia sua capacidade lingüística de gerar acordos. Estes últimos fundamentam a ação do sujeito pelo fato de que o valor da ação comunicativa resume-se nela mesma, ou seja, por ela ser fruto das pretensões de validade previamente estabelecidas.

A orientação da fala a partir das pretensões de validade garante que o indivíduo, enquanto agente articulador de linguagem, produza o espaço público. À medida que os sujeitos orientam suas ações comunicativamente, cria-se o espaço isento de falhas, em que os indivíduos livres, têm condições de se manifestarem e buscarem o consenso.

Nesse sentido, na teorização social habermasiana, o espaço público localiza-se no entorno do mundo da vida, já que é através das condições geradas por ela que os indivíduos promovem a ação comunicativa. A partir do que foi exposto até o presente momento, nas próximas linhas será feita uma abordagem sobre as possíveis relações entre espaço público e ação comunicativa no contexto do pensamento habermasiano.

#### **4.4- Espaço público e Ação Comunicativa**

O conceito de espaço público ao longo da produção teórica de Habermas sofreu consideráveis modificações. Num primeiro momento, durante a publicação da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas analisa a sociedade pré-moderna a partir da categoria social de esfera pública burguesa. Foi um meio que a burguesia utilizou para se ascender ao poder pela livre discussão de idéias que permitiu a construção de um projeto político que contemplasse a burguesia.

Como foi discutido anteriormente, Habermas ainda adotava como perspectiva teórica o paradigma da produção, sendo que, a evolução estrutural da esfera pública se explicava devido à modificação nas condições materiais da sociedade burguesa, na medida em que a economia doméstica se estende para além da esfera privada. É nesse ponto que Hannah Arendt se faz presente na obra de Habermas de forma explícita - o espaço público burguês entra em decadência devido ao surgimento da esfera social

como o espaço da busca das necessidades do sujeito enquanto indivíduo. Ou seja, é o fenômeno da privatização social, da invasão do *homo laborans* à esfera social, que promove o declínio do espaço público.

A partir desse ponto de vista não há espaço para a participação política, já que o *homo laborans*, incapaz de articular-se com outros indivíduos tendo em vista a busca do bem comum, é o que predomina na sociedade. Porém, para não partilhar do mesmo pessimismo dos frankfurtianos e da visão weberiana (predomínio da racionalização instrumental na sociedade), Habermas promove uma releitura de alguns clássicos da sociologia, e identifica novas possibilidades para a participação política no mundo contemporâneo. Habermas, por meio de sua análise sobre a teoria da racionalização de Weber, ele enxerga essas novas possibilidades que refundam a ação política.

Habermas interpreta a racionalização social não como o domínio absoluto e inevitável da racionalidade instrumental sobre todas as esferas sociais, mas sim, ele percebe que a sociedade se multifacetou, criou novas perspectivas a partir da fragmentação promovida pelo uso instrumental. Habermas, chama atenção para o movimento inverso à tentativa de dominação social promovida pela razão centrada no sujeito. O sujeito cognoscente, aquele que pretende obter o conhecimento tendo em vista o domínio da natureza, é contraposto ao sujeito que entra em contato com o mundo a partir da relação com outros.

Essa mudança na perspectiva que Habermas opera em seu pensamento se inicia a partir da obra “Técnica e Ciência enquanto Ideologia” (AVRITZER, 1996, p.63). Foi quando ele se convenceu da impossibilidade de se retirar uma concepção não racional da técnica apoiado na via teórica marxista (ancorada no paradigma da produção, como foi colocado anteriormente). Habermas também procurava uma via teórica alternativa ao pensamento de Adorno, o qual, considerava a música erudita como única fonte de uma racionalidade orientada por valores.

A solução habermasiana para esse duplo dilema foi propor a separação entre dois tipos de racionalidade, uma primeira, comunicativa, e uma outra, instrumental, posteriormente denominada de sistêmica. A racionalidade comunicativa seria caracterizada pela dialogicidade, isto é, pela possibilidade de alcançar um telos nos mundos objetivo, social e subjetivo através da comunicação com pelo menos um participante (HABERMAS, apud AVRITZER, 1996, p. 63)



Uma das constatações de Habermas é que no caso do sujeito cognoscente, ele só pode obter um conhecimento amplo da natureza a partir do reconhecimento de que este mesmo sujeito está inserido num contexto de interação lingüística. É a partir dessa interação que Habermas retira o potencial do individuo em estabelecer acordos mútuos que orientarão a sua ação num espaço plural, livre de coerções.

Para Habermas, a razão se manifesta não apenas na transformação dos fins em meios (como pressupunha Weber), mas também, na interação lingüística entre os sujeitos. As esferas sociais surgem a partir da razão instrumental de um lado, e de outro, da razão comunicativa.

(...) o autor da Teoria da Ação Comunicativa pretendia não apenas fundamentar uma forma comunicativa de racionalidade como também mostrar que ela está na base do processo de racionalização das sociedades modernas. É essa segunda intenção que leva Habermas de encontro à teoria da modernidade em Weber, uma teoria cujo componente cultural tem uma enorme afinidade com o conceito comunicativo de racionalidade (AVRITZER, 1996, p.64).

Essa nova possibilidade, proposta por Habermas, de fundamentar a ação dos sujeitos a partir do uso racional da linguagem, é extraída no potencial contido no âmbito das pretensões de validez, as quais, os participantes numa interação lingüística adotam-nas tendo em vista a possibilidade de compreensão recíproca. A interação lingüística, a comunicação, é mediada pelas pretensões de validez que operam no sentido de coordenar a linguagem tendo em vista o consenso. É a partir desse consenso, o resultado da manifestação da razão na comunicação entre os indivíduos, que se chega na ação comunicativa.

Nesse sentido, a ação comunicativa ocorre num espaço público pautado pela pluralidade, pela divergência de opiniões, e pela busca do consenso através da capacidade lingüística inerente aos atores. É interessante observar que o processo mediado pela comunicação, na medida em que produz consenso publicamente construído, foge de qualquer tipo de previsibilidade ou de controle por parte das instituições sistêmicas. Dessa forma, Habermas potencializa o conceito de iniciativa, de

Hannah Arendt, ao atribuir às pretensões de validade, a condição para a busca do consenso que orienta a ação comunicativa.

Os cidadãos quando se reúnem para discutir problemas de interesse comum, articulam-se pelo uso racional da linguagem tendo em vista o entendimento. Este por sua vez, fruto das pretensões de validade em que os sujeitos pressupõem numa interação lingüística, fortalece o espaço público da fala na medida em que protege a interação dos sujeitos de possíveis falhas ou coerções externas. Ninguém é capaz de controlar os efeitos produzidos pelo consenso racionalmente motivados por parte dos cidadãos.

A previsibilidade, como requisito básico para o controle sobre algo, torna-se uma ferramenta extremamente frágil diante de uma participação política cidadã pautada pelo consenso fruto da razão comunicativa. Dessa forma, torna-se pertinente recolocar a seguinte questão: até que ponto a ação comunicativa potencializa o ideal de emancipação social contida na esfera pública arenditiana?

Para Arendt, a emancipação social é fruto da iniciativa dos sujeitos em compartilharem um espaço plural discursivo. Habermas vai mais além na medida em que ele parte da necessidade dos sujeitos reconhecerem a importância da pressuposição, numa interação lingüística, das esferas objetivas, subjetivas e intersubjetiva, sem as quais, o consenso torna-se impossível, inviabilizando assim, a ação comunicativa.

Dessa forma, a ação comunicativa que ocorre no espaço público, depende da pressuposição das pretensões de validade por parte dos atores num contexto lingüístico. Os cidadãos organizam o espaço discursivo da fala, criando as condições para a ação comunicativa. É ela que irá empreender a emancipação dos sujeitos, nos âmbitos político, social e cultural.

A ética discursiva, pautada pela busca das pretensões de validade, pressupõe um conceito de razão descentralizada, ou seja, a razão não é fruto do exercício individual da consciência, mas sim, ela está entre os homens, a partir de certas condições que propiciam o surgimento de uma situação ideal de fala que gera a ação comunicativa.

Do ponto de vista do interesse desta dissertação, é interessante destacar que Habermas cria uma nova fundamentação para as relações políticas: a partir da ação discursiva orientada pelo consenso em torno das pretensões de validade. Essa ação discursiva, na medida em que agrega os homens em torno da discussão de problemas comuns, pressupõe a existência de um sistema político que permite essa reunião. A democracia confere essa liberdade de discussão entre os agentes sociais capazes de linguagem.

Dessa forma, retoma-se a questão: qual a especificidade da relação entre democracia e espaço público a partir do referencial da noção de participação política? Para compreender melhor esse problema, parte-se da idéia de que, a participação política garante legitimidade ao sistema político democrático através do espaço público, porém, de que forma se dá essa busca pela legitimidade?

No intuito de abordar a temática acima, pressupõe-se que uma das formas de se analisar a relação entre espaço público e democracia, encontra-se no conceito de poder. Essa pressuposição justifica-se na medida em que Arendt concebe o poder como fruto da união discursiva dos indivíduos no espaço público. Tanto Arendt, quanto Habermas refletiram esse conceito a partir do referencial teórico de cada um. Nesse sentido, é preciso verificar de que modo esses autores trabalham com o conceito de poder. Na tentativa de realizar esse intento, o texto direciona-se numa abordagem do conceito de poder a partir da leitura que Habermas faz de Arendt num trabalho específico.

## **Capítulo 5- Poder e Participação Política: um diálogo entre Habermas e Arendt**

O objetivo deste capítulo consiste numa tentativa de se estabelecer uma relação conceitual entre a Teoria da Condição Humana de Hannah Arendt com a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas através do estudo de Habermas acerca do conceito de poder em Hannah Arendt. Feita essa discussão inicial, pretende-se encaminhar para uma análise sobre as possíveis relações entre poder, comunicação e participação política.

Para realizar tal objetivo, o presente texto encontra-se estruturado a partir de dois eixos principais: o primeiro, consiste numa breve discussão sobre as contribuições de Maquiavel para extrair um sentido clássico de poder. Num segundo momento, pretende-se analisar as contribuições de Habermas e Arendt, a partir do texto “O conceito de poder em Hannah Arendt”, de Jürgen Habermas.

### **5.1- O conceito clássico de poder e o novo paradigma político**

Uma das portas de entrada para se refletir sobre o sentido clássico de poder seria através do contraponto entre a filosofia política e a ciência política. Os autores que compõem esses dois campos do conhecimento humano são os responsáveis por fornecerem as principais contribuições teóricas para o entendimento acerca do poder.

Os autores são praticamente os mesmos, tanto da ciência política, quanto da filosofia política. A diferença reside na abordagem: a primeira pressupõe que a fundamentação, ou o modo de enxergar o objeto da política está na abstração. A segunda fundamenta-se no exercício da verificação empírica por meio de práticas metodológicas cientificamente comprovadas. Um dos autores que mais contribuiu para esta discussão, foi Norberto Bobbio. Logo, nas próximas linhas, pretende-se colher

algumas contribuições pertinentes acerca da forma como Bobbio<sup>26</sup> extrai, através da sua leitura sobre os clássicos da política, um conceito de poder que possa contemplar os interesses desta discussão.

No pensamento de Bobbio, o conceito de poder está inserido na discussão sobre o conceito de política. Para ele, como foi colocado anteriormente, existem duas formas de acesso ao objeto da política: por meio da filosofia ou da ciência, sendo que, a primeira, corresponde às teorizações clássicas, e a segunda, às teorizações modernas. Essas duas formas de abordagem são o resultado da transformação da idéia de política ao longo da história. A noção de política que o homem construiu ao longo dos séculos é fruto das formas de governo erguidas pelo homem na sua necessidade inerente de viver em sociedade, como pressupunham os contratualistas.

Bobbio busca uma definição de política através da contraposição de uma tipologia clássica das formas de poder, com a tipologia moderna. A clássica origina um sentido de política que remonta à Grécia clássica, a qual, é um ponto de partida fundamental no estudo sobre a relação entre política e poder. Para os gregos, o significado de política referia-se diretamente à polis (*politikós*) ateniense. Segundo Bobbio, o significado remetia a

(...) tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (BOBBIO, 2000, p.954).

Aristóteles inaugura as preocupações, em forma de teorizações, em torno dos problemas próprios da coisa pública, do comum a todos. Segundo Bobbio, houve uma

---

<sup>26</sup> Apesar das vastas obras publicadas sendo que uma mais importante do que a outra, pode-se considerar que na obra “Dicionário de Política”, mais especificamente no verbete “Política”, encontra-se um resumo das principais contribuições de Bobbio acerca da política.

transposição da idéia de política como algo ligado à polis, às coisas urbanas, para uma abordagem “mais ou menos organizada” que se voltava para esses mesmos objetos (BOBBIO, 2000, p. 954). Ou seja, a transposição reside na passagem do uso do termo política no sentido prático cotidiano, para um sentido ligado ao um ramo do conhecimento humano.

Porém, a grande mudança do sentido original de política, se inicia no período moderno, a qual, ela passa a se referir aos assuntos ligados ao Estado. Desse modo, o surgimento do Estado burguês absorve para si todo o conteúdo da antiga concepção grega de política, esvaziando-a de sentido original, a qual, ligava-se à prática deliberativa dos cidadãos no espaço público. A política na contemporaneidade é um instrumento do Estado moderno de direito, não mais a prática cidadã dos indivíduos membros de uma coletividade.

Já que o sentido de política original remete à esfera das atividades humanas no âmbito da interação linguística, ela está intimamente relacionada com o conceito de poder (2000, p. 954). O poder também é fruto de uma relação, porém, desvantajosa para um dos membros que participam da interação. A noção de poder está ligada à obtenção de vantagens. E a forma como as obtém é por meio da imposição de uma vontade sobre outrem. O objetivo dessa vontade imposta é determinar o comportamento do oponente, o qual, adotará como princípio das suas ações a busca de satisfazer a vontade do sujeito que se impõe (2000, p. 954).

Ao se definir com mais acuidade o conceito de poder, Bobbio chama atenção para o fato de que

como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter qualquer vantagem ou, mais exatamente, os efeitos desejados, como acontece com o domínio da natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma vantagem qualquer ou os efeitos desejados (2000, p. 955).

Logo, o poder é a capacidade do sujeito de dispor os meios mais adequados á obtenção dos fins, ou seja, a busca das melhores vantagens através do controle, dos

cálculos da previsibilidade, da fria razão orientada a fins. A retórica, por exemplo, é a manifestação do poder através do uso instrumental da comunicação, ou seja, não a comunicação pautada pelo interesse da busca do entendimento recíproco, ou de uma comunicação no sentido dialógico, mas sim, de uma comunicação orientada ao mero convencimento através da escolha racional dos melhores argumentos para se alcançar as vantagens egoisticamente determinadas.

As vantagens podem ser de natureza pública ou privada: se a vantagem que o indivíduo escolhe alcançar estiver ligada à coisa pública, então, a comunicação no espaço público é orientada ao entendimento, levando à ação comunicativa. Mas se a natureza das vantagens estiver ligada somente no âmbito das necessidades do indivíduo, a tendência é que se faça um uso instrumental, persuasivo, da comunicação. É dessa forma que o poder se manifesta na política a partir da concepção clássica: por meio da tentativa de se dominar outrem tendo em vista fins privados. Segundo Bobbio:

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como a relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (BOBBIO, 2000, p. 955).

Aristóteles concebia que o poder se manifestava em três ordens distintas: o poder paterno exercido no interesse dos filhos, o poder despótico exercido no interesse do senhor e o poder político no interesse de quem governa e do governado (BOBBIO, 2000, p. 955). O critério que define esse tipo de poder corresponde no interesse de quem se exerce o poder. Porém, Bobbio evidencia o fato de que o critério que prevaleceu sobre o do interesse, é a busca da legitimidade, ou seja na forma como o poder se funda entre os homens.

A justificativa do exercício do poder paterno, tal como é exposto por Locke na obra “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, corresponde à natureza. O fundamento do poder despótico é o castigo por algo cometido fora das regras de convívio comum e do poder civil o consenso (BOBBIO, 2000, p. 955). Porém, o que Bobbio chama

atenção é que o uso desses três critérios não definem a natureza do poder político.

Segundo Bobbio, “o fato de o poder político se diferenciar do poder paterno e do poder despótico por estar voltado para o interesse dos governantes ou por se basear no consenso, não constitui caráter distintivo de qualquer governo, mas só do bom Governo” (2000, p. 955). Ou seja, na forma do que seria um governo ideal. Portanto, o dever ser, a ética que orienta a ação, é o critério pelo qual um governo diferencia-se de outros. Nesse sentido, quem melhor trabalha no campo da ética voltada para se analisar a tipologia das formas de poder é a filosofia política.

Por outro lado, a abordagem moderna sobre as formas de poder pauta-se pelo critério “dos meios de que se serve o sujeito ativo da relação para determinar o comportamento do sujeito passivo” (BOBBIO, 2000, p. 955). Este critério torna apta a distinção de três classes distintas de poder: o econômico, o ideológico e o político. O primeiro corresponde à detenção por parte de certos bens, numa situação de escassez, que permite influenciar determinados comportamentos por parte daqueles que são destituídos dos meios escassos. O segundo corresponde a um certo tipo de condicionamento do comportamento humano através da forma como determinadas “idéias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados” (2000, p. 955).

Já o poder político a partir do critério dos meios mais adequados para determinar o comportamento de outrem, “se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física” (BOBBIO, 2000, p. 955). O uso da força física está relacionada à possibilidade de coerção pelo uso de armas de qualquer espécie.

Bobbio chama atenção para o fato de que estas três formas de poder, distintas por meio do critério racional da seleção dos meios para influenciar o comportamento do sujeito a ser dominado, cria uma realidade desigual a partir da especificidade de cada forma de poder: a primeira forma de poder divide uma sociedade entre ricos e pobres, a segunda entre sábios e ignorantes e no terceiro entre fortes e fracos. Ou seja, o poder é obtido no primeiro pela detenção dos meios de produção, o segundo, o poder é obtido através da obtenção do conhecimento e do terceiro, o poder é fruto do controle dos meios de coerção física.

Porém, Bobbio destaca outra peculiaridade do poder político que diferencia das outras formas de poder:



Embora a possibilidade de recorrer à força seja o elemento que distingue o poder político das outras formas de poder, isso não significa que ele se resolva no uso da força; tal uso é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político. (...) O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é o resultado de um processo que se desenvolve em toda a sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios em que se pode exercer a coação física. (BOBBIO, 2000, p.956).

Logo, o caráter de poder da política se manifesta no monopólio legítimo da força física, segundo a concepção weberiana contida na obra “Economia e Sociedade” (1922). Dessa forma, percebe-se que a relação entre poder e política se dá no âmbito da razão orientada a fins. O Estado é a forma institucionalizada de poder político através do uso legítimo da força física que define a relação de desigualdade entre o poder estabelecido e os cidadãos-súditos.

Um dos autores que melhor trabalha nessa concepção é Niccoló Maquiavelli. Considera-se comumente que o pensador florentino foi o responsável por inaugurar um pensamento político calcado na observação, ou seja, com base científica. A moral religiosa que fundamenta o poder político da velha aristocracia é objeto de crítica dos filósofos iluministas, e foi Maquiavel que deu início a esse processo.

Pode-se dizer que Maquiavel foi um pensador que se debruçou sobre o mal direcionando as suas “qualidades” para a construção e manutenção de um governo. Segundo Marques,

Seu objeto de análise é a eficiência dos atos humanos em relação à conquista e à conservação do poder do Estado, análise absolutamente indissociável de sua própria situação histórica. Se seu discurso pressupõe o conhecimento da situação precisa que o suscita, o plano de acesso a Maquiavel deve começar pela história de Florença. Apenas com esses dados é que faz

sentido abordar aspectos de seu pensamento (MARQUES, 2006, p.41)

O princípio que fundamentava o poder político no contexto histórico de Maquiavel era o de que o governante deveria orientar suas ações a partir das leis divinas da Igreja. Na medida em que Maquiavel analisa o poder fruto da racionalização dos meios em que, “o fim justifica os meios”, ele promove a dessacralização da política, ou seja, uma moralidade política que se legitima no emprego da força física como um meio para se almejar o fim desejado, que seria a manutenção do poder.

Maquiavel, ao criar um novo critério de justificativa política, a partir da vontade humana, ele inaugura um tipo específico de conceito de poder que se ampara na racionalidade dos meios, ou seja, na seleção, na instrumentalização de fins em meios. Uma observação pertinente no pensamento de Maquiavel, é que para construir o seu raciocínio, ele faz uso do contraponto com os autores clássicos gregos, principalmente Aristóteles.

O ponto de partida de Maquiavel é a práxis humana, é a política tal como ela é no cotidiano das relações humanas. O que ele chama de “verdade efetiva das coisas”, na realidade ilustra bem o seu pensamento. Pois, segundo BIGNOTTO:

Esse conceito contém uma crítica aos pensadores da Antiguidade, que haviam escrito sobre como deveriam ser as melhores cidades para viver, e à afirmação de que existe um saber sobre as coisas humanas, que não se encontra num ideal inacessível aos homens e à disposição apenas de uns poucos seres excepcionais. (...) O que ele afirma é que a verdade da política – a “verdade efetiva” – deve ser aprendida com o estudo dos diversos regimes existentes, que são produto da história real dos homens, e não com o debate sobre Repúblicas que nunca existiriam (2006, p. 57)

Não é a toa que Maquiavel inicia o primeiro capítulo de sua obra O Príncipe com a seguinte frase: “Todos os Estados, os domínios todos que existiram e existem sobre os

homens, foram e são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 2003, p. 13). Ou seja, o que ele faz é afastar qualquer possibilidade de se analisar um governo a partir de critérios ligados às formas ideais de governo, como ele mesmo diz, que nunca irão existir.

Nesse sentido, Maquiavel é duplamente crítico em relação às duas tradições do pensamento humano: a filosofia política grega, e a doutrina divina da Igreja cristã. As formas de governo as quais Maquiavel propunha refletir não eram as ideais, mas sim, as já existentes. Logo, o problema então é com relação à busca de um fundamento para se refletir sobre as formas de governo empregadas pelo homem.

Por isso que Maquiavel não preocupa-se com preceitos éticos que orientem as ações humanas no âmbito do poder político. O que um governo deve fazer, antes de mais nada, era se manter e proteger seu território. Essa idéia de proteção territorial incluía logicamente os habitantes. Portanto, talvez foi Maquiavel o responsável em dar início a um pensamento que se preocupava, mesmo que fosse uma forma embrionária, de cidadania.

O fundamento do poder político encontra-se na proteção dos súditos, segundo o fio condutor do pensamento de Maquiavel. Porém, a forma do líder político se legitimar perante os seus súditos se faz por meio do uso da violência, se for necessário. Na medida em que o poder político é pensado em termos de racionalidade dos meios, cria-se uma concepção de cidadania como fruto do legado do estado sobre os indivíduos. Talvez esse fato tivesse inibido vários movimentos contrários ao estabelecimento da ordem, a qual, colocou sempre que possível esse indivíduos na condição de ilegalidade.

Maquiavel abre precedentes para uma nova forma de se pensar as relações políticas. Uma das influências exercidas diretamente pelo pensamento de Maquiavel, foi sobre a produção teórica de Hobbes: o homem criou o poder político na forma de Estado na pretensão de impor um freio aos insaciáveis apetites humanos.

O problema, é que a criação do poder político é fruto de uma sociedade de homens com desejos infinitos, por isso, a necessidade de se pensar um Leviatã, o único capaz de refrear esses desejos, regulamentar as relações sociais e retirar o indivíduo, antes inserido no estado de natureza, para o estado civil. Esse viés de pensamento passa a ser adotado pelo Estado, o qual, adquire para si a racionalidade dos meios: a busca da eficiência pelo controle dos meios. A política, nesse sentido, resume-se na administração do aparelho estatal na manutenção do *status quo*.

A noção de política moderna, inaugurada por autores como Maquiavel e Hobbes,

na medida em que ela se circunscreve na capacidade de administração estatal, fornece um conceito de poder calcado na racionalidade de fins. O problema de se refletir a noção de participação política sob o viés clássico, é que se pressupõe um conceito de política racionalizada, tecnicizada, e isso é um equívoco teórico grave. Participação pressupõe possibilidades, condições para tal feito. E participação política, pressupõe a seleção de critérios de validade para justificar o valor da ação. No caso da participação política, o valor da ação não está no seu êxito, mas sim, na própria capacidade de mobilização e articulação entre os atores políticos inseridos num contexto de comunicação.

Para Arendt, a ação, por ser de natureza discursiva, é a única que pode ser justificada. Porém, Habermas vai além do que Arendt, e apresenta a idéia de que cada esfera humana possui seu próprio critério de justificativa contida no âmbito da linguagem. É a partir desses critérios que se retira a possibilidade do diálogo voltado para a busca da satisfação dos interesses dos membros que compõe o espaço público.

O homem laborador de Arendt, voltado para a sua própria sobrevivência é incapaz de refletir sobre as regras sociais. Para Habermas, porém, todo homem é capaz de linguagem e é através da comunicação mediada pelas pretensões de validade, que confere legitimidade (ou não) às instituições sociais.

A sociedade de massa, na teorização social de Arendt, parte do pressuposto de que os indivíduos são atomizados, apenas seres receptivos de algo muito maior do que eles. O problema desse tipo de pensamento é que se exclui a percepção de que cada indivíduo, independente de sua condição, possui meios de justificar sua ação. Ou seja, todos são dotados da capacidade argumentativa, mesmo não exercendo-a no seu pleno potencial no espaço público discursivo. O potencial de construção de consenso contido na comunicação Arendt não leva em conta na sua perspectiva teórica.

É a discursividade, que ocorre no âmbito do mundo da vida, que sustenta os subsistemas político e econômico. O sistema como um todo apóia-se na tentativa de se obter o controle dos espaços da fala no mundo da vida. Maquiavel, muito rudimentarmente percebeu isso quando escreveu a sua obra principal. Nesse sentido, pretende-se expor nas próximas linhas de maneira resumida, algumas referências sobre o pensamento de Maquiavel, para verificar que o conceito moderno de política, adotado pela ciência política, possui incoerência, como foi mostrado acima. Ou seja, há uma necessidade de se fundamentar a participação política em termos de uma ética discursiva.

## 5.2- Novo paradigma político: as deficiências de Maquiavel e dos contratualistas

As reflexões modernas acerca da política foram norteadas pelo paradigma inaugurado por Maquiavel. Na obra, “O Príncipe”, ele propôs uma reflexão sobre os fundamentos morais próprios da política, independente da religião, como foi demonstrado anteriormente. O líder político deveria “ouvir” o povo, sendo que, dessa maneira, Maquiavel propunha ensinamentos sobre a forma como um líder deveria fazer para se manter no poder e proteger seu território, tanto com relação às possíveis invasões externas, quanto de convulsões e conflitos contidos no seio da própria sociedade (como por exemplo, o que um líder deveria fazer caso ocorresse a rebelião ou a revolta por parte de um determinado grupo de indivíduos, os quais, segundo os preceitos de Maquiavel, deveriam ser aniquilados pelo líder político).

Antes do início da obra, na finalização da carta ao seu destinatário<sup>27</sup>, Maquiavel toca em dois pontos pertinentes:

Menos desejo que por presunção se tenha o fato de um homem de baixa e ínfima condição discorrer e regular a respeito do governo dos príncipes; visto como aqueles que desenham os contornos dos países postam-se na planície para apreender a natureza dos montes, do mesmo modo que para bem aquilatar a natureza dos povos é preciso ser príncipe, e para aquilatar a dos príncipes é preciso ser povo (MAQUIAVEL, 2003, p. 12)

A primeira observação importante é a respeito do que se trata a obra: governo dos príncipes, dos homens, ou seja, uma forma específica de governabilidade que possui fundamentos morais próprios, desvincilhados da moral cristã. A base de apoio que fundamenta o poder político em Maquiavel é a manutenção do poder por meio do emprego da violência. O monopólio legítimo da força física, como descreveu Weber, encontra respaldo no pensamento de Maquiavel.

Porém, é preciso chamar atenção para o fato de que Maquiavel, ao propor a racionalização da política, o êxito é a própria sobrevivência do corpo político, constituído pelos súditos. São eles o ponto de chegada de uma forma de governo

---

<sup>27</sup> Lorenzo, filho de Pierro de Médici

dessacralizada. Ainda em Maquiavel não há idéia de cidadania, porém, existe sim alguma preocupação em garantir a sobrevivência dos súditos.

Essa garantia já cria um senso de responsabilidade por parte do poder político instituído. Com isso, Maquiavel fornece a gênese da participação política na medida em que o principado busca se legitimar na garantia da segurança, materializada no êxito da manutenção do poder. Apesar dessas contribuições, tanto de Maquiavel, quanto de Hobbes, acerca da busca do êxito do poder político independente da religião, ambos partem de uma idéia absolutista de poder político. Ou seja, não há espaço ainda para a participação política, sendo que, qualquer coisa nesse sentido, pode ser encarado pelo tirano como uma simples ameaça ao seu reino e aniquilar os rebeldes com o uso irrestrito da violência física.

É o uso da violência sem limites contra a condição humana que faz com que tanto Maquiavel quanto Hobbes sejam autores considerados absolutistas. Porém, é preciso dizer que todo aparato político arcaico, as antigas aristocracias em que famílias detinham o poder e não havia preocupação alguma com a população, começou a ser substituído pelo Estado burguês de direito, através de autores como Locke e Rousseau. Estes são considerados os pais da democracia moderna, na medida em que ambos se preocupavam em pensar nas formas de se garantir a liberdade de iniciativa dos indivíduos.

É por meio da proteção da liberdade de iniciativa que se criou as condições para que as democracias modernas se repousassem na participação política. O conceito de cidadania de Rousseau por exemplo, coloca o individuo na condição de estabelecer um contrato com o aparato estatal. É por meio desse contrato que se busca a legitimidade do poder político, não mais por meio da força. Assim, surge o Estado burguês de direito, na medida em que a principal preocupação dessa nova forma de poder político se legitima na proteção da condição de liberdade dos indivíduos.

É no espaço da liberdade dos indivíduos que ressurge o conceito de público: como o lugar da ação dos indivíduos privados num espaço comum. Com isso, alguns problemas podem ser levantados a partir do paradigma do contrato social: o primeiro diz respeito ao fato de que o espaço comum, o espaço da fala no mundo da vida não é bem definido pois não eles não separaram a racionalidade instrumental (orientada a fins) com a racionalidade comunicativa, a qual, poderia enxergar o mundo da vida e por sua vez, enxergar os espaços públicos da fala e sua potencialidade como fundamento do poder político.

Outro problema que pode ser apontado é que eles partiram do pressuposto de uma concepção de poder como resultado do acúmulo da capacidade de intervenção social. O paradigma do contrato social que separa as relações humanas entre Estado-sociedade, não enxerga os espaços discursivos que amparam tal relação. O paradigma sistêmico, enxerga ambos como integrantes de um único sistema que controla a vida de todos, independente da formação da vontade geral. Ambos os paradigmas (contratualista e sistêmico) partilham da idéia de que a fonte geradora de poder centra-se no aparelho estatal racionalizado.

Habermas, enxerga que o sistema não é independente, que ele possui relação muito próxima com o mundo da vida, na medida que seus componentes são fruto da transformação dos fins em meios. Os fins são buscados no mundo da vida.

É no mundo da vida que se encontram as bases de legitimidade dos sub sistemas administrativo e econômico, por meio da formação da vontade coletiva nas esferas públicas. Ou seja, tanto Maquiavel e os contratualistas de um lado, e do outro o paradigma sistêmico, não enxergaram as possibilidades de se conceber a sociedade a partir da capacidade dos indivíduos em criarem bases consensuais que orientem suas ações no espaço público.

Dessa forma, tanto Hannah Arendt, quanto Habermas, ao proporem a centralidade do espaço público nas reflexões políticas, localizam a fonte de poder nas estruturas lingüísticas não racionalizadas. Dessa forma, o texto encaminha-se numa reflexão sobre o conceito de poder para ambos os autores, na intenção de se compreender a noção de participação política, articulada com o conceito de poder discursivo, para se pensar as relações entre mídia e cidadania.

### **5.3- Poder e comunicação**

Antes de mais nada, é importante recordar que o interesse desta dissertação consiste numa investigação teórica sobre o conceito de espaço público com base nas contribuições de Habermas e Arendt para a compreensão da noção de participação política ancorada na comunicação. A pré-condição para que os atores façam o uso público da linguagem, é que eles ultrapassem o eterno ciclo vital do *homo laborans*, que eles se libertem das rédeas da esfera privada. Ou seja, o princípio da emancipação funda

o conceito de esfera pública: é na interação com outros, a partir do uso racional da linguagem, que o homem constrói a capacidade de emancipação social.

A articulação dos atores sociais<sup>28</sup>, na medida em que fazem uso da linguagem como principal forma para a compreensão recíproca, comprovaria a capacidade de emancipação contida nas possibilidades de uma comunicação orientada ao entendimento. As pretensões de validade que orientam uma discussão pública, fornecem o potencial de formação da opinião pública crítica. Esta, por sua vez, serve de referência para as ações sociais.

É preciso ressaltar o caráter conflitivo que subjaz ao processo de construção da opinião pública. Esse conflito só fica evidente na relação que os indivíduos têm entre eles, e entre a sociedade e os meios de comunicação. No conteúdo simbólico mais específico sobre as produções em torno da informação, a imprensa, como uma das mais antigas instituições de comunicação “velho europeia”, pode-se considerá-la como uma das responsáveis por fomentar a cidadania de natureza ativa.

Devido ao fato de que os indivíduos não são seres passivos diante do conteúdo mediático, a opinião pública não se restringe somente a uma concepção baseada na formação de uma idéia comum compartilhada entre as pessoas a partir das informações que elas recebem por meio do jornal. A opinião pública, como fruto do exercício coletivo de construção de uma vontade comum, funda as ações governamentais nas sociedades democráticas modernas. Logo, ela é o requisito básico para se verificar o nível de democracia numa certa localidade.

Pois, a condição para a formação da opinião pública, é a liberdade de iniciativa, a qual, é inconcebível em regimes tirânicos. Por isso Arendt chama atenção para as peculiaridades das tiranias modernas: a aniquilação da opinião pública ou qualquer tipo de manifestação pública por meio da invasão total da esfera privada e na transformação dos homens trabalhadores e políticos em meros laboradores. Ou seja, são retirados dos cidadãos a condição de liberdade pública. Na medida em que são exauridas as possibilidades da produção da opinião pública, retiram a condição social de se sustentar um regime democrático.

Logo, o conceito de cidadania não pode ser pensado fora do contexto da discursividade do espaço público. Pois é por meio do espaço da fala que se produz a condição de participação política da cidadania. Sem a condição de se expressar publicamente, não há

---

<sup>28</sup> O sentido atribuído aos atores sociais refere-se às entidades, movimentos e demais organizações que atuam no âmbito da sociedade civil.



possibilidade para participação política, logo, não há cidadania.

Com isso, o conceito de cidadania pode ser pensado a partir do caráter dialógico presente no espaço público e que constrói possibilidades de emancipação. Ou seja, a cidadania ativa é emancipadora na medida em que a articulação dos atores sociais é fruto da orientação de uma razão comunicativa, não instrumentalizada, no mundo da vida.

O diálogo é a forma pela qual os homens buscam o entendimento. Por isso, a união entre os homens pelo diálogo é, segundo Arendt, fonte de poder, ou seja, algo que possa transformar a realidade pelo uso da fala como principal meio para se chegar a consensos. Num artigo intitulado “O conceito de poder em Hannah Arendt”, Habermas analisa em Arendt a forma como ela constrói seu conceito de poder em contraposição à concepção clássica, ou seja, poder como coerção física.

Nesse sentido, o texto preocupa-se em analisar com mais acuidade o artigo de Habermas para perceber as categorias-chaves que Habermas destaca no pensamento de Arendt. O objetivo desta breve análise, resume-se na seguinte questão: Até que ponto a leitura habermasiana oferece uma melhor compreensão sobre os conceitos utilizados pela autora para a construção do conceito de participação política?

Num primeiro momento, Habermas expõe a diferença entre o conceito de poder weberiano e o arendtiano: o primeiro, poder significa a imposição de uma vontade sobre a outra, já Arendt define o poder como a capacidade de se alcançar um acordo comum a partir de um contexto livre de coerção. Segundo Habermas, ambos os conceitos de poder se fundamentam em ações, porém, ele chama atenção para o fato de que cada um se baseia num modelo específico de ação.

Habermas enxerga em Weber um modelo de ação teleológica para o seu conceito de poder, ou seja, o poder depende do uso racional dos meios para se alcançar os fins desejados. Para Arendt, quem estiver interessado somente no êxito final da sua ação não se importando para o uso que faz dos meios, exerce a violência, pois não há busca de acordo mútuo, e sim, a capacidade para a coerção como um meio que se almeja fins independente da vontade de outrem. Essa ignorância em relação aos meios e a obsessão focada somente nos fins, é o ponto fundamental que diferencia o poder weberiano do arendtiano: para o primeiro, o poder se manifesta na ação teleológica, e na segunda, na ação política com os referenciais que atribui valor na própria efetividade da ação.

Na visão de Habermas, o conceito de poder arendtiano se baseia no modelo de

ação comunicativa, pois o poder não depende somente da escolha racional dos meios mais adequados para os fins, e sim, depende da capacidade da formação de uma vontade comum, na busca de consenso pelo diálogo. Habermas coloca na discussão que ele promove no seu texto, o autor Talcott Parsons, o qual, a partir da sua teoria sistêmica, engloba os dois conceitos de poder: “Talcott Parsons concebe como poder a capacidade geral de um sistema de fazer com que se realize o necessário, no interesse dos objetivos coletivos” (HABERMAS, 1993, p.102).

O sistema depende de meios capazes de criar consensos para que as decisões se transformem numa ação sistêmica projetada externamente. Nesse ponto, não há preocupação com os meios, somente com os fins. Nesse sentido, Habermas chama atenção para o fato de que o conceito de poder parsoniano não diferencia poder de violência, pois ambos são importantes para a sobrevivência do sistema, e sendo assim, perde-se de vista a importância do conceito de poder gerado pela busca do consenso.

Habermas, ao depositar suas fichas na busca do consenso, não é ingênuo a ponto de pressupor a inexistência da manipulação, ou seja, o uso instrumental da linguagem, não orientada ao entendimento, e sim, ao mero convencimento. Mesmo o jogo de manipulação, por se dar ao nível da linguagem, deve seguir os pressupostos de um diálogo bem sucedido. Habermas chama atenção para o fato de que quando somos convencidos de algo, é porque passamos pelas três exigências da racionalidade: “somos convencidos pela verdade de uma proposição, pela adequabilidade de uma norma e pela veracidade de um enunciado” (HABERMAS, 1993, p.102). Essas são as pré-condições para que ocorra um processo dialógico de reciprocidade, porém, podem ocorrer falhas, mas estas podem ser corrigidas pelo retorno às pretensões de validade, segundo Habermas.

No texto de Habermas, há uma nítida diferenciação entre o uso instrumental e o uso racional da linguagem: o instrumental tem em vista a busca do êxito pela manipulação como um meio para se chegar a um fim, que pode ser ou não benéfico para todos inseridos no processo lingüístico. Já a linguagem racionalmente motivada é livre de coerções, de meios orientados somente a busca dos fins, e sim, ela tem em vista o consenso, ou seja, ela se resume nela mesma. Habermas deixa claro quando ele diz que “o entendimento mútuo é um fim em si para todos os participantes” (HABERMAS, 1993, p.103). Ou seja, é a busca do entendimento mútuo orientada pelas pretensões de validade que garantem legitimidade à ação política.

Para Habermas a razão dialógica orienta a ação comunicativa num contexto de

intersubjetividade. Esse é o caráter específico do conceito de espaço público habermasiano. Para Arendt, porém, poder é fruto da união comunicativa dos homens no espaço público que produz possibilidade de emancipação. O conceito de poder em Arendt vincula-se com o conceito de espaço público, em Habermas isso não ocorre.

Na visão habermasiana, o consenso é fruto das regras, das pretensões de validade que orientam a interação entre os sujeitos. Porém, essas regras podem ser tematizadas sempre que algum participante da fala achar oportuno para garantir a fluidez e a legitimidade do consenso construído. Com isso, essa possibilidade de que qualquer membro da interação lingüística possa tematizar as pretensões de validade, contribui não só para a eficiência na produção do consenso, mas para a produção de um diálogo que pressupõe o reconhecimento do valor à diversidade de opiniões e pontos de vista. Em Habermas nem sempre a união comunicativa entre os indivíduos gera poder, pois, o critério de valor não reside na união em si somente, e sim, no reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade que criam possibilidades para um diálogo orientado ao consenso.

Para Arendt, o poder enquanto capacidade comunicativa de produção de consenso, quando traduzido para o campo político, é o que legitima as instituições através do reconhecimento público social. Arendt deixa claro que “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e desagregam no momento em que a força viva do povo deixa de apoiá-las.” (Arendt apud Habermas, 1993, p.103).

Ao fim da exposição que Habermas faz do conceito de poder arendtiano fundamentado na ação comunicativa, ele questiona até que ponto esse conceito pode ser cientificamente aplicável para entender a realidade devido a sua forte carga de normatividade. E nesse sentido, o presente texto direciona-se à análise da segunda parte do artigo de Habermas, quando ele busca no campo conceitual de Arendt as categorias que sustentam o conceito de poder nessa autora.

Habermas dá início à sua análise sobre Hannah Arendt, destacando que o grande objetivo desta autora, na publicação da obra “A Condição Humana”, é uma “antropologia da ação lingüística, como contrapartida da antropologia da ação instrumental de Arnold Gehlen” (HABERMAS, 1993, p. 104). Segundo Habermas, Gehlen investiga a ação instrumental como principal mecanismo de reprodução da espécie. Já Arendt, “analisa a forma de intersubjetividade gerada na práxis lingüística como a característica fundamental da vida culturalmente reproduzida” (HABERMAS,

1993, p. 104).

Com base nessa diferenciação entre ação instrumental e ação linguisticamente orientada que Habermas introduz o seu conceito de ação comunicativa como uma forma de complementar a contribuição de Arendt para o estudo da ação: “A ação comunicativa é o meio em que se forma um mundo vital intersubjetivamente partilhado” (HABERMAS, 1993, p. 104). Ou seja, é o mundo-da-vida, o espaço para as ações comunicativas num contexto de intersubjetividade.

Neste ponto é importante observar o uso que Habermas faz de dois conceitos arendtianos para explicar o seu próprio conceito de mundo-da-vida: pluralidade e iniciativa. O primeiro diz respeito às múltiplas visões de mundo dos indivíduos num espaço compartilhado, por isso ele chama de dimensão espacial. O segundo refere-se à possibilidade de um novo começo aberto pela ação dialógica dos indivíduos, pois “agir significa poder tomar uma iniciativa e fazer algo de imprevisto” (HABERMAS, 1993, p. 104). Esses são dois pontos divergentes da ação instrumental, a qual, fundamenta-se, de um lado, na homogeneização, na padronização de idéias e comportamentos, e de outro, na busca do controle para evitar o imprevisto, ou seja, tudo tende ser controlado. Por outro lado, o mundo-da-vida é o espaço da intersubjetividade, ou seja, as interações humanas são pautadas pela diversidade de opiniões com a possibilidade de gerar algo novo no mundo nunca antes visto.

A ação comunicativa deve levar em conta esses dois aspectos que Habermas chamou atenção no pensamento de Arendt. O mundo-da-vida, como ele próprio coloca, é a esfera da práxis preenchida pela iniciativa e pluralidade, os quais, podem gerar instabilidade e dessa forma, é preciso proteção. Essa proteção é garantida pelas instituições democráticas, as quais, “são alimentadas pelo poder que emana das estruturas inatas da intersubjetividade; e devem, por sua vez, proteger as frágeis estruturas intersubjetivas contra deformações, se não quiserem elas próprias atrofiar-se” (HABERMAS, 1993, p. 105).

O poder de uma instituição é fruto do espaço público, ou seja, a legitimidade que fundamenta as instituições é resultado da concordância formada através de uma comunicação livre de deformações. Segundo Arendt citada por Habermas, “o que preserva um agrupamento político é o seu potencial de poder, e o que provoca a extinção das comunidades políticas é a perda do poder e finalmente a impotência” (Arendt apud Habermas, 1993, p. 105).

Uma liderança política não pode ser construída sob a violência, e sim, a partir do

acordo mútuo, da reciprocidade gerada pela ação dialógica empreendida no espaço público. Esse é um ponto crucial para a compreensão do fenômeno da participação política, a qual, é gerada num contexto de pluralidade, a partir da iniciativa dos indivíduos em partilharem um espaço comum que garanta as condições para a ação comunicativa.

A busca do consenso pelo uso racional da linguagem, torna-se fonte geradora de poder, pois é esse poder que confere ou não legitimidade às instituições políticas. Dessa forma, a noção de participação política entendida sob o ponto de vista da intersubjetividade, extrapola a ação instrumental: a cidadania não se resume em ações isoladas, voltadas para a manutenção do *status quo*, pelo contrário, ela é mais ampla no sentido de que os atores sociais ao tomarem iniciativa no espaço da ação lingüística, potencializam a capacidade de intervenção social legitimando ou não as instituições democráticas. Dessa forma torna-se difícil pensar uma cidadania ancorada somente em ações isoladas de grupos específicos, mas sim, como uma condição para a própria democracia.

Segundo Habermas, o método utilizado por Arendt, para verificar o conceito comunicativo de poder, foi analisar “o aniquilamento da liberdade política em regimes totalitários e a fundamentação revolucionária da liberdade política” (HABERMAS, 1993, p.105). O regime totalitário substitui o poder pela violência quando isola os indivíduos uns dos outros, destruindo as estruturas comunicativas do poder. A violência total é em prol de uma sociedade absolutamente ordenada e controlada por meio das técnicas que garantam a previsibilidade para que, no final, todo o sistema orienta-se na tentativa de aniquilar a iniciativa e a pluralidade.

O novo, o diferente, são caçados e banidos, rompendo qualquer possibilidade de construção da opinião pública, a qual, como fruto da liberdade de iniciativa que fundamenta a formação da vontade coletiva. Por isso, a cidadania e a comunicação são condições de possibilidade para o regime democrático: a participação política, nesse sentido, deve ser pensada como a prática cidadã, respaldada por uma opinião pública crítica, que exerce influência nas ações governamentais, como por exemplo, na produção de leis, na consecução de políticas públicas, etc.

Num contexto de uma cidadania alemã despolitizada, os indivíduos não perceberam a gravidade do regime que estavam apoiando, porque perderam a capacidade para perceber a realidade criada a partir do senso comum. O que é comum e importante para todos, também era para Hitler, o qual, direcionou o regime para

promover o isolamento do indivíduo. O fim da capacidade comunicativa de estabelecer espaços públicos, destruiu instituições democráticas para apoiar o regime baseado na violência total.

A crítica à democracia de massas empreendida por Arendt é motivo de análise para Habermas, pois, o regime totalitário surgiu justamente a partir desse contexto. Para Arendt, o que legitima a sociedade de massas é a forma de vida privatista, em que o espaço social não é para o interesse coletivo, mas sim, interesses privados. A burocracia, os partidos políticos e todos os outros aparatos que desempenham o papel de intermediar as relações entre a população e o governo, fazem parte do modo de vida privatista, do *homo laborans*. O que acontece é que, para Arendt, esses são os elementos que criam as condições para o surgimento do totalitarismo, ou seja, uma sociedade de indivíduos despolitizados e incapazes de agir devido à perda do espaço público.

Além dos regimes totalitários, Hannah Arendt fez uso como objeto de análise “(...) as revoluções burguesas do século XVIII, a insurreição húngara de 1956, a desobediência civil e o movimento de protesto estudantil dos anos 60” (HABERMAS, 1993, p.107). O conceito comunicativo de poder é utilizado para perceber a perda de poder das instituições perante os movimentos de protestos civis, os quais, a partir de ações comunicativamente orientadas, promovem a formação de uma opinião pública mais crítica que questiona as instituições. Nesse sentido, Habermas reconhece a aplicabilidade do conceito da autora, a qual, “é fascinante observar como H. Arendt percebe em diferentes ocasiões o mesmo fenômeno”. (HABERMAS, 1993, p.108)

Porém, apesar da eficiência do conceito comunicativo de poder em analisar situações-limites em diversos contextos, Habermas chama atenção para os limites do campo conceitual de Arendt: “(...) tal conceito define uma concepção do político que leva a contra-sensos, quando aplicada a sociedades modernas” (HABERMAS, 1993, p.110). Esse contra senso apontado por Habermas é fruto da herança aristotélica na construção de um ideal tipo de esfera pública que remonta à Grécia Clássica. Participação política na concepção de Hannah Arendt encontra-se enraizada na Ágora ateniense, em que há uma separação radical entre a atividade da política em relação ao labor, à esfera privada. Essa rigidez na separação entre esfera pública e esfera privada faz com que a teoria arendtiana, segundo Habermas, torna-se frágil ao analisar as sociedades modernas.

A alternativa que Habermas apresenta para readequar o conceito arendtiano às realidades contemporâneas, é desvincular a teoria da ação do campo conceitual

aristotélico. Para Arendt, a política é a práxis dialógica desvencilhada, de um lado, do labor e da produção, e do outro, do pensamento. Habermas reconhece a importância em vincular a política à práxis lingüística para perceber o esvaziamento de conteúdo prático à participação política contemporânea, a qual, encontra-se cada vez mais impregnada de técnicas que estabelecem a intermediação entre o cidadão e a política. Para isso, é preciso que Arendt, em primeiro lugar, abra mão dos meios estratégicos que perfazem toda a política, mas que, na concepção dela, é tudo violência. Em segundo lugar, “isolar a política dos contextos econômicos e sociais em que está embutida através do sistema administrativo e de não poder compreender as manifestações da violência estrutural” (HABERMAS, 1993, p.111).

A concepção da política, como ação essencialmente dialógica no espaço público, constrói um conceito de poder comunicativo limitado, pois não leva em conta as outras atividades do homem, como a produção e o pensamento. Portanto, esses três pontos discutidos acima, resumem o preço que a concepção de poder arendtiano deve pagar ao analisar a participação política no mundo contemporâneo, o qual, fortemente caracterizado por um sofisticado aparato de representatividade política. Portanto, se faz necessário um campo conceitual que leve em conta a ação dialógica como essência do político junto com as outras atividades anteriormente banidas na esfera pública clássica grega mas que se fazem fortemente presente nas relações políticas contemporâneas.

Habermas aponta para uma outra ação que se encontra, no pensamento de Arendt, fora do contexto da política: a ação estratégica. O exemplo que Habermas utiliza no seu texto é a guerra, a qual, faz uso de meios estratégicos para a obtenção de êxito dentro do conflito. Porém, esse êxito nem sempre implica em ganho de poder: “(...) a acumulação de meios de aniquilamento não torna as superpotências mais poderosas - a força militar é freqüentemente (como demonstrou a guerra do Vietnã) a contrapartida da impotência interna” (HABERMAS, 1993, p.111).

Para Arendt, a ação estratégica enquadra-se na ação instrumental (pois tem em vista utilizar os meios para a obtenção de fins) e portanto, é violenta. Sendo uma atividade violenta, ela é banida do mundo da política. Se uma ação militar não tiver o devido apoio da opinião pública, o governante que estiver manipulando os meios estrategicamente orientados aos fins, terá que rever os objetivos da guerra, ou seja, a mesma perde legitimidade devido à falta de poder político. Isso é interessante para perceber o contraponto do poder político de um lado e a ação estratégica do outro, os quais, formam pólos opostos no pensamento de Arendt.

Habermas chama atenção para o fato de que nas sociedades modernas a ação estratégica possui muito mais espaço e amplitude do que em períodos históricos anteriores. Ele não exclui, como Arendt, da atividade do político as ações estratégicas, sendo este um ponto que diferencia ambos os autores: “Não obstante, não podemos excluir do conceito do político o elemento da ação estratégica” (HABERMAS, 1993, p.112). Para Habermas, a ação política encontra-se no campo do conflito que se move entre os dois pólos referentes à ação dialógica de um lado, e a ação estratégica de outro. Nesse sentido, portanto, a violência é a deterioração da condição dialógica dos indivíduos, os quais, na medida em que se vêm impelidos de praticar a ação comunicativa, esvaziam-se as possibilidades para a participação política.

Segundo Habermas, “a violência sempre foi parte integrante dos meios para a aquisição e preservação do poder” (HABERMAS, 1993, p.112). O Estado legitima a violência quando ele obriga a si próprio a deter os meios necessários á coerção física, como uma das formas de se exercer a administração pública. Os Estados nacionais possuem razões próprias que fundam suas ações independente da vontade coletiva. É o que se denomina de razão de estado, a qual, ilustra bem a idéia de poder político institucionalizado a partir do uso da violência como forma de fazer valer a vontade de um corpo político sobre os cidadãos.

O poder legítimo do Estado como detentor dos meios capazes de gerar violência “(...) só se origina entre aqueles que formam convicções comuns num processo de comunicação não-coercitiva” (HABERMAS, 1993, p.112). Essa passagem comprova que o poder político não se fundamenta somente na ação dialógica, mas também, na ação estratégica que muitas vezes faz uso da violência como forma de preservar o poder. É interessante observar até aqui a diferença entre Habermas e Arendt para a construção do conceito de participação política, o qual, diferentemente de Arendt, Habermas o concebe levando em conta a ação estratégica como um dos elementos presentes na *gestação do poder*.

Habermas chama atenção para as bases que sustentam o poder: as estruturas comunicativas das organizações sociais. O Estado, diferentemente da economia, precisa de reconhecimento público para se legitimar. Esse reconhecimento é construído a partir das relações conflituosas existentes entre as instituições democráticas. Isso significa que o Estado não pode se legitimar por meio de ações independentes da vontade da população. Ele precisa de mecanismos comunicativos para se fazer presente na vida cotidiana das pessoas, as quais, legitimam ou não a atuação dos dirigentes políticos.



A compreensão da política a partir do conceito de espaço público<sup>29</sup> permite uma análise da sociedade focada na importância da comunicação, e dos meios de comunicação, para as relações entre sistema político e sociedade civil. Porém, o que chama atenção, é que Habermas concorda com Arendt até certo ponto: espaço público como lugar da comunicação intersubjetiva, livre de falhas, produzindo emancipação social. A crítica de Habermas em Arendt consiste no fato dela ter ignorado elementos importantes para o entendimento da política a partir do conceito de poder.

#### **5.4- Habermas e Arendt: diferenças e aproximações**

De acordo com o que foi discutido até o presente momento, Habermas partilha da mesma visão de Arendt sobre a importância do espaço público nas relações sociais. Principalmente o ideal de emancipação social contido neste conceito. Outro ponto que ambos autores partilham, é o conceito de sociedade, como um espaço dominado pelos interesses da esfera privada.

Porém, um dos pontos que distancia ambos autores, é a fundamentação da participação política: para Arendt, o ideal tipo de participação política refere-se a participação dos cidadãos atenienses deliberando questões de interesse público. A fonte da participação política em Arendt é a comunidade. O homem, por meio da linguagem, manifesta, torna público suas necessidades e pontos de vistas fundamentados em argumentos.

O espaço público é antes de mais nada, não somente o espaço do conflito em que vence o melhor argumento, mas sim, vence o argumento que estiver melhor ajustado levando em conta o princípio da busca do consenso. O potencial do espaço público encontra-se na capacidade que os indivíduos possuem para entendimento recíproco. O problema é que Arendt não identificou que os potenciais lingüísticos contidos no espaço público são frutos do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade que orientam ao consenso.

Arendt não percebe a presença de uma racionalidade comunicativa expressa nas pretensões de validade que ampliam a capacidade dos indivíduos em construir consensos públicos. Uma das razões que impede Arendt enxergar tal idéia atribui-se ao

---

<sup>29</sup> Herança teórica que estabelece o vínculo entre Habermas e Arendt.

seu conceito de *homo laborans* que exclui a capacidade humana para o entendimento. Não há uma forma de conciliação, em Hannah Arendt, entre a esfera gerada pela ação política, com as outras. Porque a concepção de sociedade, para Arendt, é o espaço do indivíduo agindo tendo em vista satisfazer suas necessidades biológicas.

Na medida em que o espaço social, em Arendt, é tomado por completo pelas atividades inerentes à vida privada, ocorre a diminuição das possibilidades para uma sociedade reflexiva, ou seja, dotada de elementos que contribuem para a construção de uma formação da vontade coletiva. A cidadania ativa, nesse sentido, seria esvaziada e substituída pela cidadania de natureza passiva. Logo, as possibilidades para a participação política se esgotam contribuindo para a tiranização do regime político, sendo que a violência, torna-se a única forma do governo legitimar-se diante da sociedade.

Para Habermas, a modernidade reúne na sociedade dois pólos conflitantes mas que conciliam-se: a razão instrumental e a razão comunicativa, sendo que a primeira ocorre no âmbito das atividades privadas, ou seja, orientadas tendo em vista o êxito. Já a segunda, a ação orienta-se pela reciprocidade no espaço próprio da fala. O ponto em comum entre Weber e Arendt é a dificuldade de se pensar a participação política, no primeiro, em termos instrumentais, e na segunda, em termos face-a-face.

O conceito de *homo laborans* de Arendt é importante na medida em que prevê indivíduos cada vez mais acomodados e despreocupados com questões políticas. Indivíduos que alimentam a indústria, o mercado e legitimam a estrutura social por meio do apoio publicamente firmado no momento da escolha dos representantes.

A democracia de “massa”, pensada em termos arendtianos, pressupõe indivíduos atomizados. A idéia de massificação, como fenômeno moderno de privatização do espaço público e o surgimento da sociedade como resultado desse processo, diminui as possibilidades de participação política.

Esse é um ponto que diferencia radicalmente Arendt e Habermas. O Habermas da “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, partia de uma idéia de sociedade atomizada, na medida em que compartilhava com Arendt este conceito para explicar o fenômeno da “mercantilização” social.

A atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente; as

condições econômicas, sob as quais, elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa, são pela primeira vez, de interesse geral. É nesta esfera privada da sociedade que se tornou publicamente relevante que Hannah Arendt pensa quando ela caracteriza, em contraposição à sociedade antiga, a relação moderna entre esfera pública e esfera privada mediante a formação do social. A sociedade é a forma de vida conjunta em que a independência do ser humano em relação a seu semelhante ocorre em função da própria sobrevivência e não, de outro modo, de um significado público onde, em decorrência disso, as atividades que afinal servem para a manutenção da vida não só aparecem publicamente, mas podem inclusive determinar a fisionomia do espaço público. (HABERMAS, 2003, p. 33)

Já o Habermas a partir da publicação da obra Teoria da Ação Comunicativa, parte de uma visão de sociedade que polariza entre as esferas que giram em torno da razão instrumental e da razão comunicativa. O espaço público, na concepção habermasiana, é fruto da possibilidade que os atores sociais possuem para se construir consensos.

A busca pelas pretensões de validade que condicionam o entendimento mútuo, geram a ação política no espaço público. Porém, esse espaço público no sentido habermasiano, refere-se a um sentido de ambiente criado a partir do uso racional da linguagem. O uso racional da linguagem, por se preocupar com o entendimento, difere-se do uso instrumental, por se preocupar em construir argumentos estrategicamente estruturados tendo em vista o convencimento.

A ação comunicativa é neutra em relação ao sistema, porque ela é despida de uma racionalização instrumental. A ética discursiva apóia-se no mundo da vida, na medida em que o pano de fundo da ação comunicativa é a intersubjetividade. É o reconhecimento de que todos possuem a capacidade lingüística que fornece as bases para o indivíduo produzir ação discursiva. Essa capacidade lingüística não refere-se somente às palavras ditas, mas principalmente a capacidade de entendimento como forma de se estabelecer bases comuns para a ação.

São essas bases que irão fornecer condição para uma ação política coordenada pelo uso racional da linguagem. E as pretensões de validade, juntas, constroem um

ambiente linguisticamente compartilhado que fundamenta a ação no espaço público.

A questão é que o poder advém da capacidade social de se construir opinião pública que manifeste a vontade coletiva. A ação comunicativa está na base da construção de uma opinião pública crítica, devido à sua neutralidade com relação ao sistema. É nisso que reside a importância da ação comunicativa, tanto para o mundo da vida, quanto para o sistema: uma forma de se regular as relações sociais por meio da reflexividade pública empreendida pelo reconhecimento mútuo da importância do consenso como motivação da interação lingüística.

Por isso o sistema possui como característica fundamental a busca da colonização do mundo da vida pela via burocrática e econômica. Dessa forma, a ação comunicativa preserva o mundo da vida, na medida em que, pelo princípio da iniciativa da ação discursiva, impossibilita ou ao menos cria dificuldades do sistema obter controle total. A imprevisibilidade é o resultado da ação. Outro resultado pertinente é a própria visibilidade.

O sujeito político no espaço público se faz visto de acordo com a avaliação pública de que seus argumentos possuem alguma relevância. Se possuir, eles se baseiam pelo critério do interesse público. Ou seja, o cidadão, ao ter a palavra num espaço de deliberação, e ao defender um ponto de vista, este deverá ser pautado pela relevância pública, ou seja, se o seu próprio interesse for de todos.

Se for levado em conta que o homem possui a capacidade lingüística de equacionar coletivamente a sua vida e anseios privados com os interesses coletivos, deve-se perceber então que a opinião pública pode ser o resultado não da simples somatória de opiniões privadas, mas fruto dos critérios de validade contidos nos argumentos num debate. A formação discursiva da opinião pública possui como critério de validade a intersubjetividade, pois é ela que leva em conta a pluralidade humana.

Porém, é preciso levar em conta, ao se refletir as relações entre a opinião pública fundamentada num conceito de poder discursivo, com o sistema, o princípio de publicidade. Pois não é através de outro modo que o subsistema administrativo se faz tornar público seus atos. Esse princípio organizou a constituição do estado moderno de direito, segundo Habermas na sua obra de 1961.

A publicidade, tornada viável através dos meios de comunicação de massa, não é um simples instrumento de apoio útil ao sistema. É uma via de mão dupla: tanto o sistema quanto o mundo da vida atualizam-se na publicidade. É por meio dela que ocorrem debates públicos acerca de temas coletivamente relevantes.

A formação da opinião pública se dá através das mídias. A cidadania, enquanto ação política no espaço público, torna-se visível também por meio dos meios de comunicação. Dessa forma, cabe investigar quais as especificidades das relações entre a mídia e a cidadania, já que esta se encontra na esfera da visibilidade discursiva, e a última, garante a visibilidade mediada, virtualizada por instrumentos técnicos. É uma relação determinada pelo conflito? Porém, antes de partir para esta discussão, se faz necessário tecer algumas considerações acerca do conceito de espaço público no Brasil. Para então, posteriormente, a presente dissertação pretende analisar as possíveis relações entre mídia e cidadania com base nos pressupostos de uma noção de participação política.

### **5.5- Breves considerações acerca da abordagem do conceito de espaço público no Brasil**

Tendo por base a obra “As cores de Ercília”, de Sérgio Costa, a presente dissertação fará uma breve abordagem sobre as concepções mais utilizadas de espaço público na realidade brasileira. Num primeiro momento, Costa esclarece que historicamente, os estudos referentes ao espaço público no Brasil, são fruto pela ausência do mesmo. Há uma dificuldade considerável, entre os diversos autores que estudam o tema, em se enxergar o espaço público no Brasil devido ao fato de que a lógica do mercado e as esferas das necessidades pessoais são tão amplas a ponto de impossibilitar a sua constituição.

Segundo Costa, “a idéia de que a esfera pública brasileira constitui estritamente um mercado de opiniões, controlado pelos atores mais poderosos da sociedade, é compartilhada por autores com orientações teóricas e políticas muito diversas” (2002, p. 30). Apesar do reconhecimento por parte de alguns autores, como Muniz Sodré, da relativa influência da mídia sobre a formação da opinião dos indivíduos, ainda sim, tem-se que a esfera pública é palco das representações políticas de um lado, e de outro, é dominada pelos atores mais “poderosos” da sociedade. E claro, um desses atores senão a própria mídia.

A mídia é vista unicamente uma ferramenta de reprodução das relações de poder e da ideologia dominante. Dessa forma, tanto a mídia quanto o espaço público conformam um campo no qual se fazem presentes “formas tradicionais-populistas de

conquista de lealdade política se misturam a novas estratégias de conquista de apoio das massas” (COSTA, 2002, p. 31). Nesse viés, o espaço público é um dispositivo do mercado em que os interesses dos grupos econômicos emergem na arena pública. Ganha visibilidade quem detém ou manipula melhor os meios para isso, e dessa forma, tem maior capacidade de se colocar em contato com o maior número de indivíduos.

Apesar dessas abordagens ainda se fazerem presentes no campo de pesquisa sobre o tema da esfera pública no Brasil, Costa demonstra que outras formas de leitura, sobre o espaço público, tem influenciado a continuidade dos estudos nessa área. A abordagem republicana (de Hannah Arendt) tem influenciado a concepção de uma noção de esfera pública para além dos limites impostos pela lógica do mercado e pelas relações de poder. Segundo Costa:

A influência republicana, por sua vez, caracteriza marcadamente as formulações de Tarso Genro acerca das possibilidades de construção de uma “esfera pública não estatal” (GENRO, 1996, 1997). Para o autor, o conjunto de organizações e associações com caráter público deve merecer um acesso sem mediações ao Estado (2002, p. 32).

Da forma como Genro denomina, a “ante sala do Estado”, a sua concepção de esfera pública constitui-se como o “canal através do qual as diferentes associações levam suas demandas aos órgãos públicos” (COSTA, 2002, p. 33). Genro pressupõe que a legitimidade dos movimentos sociais e demais associações civis encontra-se já concebida como “atributo ontológico das organizações voluntárias”, não precisando assim, tornar público e se legitimar publicamente perante os demais atores sociais.

Porém, como identifica Sérgio Costa, o problema é que essas organizações, na medida em que são financiadas ou protegidas pelo Estado, elas se corrompem numa espécie de esfera pública paraestatal, tornando-a um meio passível de ser instrumentalizada pelos interesses dos partidos políticos, do governo, etc.

Outra maneira de se conceber a esfera pública no ambiente democrático brasileiro, é demonstrado por Costa através dos estudos de Hanchard, o qual “estudando as relações raciais no Brasil, insiste por exemplo na necessidade de constituição de uma esfera pública negra” (2002, p. 33). O que se percebe é a reivindicação para a construção de multiplicidade de esferas públicas, de acordo com o interesse e cada

grupo ou movimento.

Porém, na medida em que esses movimentos reivindicam para si uma esfera pública própria, não estariam contribuindo para a fragmentação de um espaço público mais abrangente e mais inclusivo, o qual, que pudesse fornecer as condições para uma participação política cidadã? Essa visão crítica é também compartilhada por Costa, que coloca o seguinte:

(...) mesmo que se assegure que cada grupo tenha seus espaços próprios de manifestação cultural, parece fundamental que as diferentes subculturas, na medida em que apresentem reivindicações que tenham conseqüências para o conjunto da comunidade nacional, tenham a possibilidade de dirigir suas vozes para uma esfera pública compartilhada genericamente (2002, p.33).

Costa assinala que após a recuperação da democracia no Brasil, e consequentemente o fim da imposição da lógica militar nos meios de comunicação brasileiros, a mídia colocou-se aberta para as questões e reivindicações dos movimentos sociais que ganharam força e legitimidade política após a ditadura. A capacidade desses grupos de trazerem ao debate público temas de relevância comum para os cidadãos, tem contribuído fortemente para a construção de um espaço público cada vez mais inclusivo no Brasil.

O espaço público no Brasil tem sido construído pela capacidade desses atores sociais em não apenas manipular os recursos e as tecnologias de comunicação, mas principalmente, na habilidade desses atores em contribuir para o debate nacional com questões publicamente relevantes. E esse debate tem sido fortemente incentivado, por meio da visibilidade midiática, pelos meios de comunicação. Dessa forma, Costa coloca que “o espaço público deve ser representado como arena que também medeia os processos de articulação de consensos normativos e de reconstrução reflexiva dos valores e das disposições morais que orientam a convivência social” (2002, p. 35).

A partir dessa breve passagem sobre alguns usos comuns, por parte de pesquisadores, a presente dissertação encaminha-se para o sexto capítulo, o qual, fará uma abordagem conclusiva em relação aos conceitos estudados que encaminharão para uma análise das possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política.

## Capítulo 6: Participação política entre a mídia e cidadania

### Introdução:

Pretende-se neste capítulo discutir as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir da noção de participação política. Mas antes é preciso lembrar o percurso percorrido até aqui: num primeiro momento, partiu-se das análises sobre as concepções de mídia e cidadania. Posteriormente, investigou-se o conceito de esfera pública nas teorizações de Habermas e Arendt, ou no que pelo menos ambos puderam contribuir para este conceito a partir do interesse de se entender a noção de participação política. No último capítulo, pretendeu-se verificar até que ponto é possível a compreensão de mídia e cidadania a partir do conceito de esfera pública.

De acordo com o que se verificou sobre o conceito de esfera pública, este não é condição suficiente para se pensar a noção de participação política. Apesar de Habermas ter ido além de Arendt, através da percepção de uma racionalidade comunicativa como fruto do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade, ambos não possuem uma teoria específica sobre a participação política. No capítulo anterior, verificou-se a pertinência de se refletir sobre a opinião pública como elemento que constrói possibilidade de poder. Porém, qual a relação entre o poder e as esferas midiáticas? Até que ponto a mídia contribui para uma participação política que confira poder às instituições sociais?

As questões acima levantadas, serão abordadas da seguinte forma no presente capítulo: primeiro, será feita uma breve síntese sobre as principais abordagens distribuídas nos cinco primeiros capítulos. Logo em seguida, pretende-se relacionar os conceitos, tanto os de Arendt, quanto os do Habermas, para a compreensão da noção de participação política. De posse desta noção obtida a partir das contribuições de ambos os autores, será feita uma análise sobre em que medida a mídia pode contribuir para uma cidadania ativa e de que modo a participação política pode construir condições de poder e assim democratizar o regime político.

Nos capítulos anteriores, procurou-se evidenciar a pertinência do conceito de espaço público na reflexão sobre as possíveis relações entre mídia e cidadania.



Pretende-se, neste capítulo, resgatar tanto os conceitos quanto as abordagens trabalhadas nos capítulos anteriores tendo em vista promover a articulação entre mídia e cidadania a partir do referencial da participação política.

O primeiro capítulo iniciou-se a partir de uma noção geral de participação política, que corresponde a qualquer atividade em que o cidadão exerça certo grau de influência sobre o sistema político. Nota-se de antemão que a relação entre o sistema político democrático e a cidadania se dá no âmbito da participação política.

Os cidadãos, na medida em que são informados pela imprensa, constroem espaços de debates, os quais, contribuem para a formação da opinião pública crítica em relação ao Estado. Portanto, a idéia de que a mídia fomenta o debate nos espaços comunicativos é uma das formas de se compreender as relações que se estabelecem entre a mídia, cidadania e o Estado. O problema foi saber que tipo de cidadania promove a apropriação dos conteúdos mediáticos nos espaços de discussão.

Na medida em que a cidadania se coloca como o cerne das relações entre mídia e Estado, até que ponto ela é condição suficiente para a democracia? Segundo o que foi discutido, a natureza das relações entre Estado e cidadania é marcada pelo conflito, sendo que, de um lado, o Estado tem por pretensão instrumentalizar a cidadania, e por outro, os sujeitos sociais mobilizam-se e demonstram novas formas de organização social, cuja esfera de valor ancora-se na noção de participação como compreensão mútua.

Outro ponto importante discutido no primeiro capítulo foi com relação à especificidade do tipo de cidadania que se encontra nos espaços discursivos, que é definida pela pretensão dos atores em alterar os paradigmas que sustentam a estrutura social. Essa cidadania discursiva é ativa na medida em que os atores sociais não concordam com as estruturas sociais e pretendem modificá-las.

A questão é até que ponto a mobilização de uma cidadania ativa encontra-se apoiada pela opinião pública? Buscou-se refletir essa problemática, adotando como ponto de partida, a apropriação crítica do conceito de “meios de comunicação de massa” que escamoteia, de um lado, tipos de mídias diferentes entre si que constroem espaços públicos específicos, e de outro, o grau de influência dessas mídias na formação da opinião pública dos cidadãos.

Segundo o que foi discutido sobre o uso comum do conceito de “meios de comunicação de massa”, verificou-se que nem “meios” nem “massa” servem como referenciais para se definir a complexidade da mídia. O termo meio é extremamente

deficitário ao colocar em evidência somente uma das características das mídias: a transmissão de conteúdos. E massa, por sua vez, pressupõe a atomização dos indivíduos frente aos produtos midiáticos. A partir dessa abordagem, negligencia-se o papel fundamental da opinião pública crítica como legitimadora das decisões governamentais (como Habermas verificou na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*).

### **6.1- Interatividade e visibilidade como condições à participação política**

Um dos critérios ao se definir mídia, ao contrário de transmissão, deve ser a interatividade que significa o intercâmbio mediado pelas tecnologias de comunicação que colocam os integrantes da interação em condição de igualdade na produção e transmissão da mensagem. Nesse sentido, as tecnologias que permitem a interatividade são basicamente as telecomunicações e redes de computadores. Logo, o conceito de interatividade parte do pressuposto de que os indivíduos encontram-se na mesma condição de manipular os recursos que permitem se estabelecer o intercâmbio comunicativo.

A partir desse critério, torna-se possível identificar as mídias que permitem uma maior troca simbólica daquelas que produzem os conteúdos e os colocam para um maior número de pessoas possível. A diferenciação se dá, então, da seguinte forma: as mídias interativas são compostas pelas redes de computadores de um lado, e pela telecomunicação do outro. As mídias que centralizam a produção simbólica, correspondem ao rádio, televisão, jornal impresso, livros, etc. Porém, o que chama atenção nessas últimas é o caráter de visibilidade, fruto dos meios que disponibilizam os conteúdos.

Apesar do papel de critério definidor de mídias que o conceito de interatividade proporciona, questiona-se a sua eficiência para se pensar a questão da participação política. Pois, independente do fato de uma mídia ser mais interativa do que a outra, não exclui a possibilidade que ambas fornecem para a participação política. Cada qual oferece uma contribuição para uma cidadania ativa, de acordo com as suas próprias características definidoras: a mídia interativa permite um intercâmbio comunicativo maior, logo, serve como elemento que auxilia na articulação da prática cidadã em si, porém, oferece pouca visibilidade.

A mobilização em si não é feita na rede mundial de computadores, a qual, serve

como uma base de apoio para que os movimentos organizem-se e planejem suas pautas de reivindicação. Mas a manifestação, como uma das formas de participação política, é pública e localizada na realidade, e ao mesmo tempo, é preciso ser vista pelo maior número de pessoas. Logo, quem garante essa visibilidade são as mídias “centralizadoras<sup>30</sup>”. A atuação da cidadania parte de um uso da internet como ferramenta que contribui para o momento pré-mobilização que chamará ou não atenção da mídia que lhe conferirá a devida visibilidade.

Portanto, a participação política não se resume na interatividade, mas sim, na capacidade dos atores em se moverem entre os pólos da interatividade e da visibilidade. O espaço público, nesse sentido, deve ser concebido como o espaço de atuação da participação política que se estabelece a partir de uma cidadania ativa que seja realmente capaz de fazer uso das mídias que garantem tanto a interatividade quanto a visibilidade. Com isso, se faz necessário uma releitura da trajetória percorrida para o entendimento acerca do conceito de participação política entre Habermas e Arendt.

## **6.2- Espaço público em Arendt e Habermas**

Na tentativa de se obter um entendimento acerca do conceito de espaço público, os capítulos dois, três e quatro foram reservados para a pretensão de se analisar as teorizações de Arendt e Habermas para a compreensão de tal conceito. Pois, pressupõe-se que esta abordagem forneça condições para o entendimento das relações entre mídia e cidadania.

As investigações quanto ao conceito de espaço público em Arendt, no capítulo segundo, partiram da discussão da obra “Origens do Totalitarismo”. Com base no que foi discutido, percebeu-se que o totalitarismo promoveu o isolamento e o fim da esfera pública. Consequentemente, a falta de participação política esvaziou praticamente todas as possibilidades de construção de poder por parte dos cidadãos que pudesse fundar um regime democrático, criando condições, dessa forma, à institucionalização do terror

---

<sup>30</sup> No intuito de facilitar o uso do conceito de mídia, nesta dissertação, as mídias “centralizadoras” correspondem às da primeira geração, como rádio e televisão. E as mídias que permitem uma maior interatividade são as da segunda geração, representada principalmente pela rede mundial de computadores. É preciso ressaltar que a emergência da tecnologia digital na televisão tem proporcionado uma interatividade maior, porém, mesmo assim, pouco se avançou no processo de interferência da produção do conteúdo por parte do telespectador e com isso, ela continua a pertencer nas categorias das mídias de segunda geração, cuja característica principal, como já foi mencionado, é a visibilidade.

total.

A partir da abordagem sobre a obra “A Condição Humana”, verificou-se que a noção de participação política na teorização de Arendt, encontra-se na terceira esfera da *vita activa*. É o homem desvincilhado da condição de *homo laborans* que possui a capacidade de se articular com outros sujeitos, por meio do uso público da fala, e construir o espaço público. As condições para a participação política em Arendt encontram-se na pluralidade e na iniciativa.

Porém, apesar das contribuições de Arendt, percebeu-se que ela ainda carrega uma concepção de sociedade de massa, que enxerga os indivíduos como seres atomizados devido à relevância pública das necessidades biológicas do indivíduo. Nesse sentido, a relação entre mídia e cidadania no pensamento de Arendt é extremamente desfavorável em relação aos sujeitos sociais, na medida em que os percebe como incapazes de se apropriarem criticamente em relação ao conteúdo simbólico produzido pela mídia. Arendt também não discute de maneira específica a questão do papel da opinião pública como fator fundamental para o regime democrático.

Na tentativa de se enxergar a capacidade comunicativa dos membros sociais para além da esfera da *vita activa*, e de se buscar um fundamento para a participação política a partir do uso racional da linguagem, a presente dissertação abordou o pensamento de Habermas, a partir das suas contribuições nas obras “Mudança Estrutural da Esfera Pública” e “Teoria da Ação Comunicativa”.

De acordo com as discussões feitas sobre a primeira obra de Habermas, o que chamou atenção foi o papel da imprensa nos séculos XVII e XVIII para a ascensão da classe burguesa ao poder. É a partir da imprensa que os indivíduos se apropriam dos conteúdos de seu interesse, os quais, fomentam o debate público de entes privados. Logo, o espaço público não só serviu para a construção de um projeto político burguês, mas também, através dessa instância o poder político precisava se legitimar perante o crivo da opinião pública crítica.

Já na obra Teoria da Ação Comunicativa, Habermas rompe com o paradigma da produção a partir do reconhecimento da esfera pública, não como categoria social burguesa, mas como fonte de uma ação orientada pela racionalidade comunicativa. Segundo Habermas, uma comunicação pode ser considerada a partir do critério da racionalidade se os participantes acordarem entre si o reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade, as quais, sem elas, não há possibilidade de consenso.

Nesse sentido, a ação comunicativa pode servir como referencial para avaliar o

grau de uma participação política, na medida em que os atores orientam-se a partir do reconhecimento intersubjetivo da importância das pretensões de validade. O que se pode concluir a partir das contribuições de Habermas, é que ele, ao pressupor o reconhecimento intersubjetivo como forma de capacitar os indivíduos para a possibilidade do consenso, reposiciona o valor da cidadania, como participação política dos atores sociais no espaço público, como um fim em si mesma. Diferentemente da cidadania passiva, que é instrumentalizada pelo Estado, tornando os cidadãos alvos fáceis de manipulação.

No capítulo cinco, buscou-se compreender a relação entre Habermas e Arendt a partir do conceito de poder. Nesse sentido, para o entendimento acerca do conceito de poder do ponto de vista político, foi contraposto a concepção clássica de poder com a concepção arendtiana. O primeiro autor que contribuiu para uma concepção clássica de poder, foi Maquiavel, o qual, poder é a capacidade de impor uma vontade sobre outrem. Mas foi Weber quem apresentou uma ideia de poder como fruto de uma ação racional: poder é a capacidade do indivíduo em selecionar os meios mais adequados tendo em vista o êxito.

Diferentemente da concepção clássica, Arendt teorizou o poder como fruto da união comunicativa dos indivíduos num espaço plural. Para Arendt, a ação orientada a fins pela apropriação racional dos meios, na verdade corresponde à violência, pois exclui o diálogo como principal intermediador entre os atores. Nesse sentido, a noção de violência para Arendt não se confunde com o poder.

Para Arendt, é pela cidadania ativa, por uma participação política ancorada no espaço público da fala, que os cidadãos criam as condições para uma sociedade, cujo poder, é fundado no discurso público, e desse modo, legitimando as instituições democráticas.

É preciso verificar se o duplo conceito de cidadania, ativa e passiva, é suficiente para se pensar a participação políticas. É por meio da cidadania passiva que os indivíduos encontram-se na condição de igualdade para a participação política. Mesmo na passividade privada dos indivíduos sociais em serem receptores do direito de participação política outorgado pelo Estado, encontra-se o potencial para a participação, através do reconhecimento prévio da possibilidade de participação política.

Os indivíduos são iguais na medida em que todos têm o mesmo direito de participação, logo, não há como pensar numa cidadania ativa sem a passiva. Nesse sentido, a linha divisória entre cidadania ativa e passiva torna-se extremamente frágil,

na medida em que a possibilidade de participação não se restringe somente à segunda.

Fazendo uso do referencial aristotélico da dicotomia entre potência e ato, a cidadania passiva na verdade seria a possibilidade de participação atribuída pelo direito político inerente a todos os membros da comunidade política. Nesse sentido, a passividade do cidadão não quer dizer que não há cidadania. Há somente enquanto possibilidade, na medida em que o indivíduo não toma iniciativa no espaço plural, mas mesmo assim continua-se sendo cidadão. Essa cidadania prévia, que se resume na esfera privada, é a condição de uma cidadania ativa, pelo atributo jurídico que confere igualdade de participação a todos os membros sociais.

Tão logo, a cidadania ativa é a prática do direito de participação política no espaço público político, portanto, é a própria participação política em si. O papel da mídia, nesse contexto, seria o de promover a conscientização social para que todos os cidadãos pudessem contribuir para as decisões políticas para além do voto. A esfera de influência da mídia sobre a cidadania vai além da formação da vontade pública, e sim, é ela quem deveria incentivar, por meio da promoção de debates entre representantes e atores sociais, uma cidadania mais crítica.

Por isso a informação<sup>31</sup>, como um dos pontos de contato entre o cidadão e as instituições de comunicação tradicionais, deve procurar não apenas informar mas promover o debate crítico, por meio de abordagens noticiosas respaldadas no interesse público. Mas para isso, é preciso haver uma mídia que estivesse aberta, ou suficientemente porosa em relação aos interesses comuns dos cidadãos. Nesse ponto, a relação entre mídia e cidadania é pautada por interesses comuns, na medida em que a mídia se preocupar em adotar uma postura ética em relação ao tratamento de temas relacionados à cidadania.

Já as mídias pautadas pela interatividade, devem garantir o acesso ao público para que se ampliem os espaços virtuais de discussão, mas também que se efetive no real através das esferas de participação. O acesso interativo à rede mundial permite que os cidadãos se informem, de um lado, e do outro, promovam debates virtuais os quais possibilitam a construção da opinião pública.

Porém, é imprescindível que se não perca de vista a natureza privada das instituições de comunicação que se mantém por meio do ganho do lucro. Dessa forma, essas instâncias constituem-se como membros integrantes do subsistema econômico.

---

<sup>31</sup> Produto principalmente das mídias tradicionais (radio, TV, jornal impresso, etc.)

Portanto, a mídia atual defende uma visão específica de mundo ao veicular o seu conteúdo, seja noticioso, seja de caráter de entretenimento. Desse modo, a relação entre mídia e cidadania é de natureza conflitiva, pois ambas estabelecem-se em esferas sociais distintas (a primeira no sistema e a segunda no mundo da vida). Porém, são nos espaços públicos que os atores sociais polemizam questões publicamente relevantes, veiculadas a partir dos conteúdos simbólicos das instituições de comunicação.

Nesse sentido, a mídia não passaria de um meio eficaz para a colonização do mundo da vida. Se for levar em conta a mídia como um instrumento do sistema para dominar as esferas discursivas do mundo da vida, então, há pouco espaço para a prática cidadã no ambiente midiático.

Habermas enxerga na neutralidade da mídia a condição para a criação de uma esfera pública que seja realmente responsável em polemizar questões de interesse público. Para Habermas, a neutralidade só é possível se a mídia se afastar dos interesses privados por meio da subvenção do Estado. O que ocorre nas sociedades latino-americanas, é justamente a protagonização do Estado em prover mídia. Logo, o que ocorre é uma mídia ineficiente no sentido de não encontrar empecilhos em se posicionar criticamente em relação à instância estatal.

Portanto, a condição de neutralidade da mídia, pelo menos nas sociedades latino-americanas onde impera uma mídia, tanto de caráter privada, quanto dependente da instância Estatal, torna-se um critério extremamente controvertido na medida em que mina não só a possibilidade da neutralidade mas também, a transforma numa ferramenta do Estado.

A dificuldade de se levar em conta uma mídia isenta de interesses privados para que ela forneça as condições para uma esfera pública responsiva, é um empecilho que bloqueia a reflexão de uma esfera pública que consiga ordenar os atores sociais para fazerem frente ao sistema. Logo, o problema está, de um lado, por parte das instituições de comunicação sistemicamente organizadas e de outro, por parte da forma como os cidadãos se apropriam dos conteúdos midiáticos.

Com esses empecilhos, percebe-se que a teorização social de Habermas apresenta limites para a sua universalização e conseqüentemente como referencial teórico para se pensar as realidades latino-americanas. A abordagem habermasiana resume-se às realidades européias, na medida em que pressupõe, para que haja uma esfera pública e conseqüentemente uma participação política atuante, o critério de

neutralidade midiática<sup>32</sup>. É esse critério o maior impedimento para se analisar a relação entre mídia e cidadania nas democracias modernas dos países latino-americanos, na medida em que a mídia, subvencionada pelas instâncias estatais, encontra-se dificuldades em se posicionar criticamente em relação ao Estado.

Então, a relação entre mídia e cidadania, no contexto das sociedades sul americanas, deve ser pensada não somente a partir do referencial teórico do espaço público discursivo, mas sim, com base numa concepção de participação política que possibilite a compreensão de tal problemática, levando em conta a presença de outras complexidades que se fazem presentes nessa relação: a principal complexidade está em conceber a mídia como um instrumento do sistema, mas que também possa oferecer subsídios para uma cidadania de cunho emancipatória.

### **6.3- A mídia e suas possibilidades para o incentivo à participação política**

Com base nas abordagens feitas anteriormente referentes à mídia, no que diz respeito à sua importância como garantidora da visibilidade e de interatividade como condições para uma cidadania ativa, bem como, do aspecto central da comunicação contido no conceito de espaço público na concepção de Habermas e Arendt, torna-se demasiadamente questionável a concepção de que a mídia em si é condição suficiente para a democratização do sistema político. Faz-se necessário pensar a apropriação crítica dos cidadãos em relação aos conteúdos midiáticos como condição para a formação de uma opinião pública que contribua para a construção de poder.

Não obstante, é preciso que se reconheça o duplo papel da mídia: o de garantir o entretenimento e o lazer, mas também o de informar a população e incentivar o debate público. Ela age a partir da polarização entre duas variáveis: o interesse pelo lucro (como forma de sobrevivência no mercado) que induz a produção e a veiculação de conteúdos de entretenimento, mas também pela veiculação da notícia, a qual, fomenta debates em torno de questões publicamente relevantes.

A cidadania é constituída a partir dos espaços públicos estabelecidos no entorno do mundo da vida. Qual o papel da mídia nesse processo? A mídia, de um lado, amplia

---

<sup>32</sup> Não é da natureza deste trabalho uma pesquisa mais detalhada acerca do problema em relação à “neutralidade” midiática, somente apontar a dificuldade de se pensar tal critério para as sociedades latino americanas.



a capacidade discursiva dos atores sociais, e do outro, coloca-se como um empecilho para a construção de espaços públicos, devido ao seu vínculo sistêmico. Segundo Oliveira: “A comunicação mediática transformou-se em substituto da política. Opera uma exclusão da fala dos contestantes que é mortal para a formação de uma arena pública, de uma esfera pública” (OLIVEIRA, apud, MEKSENAS, 2002, p.182).

O que ocorre é que a “idéia (e os ideais) de cidadania tendem a dissolver-se no ar em elementos afetivos, rituais míticos, construídos pelo discurso da mídia audiovisual” (BELLONI, apud, MEKSENAS, 2002, p. 182).

A mídia, por si só, não se garante como um espaço público atuante e pode trabalhar também no sentido de contribuir para uma cidadania passiva. Porém, é ela quem fornece as informações para o debate, e promove a visibilidade dos atores envolvidos. Portanto, chama-se atenção para a via de mão dupla que a mídia estabelece com a cidadania: num momento ela contribui para esvaziá-la de sentido, e no outro, fomenta o debate crítico.

Deve-se reconhecer que as instituições de comunicação, como a televisão e o rádio, coadunam com as chamadas novas tecnologias da comunicação (rede mundial de computadores). São essas duas mídias que protagonizam a construção das esferas públicas midiáticas, sendo que a primeira é pautada pela visibilidade, e a segunda pela interatividade. É preciso então verificar qual das duas contribui melhor para a participação política cidadã.

As novas tecnologias surgem na segunda metade do século XX e se baseiam na formação de redes de informação. Castells define as novas tecnologias de informação como “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicação/rádiodifusão, e optoeletrônica” (CASTELLS, 1999, p. 68).

A principal característica das novas tecnologias de informação, é a livre veiculação de informações na rede mundial de computadores, que não possui qualquer tipo de controle. As mensagens são trocadas independente das fronteiras nacionais.

Esse caráter anárquico inerente à rede mundial é assinalado por Castells na seguinte passagem:

Apesar da criação, em 1998, de um novo órgão regulador com sede nos EUA (IANA/ICANN),

em 1999 não existia nenhuma autoridade clara e indiscutível sobre a Internet, tanto nos EUA quanto no resto do mundo – sinal das características anarquistas do novo meio de comunicação, tanto tecnológica quanto culturalmente (CASTELLS, 1999, p. 84)

Talvez a ausência de um controle sobre a produção de conteúdo simbólico fruto da interatividade em rede, fosse o elemento chave que fez com que a rede mundial de computadores se tornasse o meio pelo qual vários movimentos sociais se mobilizaram em fóruns mundiais, levando a internacionalização dos movimentos sociais ou até mesmo a construção da possibilidade de uma cidadania global.

Portanto, as novas tecnologias de comunicação, na medida em que inovam no quesito interatividade, possibilitam o suporte comunicativo na formação de movimentos sociais internacionais que leva à reflexão sobre a possibilidade de espaços públicos globais. Por outro lado, até que ponto a cidadania local é incentivada por essas mídias? As reivindicações dos cidadãos, quando acionam a imprensa para tornar público algum problema da comunidade que precisa ser resolvido, ganham maior visibilidade na imprensa televisiva do que na internet.

Nesse sentido, as imprensas enraizadas nas cidades possuem maior eficiência, ao tornar público as reivindicações dos cidadãos, do que simplesmente o uso da internet. Por isso, talvez o uso da internet seja melhor aproveitada pelos movimentos sociais, cujas pautas de reivindicações vão além dos problemas da comunidade local.

Não foi o objetivo deste trabalho dissertativo verificar a viabilidade empírica do modo como os movimentos sociais se estabelecem a partir do uso das novas tecnologias. A intenção é de natureza teórica, e por isso, se faz necessário levantar questionamentos sobre a importância de se pensar a participação política como viés conceitual na análise das relações entre mídia e cidadania.

#### **6.4- Poder e Opinião Pública: condições para a participação política**

De acordo com o que foi discutido na dissertação, dois conceitos são fundamentais para se pensar a relação entre mídia e cidadania e que contribuem para a participação política: o poder e a opinião pública. É num ambiente democrático que se

forneem as condições para se pensar esses dois conceitos como referenciais para a cidadania ativa. O poder é fruto da articulação comunicativa dos atores, a partir da condição de pluralidade. A opinião pública na medida em que é o resultado da apropriação dos indivíduos dos conteúdos midiáticos, serve de filtro para as decisões governamentais tornarem-se legítimas.

Dessa forma, a opinião pública crítica constrói novas possibilidades de poder na medida em que a centralidade do seu conceito parte do princípio da importância do espaço comunicativo como fornecedor de legitimidade às decisões governamentais. Logo, as possíveis relações entre mídia e cidadania ocorrem a partir da produção de poder no âmbito do processo de construção da opinião pública crítica.

O ponto de partida da construção da opinião pública é o contato dos indivíduos com a mídia que se dá por meio dos conteúdos noticiosos e de entretenimento de um lado, e de outro, com a interatividade promovida no âmbito dos espaços virtuais em rede, ambos os quais, ocorrem geralmente no espaço da casa<sup>33</sup>. Por exemplo, o telespectador, por meio das informações repassadas pelos telejornais, dá início à formação de sua opinião. Na medida em que o indivíduo entra em contato com outros indivíduos nos espaços além da casa, constrói-se a opinião pública.

Percebe-se então, que o ponto inicial do processo de construção da opinião pública é fundamental, e ela se dá na esfera privada. Na medida em que o indivíduo dá início à formação de sua opinião a partir do contato que ele estabelece com a mídia televisiva, esta, por sua vez, transmite não apenas conteúdos noticiosos, mas grande parte de sua programação se baseia no entretenimento como telenovelas por exemplo. Logo, a diversidade de programação da TV, e não apenas especificamente o telejornal, contribui para a formação da opinião dos indivíduos.

O problema é que a programação de entretenimento, na medida em que visa o prazer e não a reflexão, pouco contribui para a formação do pensamento crítico, logo, a opinião, ao invés de ser crítica, ela é marcada pelo conformismo. Mesmo que o entretenimento venha “recheado” de conteúdos informativos, o objetivo simples e claro do ato de “entretêr”, pressupõe que o indivíduo se disponha a sentir prazer, no lugar da reflexão. Pois o consumo do entretenimento pressupõe que o indivíduo se mantenha no conforto de seu lar, se posicione receptivo e não reflexivo na passividade privada.

---

<sup>33</sup> O acesso à internet pode ocorrer em espaços públicos, porém, uma das características desse acesso é a sua individualidade: é a esfera íntima do indivíduo que entra em contato, antes de mais nada, com o mundo virtual.

Porém, várias entidades organizadas mobilizam-se por meio de campanhas e manifestações no sentido de conscientizar o telespectador dos conteúdos midiáticos que não contribuem para a formação de uma opinião pública crítica e reflexiva. Ou seja, que não acrescentam para a formação de uma cidadania ativa.

### **6.5 – Esfera pública: visibilidade e participação**

No Brasil, um dos exemplos de entidade que se organiza tendo em vista a construção de uma cidadania ativa a partir da promoção de uma audiência crítica, é a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, por meio da campanha permanente intitulada “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Através desse slogan, pretende-se criar o hábito nos telespectadores de boicotarem programas televisivos que vinculam e exploram cenas de violência, racismo, homofobia, intolerância religiosa, etc. Ou seja, programas que contribuem para a deterioração da condição humana da pluralidade.

Nesse sentido, os telespectadores possuem basicamente três ferramentas: o boicote dos produtos anunciados durante a programação alvo; o boicote da própria programação e por meio de denúncias. A entidade torna público os quatro programas mais denunciados pelos telespectadores, incentivando o boicote dos mesmos.

Através do fomento à construção de uma opinião pública crítica, abre-se possibilidade para uma cidadania que possa ser condição para a construção de poder, o qual, funda um sistema político transparente e que atenda ao interesse público. Portanto, a participação política tem início no ambiente privado, por meio da apropriação crítica dos indivíduos em relação aos conteúdos midiáticos para a construção de uma opinião pública de caráter crítico e que possa servir como condição para a construção de poder e legitimar as instituições democráticas.

O conceito de espaço público como referencial para a participação política, enrijece a possibilidade de se pensar a construção da cidadania a partir da apropriação dos indivíduos em relação aos produtos simbólicos da mídia, que ocorre no espaço privado. Nesse sentido, deve-se pensar num conceito de participação política que fosse flexível suficiente para abranger tanto os espaços público quanto os privados.

Para uma flexibilização em relação ao conceito de esfera pública, o presente trabalho dissertativo buscará apoio nos trabalhos de Wilson Gomes, na medida em que

esse autor chama atenção para os seus aspectos essenciais e discute-os de modo a verificar a plausibilidade de tal pretensão. Gomes chama atenção para o fato de que “não há uma necessidade imperiosa de ficarmos presos na metáfora da praça grega para a democracia de massa moderna” (2008, p. 141). O que Gomes verifica é que a característica do discurso não é o aspecto face a face, mas sim, o próprio ambiente dialógico em si, que não precisa ser pensado a partir da metáfora da participação política ateniense.

Deve-se desvincular a idéia de espaço público na figura da assembléia, pois, o principal da esfera pública não é o fato dos participantes estarem ou não em contato físico consigo mesmo, e sim, é o ambiente de discursividade, que vai além da relação face-a-face. A versão republicana de esfera pública pressupõe a presença dos participantes na interação dialógica, porém, “nada há no conceito que nos impeça de reconhecer, como esfera pública, outras práticas modeladas de maneira mais flexível” (GOMES, 2008, p. 141).

O desacoplamento do requisito “face a face” como condição necessária à interação comunicativa, permite abstrair a idéia do diálogo em outras situações de intercâmbio lingüístico, como as que se estabelecem no âmbito das redes de comunicação. De acordo com essa linha de pensamento, permite-se refletir sobre as possibilidades de esfera pública a partir dos ambientes discursivos na internet. Como assinala Gomes na seguinte passagem: “(...) a ausência do face-a-face, da contigüidade ou convivência espacial, e de uma duração temporal determinada, pode impedir a realização de uma assembléia, não de uma esfera pública” (GOMES, 2008, p. 142).

Outro ponto que Gomes desacopla do conceito tradicional de esfera pública, é a idéia de institucionalização, ou seja, um ambiente discursivo pautado pelo controle através de regras para viabilizar a idéia de assembléia para a esfera pública. O que Gomes pretende chamar atenção é que

nada impede a existência de esfera pública circunstancial, ou seja, de debates organizados circunstancialmente, com os parceiros que ocorrerem e com regras *ad hoc*, exceto, obviamente, aquelas que fazem parte da natureza da esfera pública (GOMES, 2008, p. 142).

As regras que orientam o ambiente discursivo podem ser muito bem previamente combinadas e se manterem suficientemente flexíveis em relação à importância do debate em si, independente da necessidade do face a face, por exemplo. O que é importante ou não para que ocorra o processo dialógico entre os participantes, são decididos no próprio diálogo, não havendo necessidade de se criar referenciais fixos baseados por exemplo, na presença dos membros para que ocorra o debate.

Uma noção de participação política que pudesse estabelecer as relações entre mídia e cidadania, deve partir da importância da formação da opinião como elemento que constrói possibilidades para o poder. Só assim, ela seria a condição suficiente para a democracia, na medida em torna a cidadania como fruto da apropriação crítica dos produtos midiáticos que leva a uma opinião pública crítica, a qual, sirva como referencial para a construção de poder.

A formação da opinião encontra-se na recepção midiática, a qual, é por definição interpretativa (GOMES, 2008, p.146). Logo, o ambiente interpretativo dos produtos midiáticos tem uma importância fundamental na medida em que o cidadão

(...) de posse do controle remoto, de uma conta na internet ou da assinatura de alguns jornais ou revistas e como todo o seu background (tempo, competência, disposições, interesses) operando, o fruidor dos meios de comunicação (indivíduo, família, grupo) é um deus que constrói e reconstrói mundos a partir da imensa massa de materiais à sua disposição (GOMES, 2008, p. 147).

Para isso, a atuação das organizações no sentido de promover a construção da opinião pública crítica dos indivíduos, por meio de incentivo á programas que valorizam a qualidade do conteúdo, tanto de entretenimento, quanto noticioso, é fundamental.

A mídia, nesse sentido, fornece as condições para a construção e aprimoramento da esfera pública e da participação política, na medida em que os indivíduos tematizam questões relevantes de posse dos conteúdos mediáticos. Porém, Wilson Gomes chama atenção para o fato de que a consecução da esfera pública não depende inteiramente da esfera midiática, pois, “o princípio de que não pode haver esfera pública contemporânea sem cena pública midiática seria claramente falso” (2008, p. 148). O debate público no

ambiente midiático, “fornecem, pelo menos, insumos para a formação privada da opinião, ou, ainda, para a formação da opinião numa esfera pública” (2008, p. 149).

Do ponto de vista da participação política, o indivíduo para ingressar na esfera pública discursiva, deve estar de posse dos elementos que o debate público promovido no âmbito da mídia forneça para ampliar o debate no espaço público. Por isso, a recepção midiática é tão importante para uma cidadania ativa, pois, segundo Wilson Gomes:

O espectador ou leitor pode fazer com que os diversos pontos de vista sejam levados para as formas associativas que já funcionam como uma esfera pública fora dos media; pode criar uma esfera pública ad hoc para discutir uma questão ou pode intervir num debate já em andamento. Em suma, o espectador ou leitor pode usar as posições discursivas presentes nos meios de massa como vozes ou sujeitos para o debate fora dos meios (2002, p. 154).

Portanto, a participação política pode ser pensada, de um lado, pela atuação das organizações que incentivam o contato reflexivo e crítico dos indivíduos em relação à mídia, e por outro, como o processo de construção e do debate criado em torno de cidadãos críticos. A participação política é uma noção ampla na medida em que contribui para uma cidadania ativa e ao mesmo tempo funda o regime político a partir do poder criado na união comunicativa dos cidadãos.

A formação da participação política se dá no âmbito do processo de concepção da opinião pública crítica. Porém, para que se construa um espaço comunicativo que seja o ponto de apoio da opinião pública, é preciso que os participantes pressupõem o reconhecimento intersubjetivo. A racionalidade comunicativa, presente num processo dialógico orientado pelas pretensões de validade, é um dos referenciais para se conceber a construção de uma participação política que ofereça condições para uma cidadania ativa.

Nesse sentido, o referencial para a possibilidade de se conceber a participação política, pode ser a partir do reconhecimento intersubjetivo dos sujeitos inseridos numa interação lingüística. Com base nisso é que se promove uma participação política aberta o suficiente para incluir indivíduos interessados em ingressar numa cidadania de caráter

ativa. As possibilidades para a participação política podem ser construídas, de um lado, pelo uso dos cidadãos nas tecnologias de comunicação que confere novas formas de organização e participação social, portanto, de construção de cidadania.

A interatividade garantida pelas novas tecnologias interligadas em rede, permite ampliar o potencial de uma cidadania supostamente passiva, na medida em que os indivíduos são levados a fazerem um uso mais consciente dessas mídias, por meio das campanhas, como o exemplo aqui já mencionado.

A visibilidade promovida pelas mídias tradicionais não é a única condição para que haja efetivamente a esfera pública, da mesma forma, que a esfera pública não é o único meio pelo qual ocorre a participação política. Esta, por sua vez, tem início na recepção crítica, a qual constrói condições para a formação de uma opinião pública que possa contribuir para o debate público na esfera pública. É a partir da esfera pública construída por cidadãos que fazem um uso crítico e reflexivo das mídias, é que se pode pensar, a partir daí, uma participação política efetiva por cidadãos engajados

Portanto, a construção da opinião pública crítica a partir da recepção consciente dos produtos midiáticos, de um lado, e do outro, pelo uso interativo das redes mundiais como forma de ampliar o debate público, constrói-se condições de uma cidadania ativa, a qual, abre possibilidade para a construção de poder. É esse poder que confere à participação política a garantia de interferência no processo de democratização das instituições sociais. Logo, tanto o processo de formação da opinião pública, quanto o poder e a participação política, podem ser considerados como elementos fundamentais para a reflexão das relações entre mídia e cidadania, os quais colocam-se também como referenciais para a construção de um regime democrático pautado pela participação.



## Capítulo 7: Mídia, poder e participação política

Antes de dar início ao presente capítulo, torna-se necessário relembrar a questão problema pertinente desta dissertação: quais as possíveis relações entre mídia e cidadania a partir do conceito de participação política? O referencial teórico selecionado para a compreensão acerca da noção de participação política foram as contribuições de Habermas e Arendt. Sendo que, o conceito chave que estabelece o intermédio entre ambos os autores, e que ao mesmo tempo serve como referência para se pensar a participação política, é o conceito de esfera pública.

Para ambos os autores, esfera pública corresponde ao ambiente próprio da comunicação. Para Arendt, a política se faz presente entre os homens somente na esfera pública. A condição humana da participação política em Arendt, é a liberdade, a livre iniciativa dentro de um contexto de pluralidade. Somente a partir do reconhecimento das diferenças existentes entre os homens, é que surge a possibilidade do homem alcançar a liberdade a partir da comunicação.

O termo público remete à pluralidade, a qual, só ocorre entre homens que fazem uso da linguagem como um meio para a compreensão recíproca. É através da linguagem que os homens se reconhecem entre si como capazes de deliberação política. A condição, portanto, do espaço público é o reconhecimento comum da importância do diálogo que permite emergência das diferenças.

A antítese do público, é o espaço das necessidades individuais de sobrevivência: a esfera privada. Ela é a responsável, segundo Arendt, por criar empecilhos à participação política. Na medida em que o homem se liberta das necessidades privadas, ele encontra-se apto a exercer a atividade política de encontro com outros para a deliberação no espaço plural.

Um cidadão comum tido como “trabalhador”, que labora diariamente e que encontra tempo somente para o lazer e descanso para poder dar continuidade ao seu trabalho, dificilmente encontra tempo para a deliberação política. É nesse sentido que Arendt fala do “eterno ciclo vital” que prende as pessoas e as retira a condição de participação política. A sociedade de homens fabricantes fez com que diminuísse as possibilidades de uma cidadania ativa, no espaço público da fala. A sociedade para

Arendt, portanto, é o espaço das necessidades privadas, as quais, ganharam visibilidade e importância pública, na medida em que o labor e o trabalho passaram a organizar o cotidiano das pessoas.

Seguindo o fio condutor do pensamento arendtiano, as conseqüências de uma sociedade constituída por homens trabalhadores, incapazes do diálogo e da reflexividade pública, foi se tornando cada vez mais insensível. Insensível para a condição humana da livre iniciativa, da pluralidade entre os homens. Com isso, os homens tornaram-se seres “normais”, superficiais, acrílicos. A perda do senso comum, é na verdade, a perda do espaço público.

O homem isolado na sua privacidade foi o substrato social que contribui para ascensão do regime totalitário de Hitler na Alemanha, como destaca Arendt na sua obra “Origens do Totalitarismo”. A origem, propriamente dita, de regimes tirânicos marcados pelo terror irrestrito, encontra-se na perda da condição humana do diálogo que permite a participação política. A troca de opiniões, dentro de um espaço privado da casa entre os familiares, não possui importância política alguma. As pessoas acostumadas com as mesmas opiniões fazem com que o senso crítico fique controlado, isolado, sem produzir efeito político.

O conceito de sociedade de massa na perspectiva de Hannah Arendt, corresponde ao contexto marcado pelo isolamento dos indivíduos nas suas esferas de atividades laboradoras. A importância pública das necessidades privadas, é um dos principais fatores que impedem a participação política, e a construção de uma cidadania ativa. O cidadão isolado, na sua condição humana de passividade, produz o que Arendt chama de banalidade do mal.

A partir do relato do caso Eishmann, Arendt percebe que a capacidade humana para o mal, encontra-se na superficialidade, na banalidade do indivíduo em perder a sensibilidade para perceber as conseqüências dos seus atos. Essa perda de sensibilidade também influencia na perda da condição da pluralidade. O indivíduo não percebe as singularidades, cedendo espaço para a valorização da uniformidade de pensamento, de comportamento. Uma das conseqüências disso é a perda de tolerância e o crescimento do ódio em relação às culturas alheias. O regime de Hitler se alimentou e incentivou em grande escala o isolamento do indivíduo na sua privacidade, justamente na intenção de promover o ódio ao judeu e àqueles que não pertenciam à “raça ariana”.

O medo sem limites substituiu a participação política na sociedade alemã de Hitler. Os indivíduos sociais da Alemanha perderam a condição de cidadania, não

somente porque não podiam se reunir nos espaços públicos, mas porque a banalidade do mal foi demasiadamente explorada pelo regime, pelo medo e pela propaganda totalitária.

Foi por meio da superficialidade dos indivíduos que Hitler encontrou a porta de entrada para convencer os alemães da importância do uso da violência para a criação de uma sociedade de indivíduos superiores. A violência excluiu a condição do espaço público, a pluralidade. Se não há pluralidade também não há iniciativa e sem ambas, não há participação política. Por isso, ao se pensar um conceito de cidadania em Hannah Arendt, é imprescindível a compreensão desses dois conceitos como condições para o espaço público, o qual, permite a participação política e contribui para uma cidadania ativa.

Já que o objeto desta dissertação consiste pensar as relações entre mídia e cidadania, o problema encontrado nas reflexões de Arendt é a falta de um pensamento político que leve em conta os meios de comunicação. Porém, é preciso levar em conta que Arendt é fruto do pensamento de sua época, a qual, ainda era incipiente ou praticamente inexistente pesquisas e produções teóricas que partiam da relevância dos meios de comunicação para as relações sociais. O importante é perceber que o conceito de espaço público, tanto para Arendt, quanto para Habermas, é de natureza face-a-face.

O diálogo como elemento fundamental do conceito de espaço público é a condição para a formação da vontade coletiva. Na medida em que os indivíduos se fazem entender acerca de questões pertinentes à coletividade, surge a opinião pública. Esta, por sua vez, pode servir de norte para o posicionamento político, tanto dos indivíduos sociais, quanto dos atores da sociedade civil. A opinião pública é um marco nas diversas relações que compõem a bipolaridade entre Estado e sociedade.

A opinião pública forma-se, de um lado, pela relação face a face entre os indivíduos, e por outro, pela absorção da informação produzida pelos meios de comunicação. Os expectadores de televisão, por exemplo, assistem ao jornal e logo após conversam entre si, discutindo seus pontos de vista. O posicionamento político dos cidadãos é influenciado pela informação produzida pela imprensa. Por isso é que cria-se um espaço semi público no entorno da receptividade dos conteúdos da mídia.

Semi público, porque esses espaços de recepção encontram-se geralmente nos espaços privados. Logo, a opinião pública, é o resultado da recepção dos indivíduos em relação ao conteúdo mediático que produz uma certa discursividade. Esta, por sua vez, ultrapassa a casa, o seio da família, e invade as conversações para além do espaço

privado. Portanto, como bem colocou Habermas na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, o público é formado por indivíduos privados reunidos num ambiente de conversação.

Espaço público, no pensamento de Habermas, está ligado à condição do indivíduo enquanto ele é capaz de linguagem. Se todos forem dotados de fala, o diálogo é orientado pela pressuposição das pretensões de validade, pois, num diálogo, todos pressupõe, antes de mais nada, a inteligibilidade, ou seja, o uso de um código lingüístico comum que todos entendam. Além disso, pressupõe-se também que o conteúdo que está sendo dito deve ser dotado de veracidade e sinceridade. Os pressupostos que orientam um diálogo limpo de distorções (como a retórica por exemplo), são as condições para que se manifeste na linguagem um tipo específico de razão, a qual, norteia a ação dos indivíduos.

A ação comunicativa, é a manifestação da razão na comunicação pressuposta pelas pretensões de validade. Ou seja, a razão está entre os homens, por isso ela não pode ser o resultado de um indivíduo isolado. A razão monológica, fruto do exercício individual da consciência, se manifesta na apropriação dos fins, ou seja, é a razão teleológica, instrumental. Ela é desprovida de uma moralidade com valor no uso racional da linguagem, e sim, seus critérios de valor encontram-se na seleção mais adequada dos meios tendo em vista o êxito final da ação.

Não há como se refletir uma noção de participação política a partir da razão instrumental centrada no sujeito. A participação política do ponto de vista da razão instrumental, resume-se na idéia de cidadania passiva. Pois é na passividade dos sujeitos que se repousa o sistema, o qual, não há necessidade de reflexão crítica nem de comunicação pública. O sub-sistema político, o Estado, alimenta-se da cidadania passiva através da escolha dos representantes. Esta pode ser considerada o ápice de uma cidadania passiva, por tanto, de uma participação política restrita, controlada pelos limites impostos pelo Estado.

Nesse sentido, os indivíduos não precisam se preocupar com a política, já que o sub sistema Estatal foi feito no intuito de cuidar dos negócios públicos. Por isso no sistema não há espaço para a participação política. Esta ocorre num ambiente de discursividade pública, calcada no âmbito do mundo da vida. Nesse momento, torna-se pertinente a seguinte questão: o regime democrático encontra-se no sistema ou no mundo da vida? Depende de qual conceito de democracia: regime democrático pautado pela escolha dos representantes, ou, democracia no sentido de participação política do

cidadão nos processos decisórios. Nesse sentido, a democracia possui um duplo conceitual, que é útil tanto ao sistema quanto ao mundo da vida.

Independente das abordagens, é preciso considerar uma característica comum de democracia: a permissão para a liberdade de iniciativa. Esta, por sua vez, não há como ser instrumentalizada, controlada ou dominada, pois a principal característica da liberdade é a falta de previsibilidade. Portanto, os cálculos de previsão orientados para o controle, são ferramentas inúteis à participação política calcada na liberdade de iniciativa.

A cidadania ativa, portanto, foge de qualquer sistema de controle e coloca a prova a eficiência do sistema. Por isso é que o mundo sistêmico persiste na eterna luta por colonizar o mundo da vida: pela dificuldade de previsão da iniciativa dos homens. A relação entre ação comunicativa e cidadania, talvez se dá no âmbito da esfera da imprevisibilidade. Esta é uma das características do espaço público, porém, uma outra característica passível de destaque é a visibilidade.

Na Grécia antiga, a visibilidade advinha da participação política dos cidadãos atenienses nos espaços públicos. Era através do discurso público que os homens se faziam parte da comunidade política. A fala era o elemento que intermediava as relações políticas entre os cidadãos atenienses. Na medida em que algum cidadão ganhava destaque nos seus discursos através da relevância das suas idéias, ele entrava para a história, marcado pelos seus feitos e realizações como cidadão que fundamenta seus idéias nas necessidades comuns. Logo, a vida privada não possuía nenhuma relevância no espaço público.

A separação entre público e privado na Grécia antiga era rigorosa, sendo que, era ela que fornecia a condição da participação política que envolvia a terceira esfera da *vita activa*, a saber, o homem político. O homem dotado de fala, que se preocupava somente com os assuntos que eram de interesse comum. Nesse sentido, a esfera privada, como o conjunto das necessidades voltadas á sobrevivência do individuo no mundo, deveria ser banida do espaço público.

O que ocorre, na modernidade, é uma reconfiguração nas relações sociais, as quais, deixam de ser reguladas somente pelo encontro dos indivíduos no espaço público, e passam a ganhar relevância na medida em que as relações políticas são intermediadas pelos meios de comunicação. Na antiguidade em Atenas, os homens se inteiravam das “novidades” por meio da conversação pública. Na sociedade moderna, as novidades são captadas pelos repórteres e transmitidas pelos meios técnicos de comunicação.

A nova configuração social na modernidade é marcada pelo nascimento das instituições de comunicação. A imprensa tornou-se a responsável por informar um público pensante. Esse público, no início do nascimento da imprensa, vai deixando de se reunir nas praças, para se encontrar nos salões e cafés. O espaço privado, tornou-se o lugar da comunicação de entes privados. Nesse sentido, o público não mais denomina a reunião de pessoas nos espaços público da fala, mas agora, refere-se à certas pessoas que lêem jornal e de alguma forma entram em contato com o conteúdo mediático.

Tem-se o público do jornal, da revista, da televisão, da internet, etc. A fragmentação do público se dá devido á multiplicidade das instituições de comunicação, cada qual, possui um público-alvo diferente. Logo, a formação da opinião pública é marcada pela presença de diversas instituições de comunicação a disposição dos cidadãos. Até que ponto essa diversidade implicaria numa fragmentação da opinião pública?

Para se responder a questão acima, é preciso levar em conta, antes de mais nada, a importância do espaço público para a formação da opinião pública. É preciso partir da idéia de que opinião pública não é a mera soma das opiniões individuais, e muito menos, o simples resultado do contato dos indivíduos com o conteúdo simbólico produzido pela mídia. A opinião pública é o resultado de dois fatores: do contato dos indivíduos com as mensagens mediáticas e das relações face-a-face que se faz presente como um elemento de filtragem dos conteúdos das medias.

A recepção é um fenômeno de natureza dialética, na medida em que os indivíduos influenciam na produção dos conteúdos simbólicos, e na medida em que esses produtos influenciam as relações interpessoais. O problema é que Arendt não enxergou a relação entre mídia e espaço público como condição para a democracia, devido ao fato de que ela não percebeu que essa relação se dá no âmbito da construção da opinião pública. Esta, por sua vez, tem um peso fundamental nas decisões governamentais, sendo assim, a opinião pública é uma forma de participação política, na medida em que ela representa os interesses dos indivíduos, os quais, através da formação da vontade coletiva que influencia o processo decisório. A visão que não contempla a importância da opinião pública, não percebe o peso da mesma para o estabelecimento e aprimoramento do regime democrático.

A opinião pública sofisticada a democracia na medida em que, por exemplo, pressiona os governantes á representarem o interesse público. Outro fator importante a para se evidenciar sobre a opinião pública, é que ela se faz presente somente num

ambiente plural que permite a livre iniciativa, portanto, ela se alimenta desses princípios, os quais, orientam a democracia no sentido de direcioná-la para proteção dos mesmos.

A opinião pública se posiciona claramente em relação às esferas governamentais. Sendo assim, a partir desse posicionamento crítico e reflexivo, a opinião pública é um dos paradigmas para a participação política. Portanto, a condição para que a cidadania passiva passe à cidadania ativa, é a participação do indivíduo da formação da vontade coletiva e que se posicione, a partir da opinião pública, em relação às decisões governamentais.

Mas nem sempre a relação entre opinião pública e atores sociais se complementam. A opinião pública reflete também o posicionamento principalmente da burguesia, a qual, é a classe social que tem as condições de participar da formação da opinião pública. Portanto, a opinião pública é o resultado muitas vezes do posicionamento da burguesia, a partir dos seus interesses de classe. Interesses que não possuem correspondência com os movimentos sociais que lutam a favor da desigualdade social pela distribuição de renda. Nesse sentido, a opinião pública é um meio para que os atores sociais se posicionem na sociedade.

Habermas enxerga a importância da comunicação pública além do pensamento de Arendt, porém, as instituições de comunicação têm um lugar questionável na teorização de Habermas. Ao dividir a sociedade entre sistema e mundo da vida, Habermas enxerga a imprensa no entorno do mundo da vida, pois é ela que alimenta os espaços públicos. Essa concepção, se for trazida para as realidades latino americanas, torna-se extremamente frágil, na medida em que a mídia é uma empresa que requer lucro para sobreviver no mercado. O caráter privado marca as instituições de comunicação, influenciando fundamentalmente na produção do conteúdo simbólico.

Devido ao caráter privado da imprensa nas realidades latino americanas, questiona-se até que ponto elas estão inseridas no contexto sistêmico, ao invés do mundo da vida, como propõe Habermas. O que se pretende com essa questão não é inviabilizar a teoria da ação comunicativa de Habermas, somente mostrar a dificuldade de se universalizar essa teoria na medida em que ela é fruto de uma realidade social específica.

Apesar das lacunas dos teóricos, Habermas e Arendt, ambos são imprescindíveis para as reflexões em torno das relações entre mídia e cidadania. No primeiro capítulo, verificou-se que mídia é formada, de um lado, pelos aparatos técnicos que permitem a

produção e a veiculação das mensagens, e de outro, pelas instituições de comunicação. Sendo que um dos produtos mais importantes dessas instituições é a informação. É ela que fomenta a produção da opinião pública. A cidadania, por sua vez, varia entre ativa e passiva, sendo que a primeira é marcada pela participação política nos espaços públicos, já a segunda possui as principais características que passam pela imobilidade, comodismo e de falta de reflexão crítica.

O que define a cidadania é a ação política. O que define a ação política é a razão que orienta os sujeitos numa interação lingüística. Mas a racionalidade comunicativa se faz presente a partir do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. Portanto, não há como pensar numa cidadania sem levar em conta a necessidade de uma comunicação limpa, sincera e orientada para o consenso.

A participação política, requisito essencial para a cidadania ativa, só se faz presente no espaço público da fala. A sociedade civil é a arena política por excelência dos atores sociais e a racionalidade comunicativa é o princípio norteador das ações dos atores sociais na medida em que eles reconhecem a importância de uma comunicação ampla e orientada ao entendimento. O requisito básico para o entendimento, é o reconhecimento da pluralidade, como condição essencial para a compreensão recíproca. Logo, questiona-se até que ponto o espaço público construído ao redor dos movimentos sociais são porosos, ou seja, acessíveis a todo tipo de cidadão interessado na discussão? Até que ponto a comunicação política dos atores sociais exploram a condição de pluralidade no intuito de ampliarem a discussão com todas as camadas da sociedade?

Nesse sentido, a noção de participação política que pretende estabelecer a relação entre mídia e cidadania deve se colocar como um fim em si mesma, e não uma ferramenta para se alcançar algum êxito. O valor da participação política encontra-se no princípio do diálogo, que orienta as ações dos sujeitos. Nesse sentido, há uma correlação entre cidadania e participação política, na medida em que a primeira é fruto de um contexto plural que valoriza a iniciativa dos sujeitos, e a segunda, pressupõe a busca do consenso no espaço público da fala.

### **7.1- Poder e cidadania: relações conceituais**

A partir das discussões sobre o conceito de poder, no capítulo cinco, torna-se necessário destacar alguns pontos que se fazem pertinentes para esta dissertação. Num



primeiro momento, discutiu-se o conceito clássico de poder, que seria a capacidade de impor a vontade, se for necessário, por meio da violência. Nesse sentido, o conceito de poder é resultado da ação instrumental a partir da racionalização orientada a fins.

Autores clássicos da política que forneceram as primeiras contribuições para o movimento iluminista, como Maquiavel e Hobbes, pensaram o poder a partir de uma concepção instrumental, orientada ao êxito. Maquiavel deixou claro que os fins justificam os meios, sendo que, o líder político, poderia fazer uso da violência caso necessário fosse para fazer valer sua vontade perante aos súditos. Já Hobbes centralizou todo “poder” na mão do Leviatan afim de que esse pudesse tirar o homem na condição do estado de natureza, de selvageria onde o homem era lobo do homem, para o estado civil, do respeito mútuo. As regras sociais que norteariam as relações entre os homens eram produzidas e impostas pelo grande e absoluto Leviatan.

Ambos autores, absolutistas, contribuíram para o nascimento do conceito de “razão de estado”, o qual, pode ser considerado como o exemplo máximo de um conceito de poder obtido pela racionalização dos meios tendo em vista os fins. Nesse sentido, o poder, como a capacidade de imposição de uma vontade sobre outrem, se transforma em poder político. Segundo Weber, o poder político do Estado possui a característica do monopólio legítimo da força física. Aos cidadãos cabem somente a passividade, pois a construção das regras sociais advém do Estado, o qual, tem a função de obrigar o cumprimento das regras. Caso as regras não forem cumpridas, cabe a punição pelos que não o fizeram.

A concepção clássica de poder tem a concepção de um regime político baseado na força, na imposição das regras, sendo que a cidadania, resume-se no cumprimento, não na participação. Na medida em que o movimento das idéias iluministas foram ganhando força, principalmente no pensamento de Locke e Rousseau, o poder absolutista do líder político foi aos poucos duramente criticado. Ambos autores adotaram como referencial para destruir com o pensamento que fundamentava o poder absoluto dos reis, a idéia de livre iniciativa, de liberdade de ação dos cidadãos.

Ao Estado, segundo os dois autores apontados acima, cabe a proteção da liberdade dos cidadãos. Uma das formas encontradas para proteger essa liberdade, foi através da proteção irrestrita da propriedade privada. No entendimento de Locke, por exemplo, é através da proteção do espaço privado, que a liberdade de iniciativa estaria resguardada. Logo, o Estado teve como obrigação essencial a proteção dos indivíduos

nos seus espaços privados, como o lugar da vida, do ceio familiar, que deveria ser resguardado.

Nesse sentido, nasce uma noção de cidadania a partir da esfera privada. Ao Estado cabe a garantia dessa cidadania, em que todos num Estado nação são considerados iguais na medida em que são cidadãos sob a proteção do poder político. Essa concepção de cidadania colocava o homem na condição de passividade, portanto, a participação política, nessa concepção de cidadania passiva, resume-se na eleição dos representantes políticos a partir de um sistema democrático representativo formal.

A cidadania instrumental, fruto de uma concepção de poder como acúmulo da capacidade de interferir na vontade de outrem, funda uma sociedade de homens acomodados nas suas esferas privadas. Porém, o que se verifica nas sociedades democráticas contemporâneas é o surgimento de uma cidadania marcada pela ação dos indivíduos tendo em vista fazer frente ao poder estabelecido.

Os movimentos sociais, como atores da sociedade civil, empreendem uma nova concepção de cidadania, sendo que, a principal característica dela é a participação política dos atores que contribui para a formação da diversidade de espaços públicos. É preciso então diferenciar basicamente dois tipos de espaços públicos: o espaço público criado a partir de uma cidadania passiva, do espaço público fruto da atuação política dos movimentos sociais.

O espaço público da cidadania passiva, encontra-se na privatividade dos indivíduos, na conversação diária entre eles no âmbito de suas casas. Esse ambiente discursivo restrito à esfera privada, pode ser considerado então, como um espaço semi público. Já a cidadania ativa, empreendida pelos atores políticos, funda espaços públicos no sentido pleno, como ambiente discursivo gerado fora da restrição do espaço privado. Logo, três aspectos chamam atenção para esse tipo específico de espaço público criado no entorno dos movimentos sociais: a visibilidade, a acessibilidade e a imprevisibilidade.

Na medida em que os atores sociais se mobilizam e criam ambientes discursivos fora do eixo privado, chamam atenção das instituições de comunicação que promovem a cobertura desses movimentos, logo, eles são vistos por uma ampla camada de pessoas. No que diz respeito a acessibilidade, esta, por sua vez, é uma característica inerente ao espaço público, na medida em que todos possam ingressar na discussão, na medida em que são capazes de linguagem. E por fim, a imprevisibilidade, é um critério que Arendt chama atenção pelo fato de que os resultados alcançados numa conversação pública

política, não podem ser medidas, calculadas e controladas. São esquemas que fogem de qualquer forma de previsibilidade, portanto, de domínio.

A partir desses três critérios que auxiliam na definição do espaço público obtido pelos atores sociais, infere-se que o espaço maior de atuação desses movimentos é o espaço da sociedade civil. Não uma sociedade civil somente vista a partir da bipolaridade com o Estado, mas sim, uma concepção de sociedade civil que leva em conta o potencial comunicativo dos atores. Segundo Arendt, é essa comunicação que une os sujeitos no espaço público, que produz poder.

As instituições democráticas são fruto do poder empreendido pelos cidadãos, pois, o que preserva um agrupamento político é o seu potencial de poder, segundo Arendt. Portanto, o conceito de poder arendtiano é resultado da ação não orientada a fins, mas a ação coordenada pela comunicação entre os indivíduos no espaço público. Os indivíduos reunidos fornecem ou não legitimidade às instituições sociais na medida em que eles se posicionam pela articulação lingüística.

Desse modo, poder não é a mera capacidade da disposição dos meios necessários à imposição de uma vontade sobre a outra, mas sim, é a capacidade comunicativa que leva os indivíduos a produzirem espaços públicos que fornecem ou não legitimidade às instituições sociais. Logo, uma liderança política, num contexto democrático, não deve ser constituído por meio da violência, mas sim, através do convencimento pelo uso que se faz da comunicação para tal intento. Nesse sentido, a participação política dos cidadãos é fundamental na constituição das democracias modernas, pois é através dela que se produz poder e este fornece legitimidade ao regime político. A cidadania, nesse sentido, torna-se não uma condição suficiente para a democracia, mas sim, uma possibilidade de democratização do sistema político e das esferas representativas através da participação política orientada por meio da comunicação entre sujeitos num espaço plural.

Apesar das contribuições inquestionáveis de Arendt, acerca da compreensão não instrumentalizada de uma cidadania calcada na comunicação livre entre sujeitos, Habermas vai além de Arendt, pois ela não identificou os potenciais lingüísticos contidos no âmbito do espaço público que são frutos do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade que abre possibilidade para o consenso. Arendt não percebe a presença da racionalidade comunicativa presente nas pretensões de validade que ampliam a capacidade dos cidadãos na construção de uma participação política pautada pelo entendimento.

Outro ponto a ser destacado no pensamento de Arendt, é que o seu conceito de sociedade, como espaço das necessidades de sobrevivência do indivíduo, esgotam as possibilidades do espaço público. Na visão de Habermas, o espaço público é fruto da ação dialógica dos sujeitos no mundo da vida, no contexto de intersubjetividade. Nesse sentido, as possibilidades para a participação política, em Habermas, são maiores do que em Arendt. A democracia de massa, é vista por Arendt como constituída por indivíduos atomizados, paralisados nas suas esferas de privatidade. Já Habermas pressupõe que todo indivíduo é capaz de linguagem, portanto, de ação dialógica que possibilita a construção do espaço público. Em resumo, a lacuna de Arendt, a partir de Habermas, é que ela não enxergou um tipo específico de racionalidade, a comunicativa. Por isso ela não percebe as possibilidades geradas por esse tipo de racionalidade que funda um duplo conceito de sociedade (não apenas uma só, impregnada pela necessidade privada), que seria o sistema e o mundo da vida.

Porém, apesar da teorização social habermasiana ir além da visão arendtiana e enxergar mais possibilidades no que diz respeito á participação política, Habermas não possui uma teoria específica de participação política. E essa lacuna pode ser atribuída à deficiência na visão habermasiana de enxergar a imprensa como parte do mundo da vida, e não do sistema. Com isso, Habermas coloca num segundo plano a relação conflituosa entre os atores sociais que empreendem a participação política e as instituições de comunicação que formam uma opinião pública que muitas vezes vai contra a atuação dos movimentos sociais.

É preciso questionar o grau de interferência da participação política dos atores sócias na formação da opinião pública. Para se analisar o nível de influência dos atores sociais sobre a opinião pública, é preciso que se leve em conta as relações conflituosas entre os movimentos sociais com as instituições de comunicação. Essa relação de embate é uma lacuna na teorização social habermasiana, logo, se faz necessário uma atualização dos conceitos de Habermas para a compreensão da noção de participação política calcada nas relações sociais marcadas pelo conflito constante.

O primeiro passo seria refletir um conceito de participação política que abrangesse não só a capacidade comunicativa dos atores sociais, mas que estivesse voltada para a compreensão da cidadania, tanto passiva quanto ativa. A cidadania passiva, contida no espaço privado, pratica a ação discursiva na medida em que os integrantes da casa entram em contato com os conteúdos mediáticos. A esfera discursiva é criada, por exemplo, quando os membros da família assistem ao jornal televisivo e

comentam as notícias. Com isso, a recepção mediática é uma forma de espaço semi público, logo, encontra-se aí o potencial de participação política fortemente enraizado nas pretensões de validez.

No último capítulo desta dissertação, foi trabalhado uma alternativa de se refletir sobre a participação política a partir do início da formação da opinião pública que se dá no contato dos indivíduos com os conteúdos midiáticos. Esse contato é feito no âmbito da esfera privada, da casa, pelo indivíduo enquanto telespectador. A formação pública da opinião se dá no ambiente fora da casa, daí a importância da esfera pública, na medida em que ela fornece condições para a formação da vontade coletiva entre os cidadãos.

A cidadania passiva, por meio da formação da opinião pública através da recepção midiática, pode se transformar em cidadania ativa. Nesse sentido, a opinião pública é o meio pelo qual se constrói possibilidades de poder na sociedade. Não há, portanto, como refletir sobre a construção de poder no espaço público plural sem levar em conta a formação da opinião pública. Não há como também pensar em participação política partir do referencial da importância do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez que constrói possibilidade para o consenso.

A formação da opinião pública, a partir da recepção dos produtos simbólicos midiáticos, juntamente com a ação coordenada comunicativamente, geram condições para uma cidadania realmente ativa no espaço público que gera possibilidades de poder, o qual, confere legitimidade às instituições democráticas. É por meio da participação política, fruto da construção de uma opinião pública crítica que fornece condições para uma cidadania que possa democratizar o sistema político.

Dessa forma, a participação política deve ser pensada para além da dicotomia público/privado, e nesse sentido, se faz necessário uma teorização social que dê conta da abrangência de tal conceito, que possa enxergar novas possibilidades para a cidadania, como condição suficiente para a democracia. Porém, para que os cidadãos possam contribuir para a democratização das instituições sociais, o papel da mídia é essencial na medida em que ela permite a visibilidade e promove o debate de atores sociais que tematizam questões publicamente relevantes. O exemplo dado neste trabalho de conscientização para uma audiência crítica, foi a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Por meio de iniciativas como essas, o cidadão, enquanto telespectador, apreende de forma crítica os conteúdos midiáticos e contribui para a

formação de uma opinião pública crítica, a qual, é a condição para uma cidadania ativa e portanto, uma participação política que exerça influência no processo decisório.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Luciano **Novo Manual de Ciência Política**. São Paulo: PC Editorial, 2008.

ARENDT, Hannah (1951) **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

ARENDT, Hannah (1954) **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005

ARENDT, Hannah (1963) **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah (1958) **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

AVRITZER, Leonardo. **A Moralidade da Democracia: Ensaios em Teoria Habermasiana e Teoria Democrática**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BEZZON, C. Lara (organizadora). **Comunicação Política e Sociedade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

COSTA, P. Giseli. **Cidadania e participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FREITAG, Bárbara. **Teoria Crítica Ontem e Hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Comunicação Política na Sociedade Mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. LIBERO . Sao Paulo, SP: Faculdade Casper Libero, 1998. 3 v. ISBN 1517-3283., v. 11, n. 21, p. 9-22, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HABERMAS, Jürgen (1976) **O conceito de poder em Hannah Arendt**. In: FREITAG, Barbara; ROUANET, Sérgio P. (orgs.) **Habermas**. São Paulo : Ática, 1993. (p. 100-118)

HABERMAS, Jürgen (1981) **Teoria de la Acción Comunicativa I: Racionalidad de la Acción y Racionalización Social**. Madri: Taurus, 2003

HABERMAS, Jürgen (1981) **Teoria de la Acción Comunicativa II: Crítica de la Razón Funcionalista**. Madri: Taurus, 2003

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, C. Luiz; FRANÇA, V. Vera. **Teorias da Comunicação. Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HORKHEIMER, M., e ADORNO, T. W., **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAFER, Celso **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MANZINI Covre, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2007

MAQUIAVEL, Niccoló. **O Príncipe**. São Paulo: Rideel, 2003



MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002

MULLER, E. N. An **explanatory model for differing types of political participation**. European Journal of Political Research, 1982, 19: 1-16

RABELO, Francisco Chagas e BERNARDES, Genilda D'arc. Políticas públicas e cidadania. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008

SIGNATES, Luíz. **A Sombra e o Averso da Luz: Habermas e a comunicação social**. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

THOMPSON, B. John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 10<sup>a</sup> Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIEIRA, Listz. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

#### **Teses de Doutorado:**

SIGNATES, Luís. **A Sombra e o Averso da Luz**. 2001. 333f. Tese (Doutorado ) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

#### **Artigos de revista:**

BIGNOTTO, Newton. O Príncipe, a história real dos homens. **Maquiavel o gênio de Florença**, São Paulo, N°15, p. 56-59, 2006.

MARQUES, Luiz. Maquiavel e sua época. **Maquiavel o gênio de Florença**, São Paulo, N°15, 2006.

#### **Sites visitados:**

<http://www.eticanatv.org.br/> (visitado em 09/04/09)